



Universidade Estadual de Maringá

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Área de Concentração: Política, movimentos populacionais e sociais.

PRISCILLA CAMPIOLO MANESCO PAIXÃO

TRADIÇÃO E PODER POLÍTICO EM CATÃO: O

ANTIGO OU A VELHICE: uma leitura

PRISCILLA CAMPIOLO MANESCO PAIXÃO

**TRADIÇÃO E PODER POLÍTICO EM CATÃO: O
ANTIGO OU A VELHICE: uma leitura**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em História - Área de Concentração POLÍTICA, MOVIMENTOS POPULACIONAIS E SOCIAIS pela Universidade Estadual de Maringá, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Lopes Biazotto Venturini.

Maringá-PR
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

P149t Paixão, Priscilla Campiolo Manesco
Tradição e poder político em Catão : o antigo ou a
velhice: uma leitura / Priscilla Campiolo Manesco Paixão.
-- Maringá : [s.n.], 2008.
129 f. : il.

Orientadora : Prof. Dr. Renata Lopes Biazotto
Venturini.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá. Curso de Pós-graduação em História, 2008.

1. Filosofia estóica - Instituição política - Romana.
2. Estoicismo - Romano. 3. Marco Túlio Cícero - De
Senectute (a Velhice) - Análise - Séc.I a.C. 4. Mos
maiorum - Roma. 5. Catão, o antigo - Modelo político. 6.
República romana. I. Universidade Estadual de Maringá.
Curso de Pós-graduação em História. II. Título.

CDD 21.ed.171.2

A meu pai extremo (*in
memoriam*). Amigo incondicional e
companheiro de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento se reverte a DEUS, por me proporcionar disposição e perseverança para a concretização deste sonho.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram e me apoiaram na continuidade dos estudos.

Agradeço especialmente à Professora e Orientadora Dr^a Renata Lopes Biazotto Venturini (UEM – Maringá) pela dedicação, confiança e paciência nesta longa caminhada.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Dentre eles, se faz necessário lembrar o nome da professora Dr^a Maria Lúcia Nosella (UNESP - Assis), que é para mim um verdadeiro exemplo de sabedoria e serenidade.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

“Viver na ignorância do que aconteceu antes de nascermos é ficar para sempre na infância. Pois qual é o valor da vida humana se não a relacionarmos com os eventos do passado que a História guardou para nós?”

(Cícero)

PAIXÃO, Priscilla Campiolo Manesco. **Tradição e Poder Político em Catão: O Antigo ou A Velhice:** uma leitura. 2008. Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração política, movimentos populacionais e sociais) Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

O presente estudo procurou compreender as relações entre o pensamento filosófico estóico e as instituições políticas romanas, em particular na obra de Marco Túlio Cícero, *De Senectute*. Buscamos analisar como os próprios romanos representavam suas instituições, valorizando os *mores* (costumes), termo diretamente associado à preservação da tradição que deveria ser encontrada no modelo de vida e na experiência dos *seniors* dirigida aos *iuvenes*, representantes da autoridade e do poder político.

Palavras-chave: Instituições políticas, pensamento estóico, Marco Túlio Cícero, *mos maiorum*, *De Senectute*.

ABSTRACT

This work has as a purpose to understand the relations between the stoic philosophical thought and the roman politics institutions, in particular in the work of Marco Túlio Cícero, *De Senectute*. We have analyzed as Romans themselves represented their institutions, valuing *mores* (customs). This term is directly associated to the preservation of the tradition that would have to be found in the model of life and the experience of *seniors* directed to *iuvenes*, representatives of the authority and the power politician.

Key - words: Institutions politics, stoic thought, Marco Túlio Cícero, *mos maiorum*, *De Senectute*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
...9	
CAPÍTULO I	
UM OLHAR VOLTADO PARA O	
AUTOR.....	19
1.1 BREVE BIOGRAFIA DE MARCO TÚLIO	
CÍCERO.....	19
1.2 CÍCERO E SUAS	
OBRAS.....	23
1.3 CÍCERO: O HOMEM	
POLÍTICO.....	31
CAPÍTULO II	
INSTITUIÇÕES	POLÍTICAS
ROMANAS.....	50
2.1 O MODELO POLÍTICO DA	
REPÚBLICA.....	50
2.2 O ESTOICISMO E AS ATITUDES POLÍTICAS NA	
REPÚBLICA.....	60
2.3 O IDEAL POLÍTICO DE	
CÍCERO.....	66
CAPÍTULO III	
CATÃO, O ANTIGO: MODELO CICERONIANO DE AÇÃO POLÍTICA.....	74

3.1	TRAJETÓRIA	E	PRESERVAÇÃO	DA	
	OBRA.....				74
3.2	ALGUNS		ASPECTOS	DA	
	OBRA.....				76
3.2.1					
	Datação.....				76
3.2.2				O	
	Destinatário.....				77
3.2.3				A	
	Obra.....				77
3.3	A	VELHICE:	SEUS	DESAFIOS	E SEUS
	MÉRITOS.....				79
3.4		O	VIRTUOSISMO	DE	
	CATÃO.....				86
3.5	OS	EXEMPLOS	VIRTUOSOS	UTILIZADOS	POR
	CÍCERO.....				93
3.6	A INFLUÊNCIA DA HÉLADE CLÁSSICA NA DEFINIÇÃO DA VELHICE: PLATÃO				
	E				
	ARISTÓTELES.....				9
					8
3.7	A	AÇÃO	POLÍTICA	NOS	EXEMPLOS DE
	CATÃO.....				103
	CONSIDERAÇÕES				FINAIS
				108
	ÍNDICE		DE		NOMES

PRÓPRIOS.....111

GLOSSÁRIO.....

118

FONTES E

BIBLIOGRAFIA.....126

1. FONTES

IMPRESSAS.....126

2.

BIBLIOGRAFIA.....12

7

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem por objetivo analisar a obra *De Senectute*, do orador romano Marco Túlio Cícero. Os estudos sobre seus escritos são relativamente abundantes e diversificados. Estão voltados para o campo da filosofia política, da teoria literária, das instituições políticas romanas, contribuindo para uma leitura multidisciplinar de suas obras. Em todas elas, Cícero soube escrever com eloquência, sendo capaz de suscitar um entusiasmo realista nos indivíduos de seu tempo. Sobretudo, é lícito inferir que ele logrou o ideal grego de permanecer vivo na memória de seus pósteros, tanto quanto influir em seu tempo, mercê da interpretação dos acontecimentos que oferecia aos seus contemporâneos.

Seu ideal político, representado no modelo político da República, permite-nos conhecer um capítulo singular da história política de Roma. A esse respeito, faz-se preciso elucidar que a leitura da obra de um autor deve, *a priori*, passar por uma criteriosa análise do contexto em que ele a criou. Sobretudo, é fundamental buscar pelos elos de ligação entre as idéias contidas no seu discurso e a sociedade que o produziu. Trata-se, ainda, de interpretar a mensagem que o homem, envolvido nos acontecimentos de seu tempo, endereçamos, motivado tanto por sua formação, quanto pelos seus relacionamentos interpessoais e sociedade em que atua.

A possibilidade de um diálogo entre a História e a Literatura é um assunto que os historiadores têm debatido nas últimas décadas, cuja ênfase recai sobre os limites entre narrativa histórica e narrativa literária, entre verdade e ficção. Embora este discurso tenha se iniciado na década de 1970, foi nos anos 90 que três obras adquiriram relevância para situarmos a discussão sobre os limites impostos à História e à Literatura. Lembramos, a

princípio, a obra de Paul Veyne para quem o historiador,

[...] agiria como o romancista ao imprimir um fio de narração a esses fatos escolhidos e costurados. A História como o romance seria assim, trama, intriga, enredo urdido pelo narrador [...] (1990, p. 27).

Não podemos deixar de evidenciar o impacto provocado por esta afirmação de Veyne (1990) diante do conservadorismo que caracterizava a análise dos fatos na História dita objetiva. Perante uma busca incansável pela objetividade, o historiador não admitia a presença do imaginário na construção de sua escrita, muito embora a subjetividade seja inegável quando ele escolhe seus temas e suas fontes.

E. P. Thompson já havia destacado que o historiador é movido rumo ao passado em função das perguntas que o presente lhe suscita. A partir delas ele formula hipóteses e as confronta com as evidências documentais. É desta subjetividade que o historiador colhe a objetividade de seu trabalho. Segundo ele,

[...] o conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas nem por isso inverídico), (b) seletivo (mas nem por isso inverídico), c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência, e, portanto, só 'verdadeiro' dentro do campo assim definido (1981, p.49).

Este aspecto subjetivo e relativo do conhecimento histórico faria o mais brando dos positivistas desistir da veracidade universal dos fatos.

O segundo estudo, que merece destaque na relação entre História e Literatura, é proposto por Peter Gay (1990) para quem o historiador, assim como o romancista, são narradores que se utilizam de um estilo próprio na construção de sua narrativa. Ele caracteriza o estilo como advindo da relação entre o escritor e o seu meio. No caso do historiador, através do seu estilo podemos identificar sua inserção histórica.

Também no campo da narrativa historiográfica, encontra-se o estudo de Lawrence Stone (1991). Para ele, o reaparecimento da narrativa historiográfica, em oposição

a uma historiografia científica buscada pelo positivismo, teria sido sufocada após a Segunda Guerra Mundial, uma vez que o interesse dos historiadores tinha se voltado para grandes eixos temáticos. Todavia, após este aparente desgaste surge, no pós-guerra, a nova história das idéias, embora ela não tenha aprofundado a relação entre História e Literatura ¹.

De certo modo, Stone (1991) provocou um estímulo à aproximação entre a História e a teoria literária. Da mesma forma, Antônio Cândido (1983) havia conseguido abordar as dimensões poética e científica, sociológica e histórica da obra literária.

Em termos de conteúdo da obra literária, Cândido afirmava que “[...] talvez a realidade se encontre mais nos elementos que transcendem a aparência dos fatos e coisas descritas, do que neles mesmos” (1983, p.26).

Neste sentido, a obra literária é sempre um espaço de transgressão que possibilita considerar o jogo dos fatores que a condicionam e motivam (AGUIAR & SILVA, 1974). Uma autoridade como Aristóteles já se havia dado conta deste contraste quando comentou em sua *Poética*:

Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem em verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fosse em verso o que eram em prosa). Diferem, sim, em que um diz as coisas que sucederam, e o outro as que poderiam suceder (1991, p.60).

Realidade e devir - nestes parâmetros - reside a diferença crucial que deve ser considerada pelo historiador que se utiliza do material literário.

Embora permaneça a visão da existência de uma divisão acadêmica de trabalho que introduz a história como a provedora do *background*, do significado ou da mensagem que a literatura possa refletir, expressar e comunicar, também é possível vê-la

¹ Ver o estudo de JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como Provocação a Teoria Literária*. São Paulo: Ática, 1993.

como uma forma de poder, e ao mesmo tempo mapear os vestígios de poder representados nesta forma de linguagem literária. Lyn Hunt bem nos lembrou que:

A crítica literária tem ensinado ao historiador reconhecer o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e na descrição da realidade histórica (1995, p.132).

Portanto, antes de extrairmos um significado substancial dos documentos literários é preciso especificar as características que envolvem sua constituição. Compreender a natureza de uma obra é o primeiro passo na ótica das pesquisas históricas. Diante de todas as possibilidades de interação entre História e Literatura, já devidamente ampliadas, enquanto historiadores, não podemos negligenciar a importância da linguagem.

Como afirmou Eric Auerbach (1987, p.23), “a linguagem nos delata”. Sempre devemos perguntar quem é o indivíduo que a profere. Ele é alguém que se encaixa perfeitamente no meio que descreve?

Não podemos esquecer que toda produção literária é tributária do mundo onde foi concebida e conhecida. Instituição viva e flexível, o material literário representa fonte excepcional para promover o cruzamento entre História e Literatura. Ele nos permite entrever a produção literária como um processo simultâneo ao processo histórico, seja para negá-lo, seja para defrontá-lo, ou até mesmo, para afirmá-lo.

Todo discurso está vinculado a categorias estruturais prefigurativas, a certas modalidades possíveis de enredo, a certas modalidades de implicação ideológica, a determinadas modalidades de argumentação. Nenhum discurso narrativo tem como fugir dessas estruturas (KRAMER, 1995).

Portanto, a relação entre textos e contextos, que a maioria dos historiadores estabelece como sendo de causalidade, é uma relação de intertextualidade, ou seja, o texto e o contexto deveriam ser analisados através de um processo literário que visasse o diálogo entre

eles e não a busca de relações causais de reflexão entre ambos. Assim, a aparente oposição cede lugar ao intercâmbio.

Os textos ou realidades sociais de sociedades do passado evoluem através de diálogos constantes, que devem ser examinados e abordados através de um grande número de perspectivas e que não podem ser simplesmente reduzidos a um único e monológico significado. A abordagem dialógica da história permitiria, portanto, a discussão entre categorias opostas em muitos e diferentes níveis: o diálogo entre idéias opostas dentro de textos específicos, ou o diálogo entre textos e contextos (KRAMER, 1995, p.154).

A discussão de Lloyd S. Kramer (1995), através do estudo de Hyden White e de Dominick La Capra, acima mencionada, aponta para a necessidade da História aproximar-se da teoria literária como forma de promover uma leitura intertextual e não determinista. Nestes termos, a Literatura está repleta de História e não apenas de referências esporádicas a acontecimentos. Assim sendo, quando buscamos entender as instituições políticas na República Romana tendo como referência a correspondência ciceroniana, consideramos o estreito vínculo entre o autor e seu meio social através de seu círculo de relações pessoais.

Marco Túlio Cícero se identificou com o meio social que o envolvia e que está presente em seus escritos. Tal identidade pode ser atestada por sua escala de valores, já que suas palavras estavam fundamentadas na certeza de que a virtude era o supremo bem. Ele próprio era um homem que ocupava uma posição privilegiada na sociedade e que admirava os homens de moral. Deste modo, é necessário levar em conta o caráter histórico, filosófico e a vocação estético-moralizadora de sua obra que tem Catão como um exemplo de homem público atuante para seu tempo e o tempo de Cícero. A memória dos feitos desse personagem, resgatadas por Cícero, qualificam seus valores políticos.

Um texto literário reflete os conflitos sociais e ideológicos de seu tempo. Isto porque o escritor é o medidor de duas forças, a saber: a do público e a da obra. A

identificação destas forças pode restituir a relação intrínseca entre História e Literatura. Evidentemente, o papel do escritor, no interior da sociedade, deve ser relevante para esta análise, posto que é ele, em última instância, o criador da obra.

Cícero é originário de uma família eqüestre que ascendeu ao Senado. Após ter exercido uma oposição política em defesa da República se tornou um dos ideólogos e um dos participantes mais ativos, colocando-se como dirigente de um círculo cultural e político para a preservação da *res publica*.

Oportuno será recorrer ao pensamento de Michel de Certeau em sua obra “A escrita da História” (1982). No processo de reformulações e questionamentos pelos quais tem passado a ciência histórica nas últimas décadas, a questão da “escrita” da História tem aparecido em propostas que colocam a pesquisa multidisciplinar no centro das discussões.

Ainda nessa obra, lemos que a escrita da História seria “o discurso da separação, através do qual o historiador pretendia aprisionar o que da realidade que estuda transparece em seus resquícios” (CERTEAU, 1982, p. 14-15).

É uma de suas premissas mais importantes lembrar que o discurso histórico seria produzido de uma maneira um tanto “desviada” em relação à realidade passada. Em outras palavras, o passado não nos permite a sua apreensão plena, não só pelas limitações dos métodos historiográficos (recortes, triagem, inteligibilidade do presente), mas, principalmente, devido ao lugar de onde fala o historiador.

Finalmente, é sua intenção considerar a produção do historiador na sua relação entre o lugar (que pode ser um meio, um ofício, etc.), os procedimentos de análise (a disciplina) e a construção de um texto. É por isto que a realidade em questão tem de ser sempre compreendida como atividade humana ou prática. Ou, ainda, é permitido afirmar que a operação histórica se refere sempre à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita (CERTEAU, 1982).

A vida e obra de Marco Túlio Cícero nos apresenta condições ideais para um estudo minucioso. Ele reflete sobre o seu tempo com muita lucidez. Afinal, foi ele quem cunhou a palavra *inteligencia*, como faculdade de compreender ou ato de interpretar. Seus escritos devem ser estudados em sua interpretação pessoal, sem esquecer o grupo social a que pertenceu. Desse modo, podemos averiguar em que medida a realidade social se transforma em componente de um texto literário.

Cícero acreditava na imortalidade de suas obras e, mais que isso, relevar a importância da participação dos velhos, com sua experiência de vida, no mundo da política, fez sempre parte do seu ideal. Essa seria a maneira pela qual esse renomado autor encontrou para se consolar e estender tais pensamentos a seus amigos, visando atenuar, com suas palavras, os males e decadência física inerentes à velhice. E, em acréscimo, provar que apesar de tais condições os “anciãos” poderiam ser capazes de interferência e participação política, pois a experiência se aliava à maior sabedoria trazida pela idade.

A partir do diálogo entre Catão, aos 83 anos, e dois jovens de 30 (Cipião, o Africano e Lélío), Cícero procurara demonstrar como a velhice pode ser valiosa em sua experiência posta a serviço dos jovens cidadãos prontos para vestir à toga viril.

Partindo do cenário menor para o mais amplo, buscara, com seus argumentos, estender o conceito ao envelhecimento dos regimes, no caso a República Romana. A identificação é clara. Assim como para os homens, a velhice impõe seu valor perante a juventude, também quanto às instituições políticas, a República Romana, ainda que seriamente ameaçada durante a vida e após a morte de Júlio César, merecia ser preservada como a melhor forma de governo para os romanos. E suas apreensões se justificavam, pois a disputa pelo poder que se seguiu à morte do ditador César (44 a.C.), solapou de forma definitiva a sustentação do regime vigente e preparou uma nova realidade, na qual da

República se conservaram apenas o nome e as aparências.

Ao nos determos no período republicano da história romana, perceberemos a presença não somente de uma literatura e um pensamento político, mas uma filosofia política para interpretar o passado e o presente da *Urbs*². Trata-se da vertente explicativa própria dos estóicos que, centralizada na noção de dever, buscava explicar racionalmente a ação política dos cidadãos. Tal atuação estava intimamente ligada à preservação dos costumes e da tradição romana, expressa no *mos maiorum* e no exemplo dos *seniors*.

Portanto, a obra epistolar *De Senectute*, escrita no I século a.C., aborda o problema da velhice. O título se justifica: Cícero e seu destinatário Ático se achavam em idade avançada. O tema central dessa obra tem merecido muitos estudos, principalmente, hoje, onde eufemismos como “terceira” ou “melhor idade” se destinam ao difícil período enfrentado pelos idosos.

§

Em nossa dissertação, o primeiro capítulo apresenta um olhar voltado para o autor. Considerações gerais se impõem no sentido de apresentar Marco Túlio Cícero, reconhecido como notável orador, homem público atuante, criticado e admirado por suas posições que variaram conforme as condições políticas da República Romana, mas sempre como um escritor profícuo.

No capítulo segundo, apresentaremos alguns elementos que caracterizaram as transformações econômicas, sociais e políticas que se fizeram presentes no tempo de

² Um glossário de expressões latinas e outras correlatas acompanha o nosso trabalho em suas páginas finais.

Cícero. O ideal político, fiel à conservação do *status* republicano, oscilava diante do conjunto de transformações que ameaçavam o modelo republicano, preocupação fundamental de nosso autor. Destacaremos os aspectos principais segundo a historiografia contemporânea, que são definidores das instituições políticas romanas, presididas pelo ideal de *res publica* (coisa pública) e sustentadas pelos valores definidos no *mos maiorum*. Estamos, portanto, no campo das instituições e das idéias. Elas constituem um importante fator de reflexão sobre a sociedade romana e suas instituições políticas, valorizando a tradição fundamentada na ética estóica, que deveria ser buscada no modelo da aristocracia, representante da autoridade e do poder.

Tendo devidamente apresentado Marco Túlio Cícero e reconhecendo sua posição e sua experiência social e política no período republicano romano, no Capítulo III analisaremos a obra *De Senectute*. Ela apresenta considerações sobre a velhice em oposição à juventude. Faz o contraponto entre a sabedoria dos mais experientes diante das inconseqüências de quem não viveu tempo suficiente para saber das destrezas da vida. Todas “filtradas” pela ótica de quem muito viveu e que, na falência do corpo e nos lapsos da mente, paga o preço cobrado pelo tempo vivido.

Nesse aspecto, a velhice se refere não só à vida dos indivíduos, como também à atividade política. Tendo Catão como seu porta-voz, Cícero exalta as virtudes da última fase da vida com as vantagens da conservação de um regime político que preservava a experiência e a tradição.

Um último elemento que devemos ressaltar diz respeito ao tratamento dispensado às citações da obra de Cícero e de seus estudiosos.

Para a tradução da obra *De Senectute*, adotamos a edição francesa, *Belles Lettres*. Além de nos possibilitar uma consulta ao texto em língua latina, que serve de base para estas traduções, à mencionada edição conta com notas explicativas que nos permite

melhor compreensão de algumas passagens, por vezes obscura, em função das nuances que envolvem o latim do século I a.C. Nossa escolha se justifica, assim, sem desconsiderar outras importantes edições, em vários idiomas, da mesma obra³.

No final do trabalho, acrescentaremos um Índice dos Nomes Próprios e um Glossário de termos latinos presentes em cada um dos capítulos. Tais preocupações se justificam diante da especificidade dos termos empregados. Quanto aos nomes próprios, optamos pela sua tradução para a língua portuguesa, mesmo que, às vezes, pareçam estranhos aos nossos ouvidos.

³ Edição portuguesa: Carlos Humberto Gomes, Lisboa, Cotovia, 1998.

Edição brasileira: José Ewlado Scheid, Canoas, Ulbra, 1999.

Edições alemãs: R. Kuehner, Stuttgart, 1878; R. A. Schroeder, Munich, 1924.

Edições inglesas: H. N. Couch, Providence, 1959; J. H. Elslob, Londres, 1908; W. A. Falconer, Londres et Cambridge, Loeb, 1923-1946.

Edições italianas: D. Arfelli, Bologne, 1958; G. Barale, Florence, 1937; G. Caffi, Pavie, 1887; Fr. Della Corte, Mondadori, 1942; G. Mazzoni, 1928; G. Podesta, Modéne, 1934; F. Ramorino, Plaisance, 1904.

Edições francesas: Ch. Appuhn, Paris, Garnier, 1936; O. Gréard, Paris, Garnier, XVIII, 1873; J. V. Leclerc Paris, Lefèvre, XXXIV, 1826; D. Nisard, Paris Dubochet, IV, 1841; Didot, IV, 1852.

CAPÍTULO I

UM OLHAR VOLTADO PARA O AUTOR

1.1 BREVE BIOGRAFIA DE MARCO TÚLIO CÍCERO

Marco Túlio Cícero (106 - 43 a.C.) nasceu no dia três de julho, em Arpino, região da Itália Central, acerca de cem quilômetros a leste de Roma. De origem equestre, ele pertencia a uma família abastada e prestigiosa da região, na qual recebeu esmerada instrução. A vida pessoal de Cícero não pode ser separada da vida política, isso porque toda a sua formação nos conduz para o homem político que sempre fora.

Segundo Plutarco⁴, a mãe de Cícero se chamava Hélvia, era nobre de nascimento e sempre vivera honradamente. Quanto a seu pai, porém, as opiniões são muitas e contraditórias. A partir de registros históricos encontrados acerca da vida e da genealogia de Cícero, a ausência de provas mais concretas torna difícil a tarefa de delinear seu perfil que permanece, então, como passível de discussão.

Encontramos estudiosos como ele, que afirmaram ter nascido e se criado na oficina de um pisoeiro. Para Cisneiros (1992), tradutor da obra de Cícero “*Da República*”, ele descende de Túlio Átio, que no seu tempo foi honrado como rei entre os volscos. Os manuscritos informaram que o nome Cícero pode ser interpretado de duas maneiras: A primeira diz respeito à descendência de Túlio Átio que lutou contra os romanos. O primogênito dessa família se chamava Cícero, e por sua notoriedade, seus pais lhe deram esse sobrenome. A segunda interpretação se remete à tradução da língua latina na qual a palavra

⁴ No final do trabalho, também apresentamos um índice de nomes próprios contendo dados sobre os personagens mencionados.

Cícero quer dizer “grão-de-bico” e diziam que nosso personagem tinha uma verruga na ponta do nariz, cuja forma lembrava a de um grão-de-bico⁵ (CISNEIROS apud CÍCERO, “*Da República*”, 1992).

Desconsiderando-se as origens da palavra, os estudiosos concordam que Marco Túlio Cícero se orgulhava do sobrenome e dizia que faria o possível para que o nome dos Cíceros⁶ se tornasse mais célebre e mais ilustre, que o dos *Scauros* e dos *Catulus*. Ele próprio até mandou gravar num vaso de prata que ofereceria aos deuses, os seus dois primeiros nomes, *Marcus Tullius*, e, no lugar do terceiro, um “grão-de-bico”.

Durante sua vida política era sua permanente preocupação aproximar-se dos cavaleiros da antiga nobreza, para constituir a união das “pessoas de bem” que, a seu ver, salvariam a República. Disposto a se dedicar aos negócios públicos consultou um oráculo perguntando ao deus Apolo como e de que modo ele poderia conquistar grande fama e tornar-se muito ilustre. A profetisa Pitia respondeu-lhe que isso conseguiria, com a condição de ter como guia de sua vida a sua mesma natureza e não a opinião popular (PLUTARCO, 1967, p. 73).

Seguindo essas orientações, ao chegar em Roma, procurou governar com reserva. Mas, seu grande objetivo era conquistar as honras que se seguiriam ao reconhecimento de sua atuação, por isso seus caminhos voltaram-se para a advocacia, o que fez com muita probidade.

Sob este aspecto, um momento de notoriedade que Cícero atingiu foi na conjuração de Catilina, uma ameaça que impelia os cavaleiros para o lado dos proprietários.

⁵ O grão-de-bico é uma planta de sementes comestíveis e folhas medicinais, da família das leguminosas papilionáceas e sua classificação científica não por acaso é *CICER ARIETIUM L.*

⁶ Os Cíceros eram aristocratas locais, proprietários de terras, com tempo para o lazer, educados e envolvidos na política local. O avô de Cícero atraiu a atenção em Roma pelo seu empenho conservador, opondo-se à introdução do voto secreto em Arpino.

Ao que tudo indica, nosso autor ficou perseguindo a renovação desse momento de apogeu por toda a sua vida, como um ideal contínuo e recorrente.

Cícero, um *homo novus*, proveniente da ordem equestre passou a vida toda sonhando não só com a nobilitação no seu grau maior, como também com a participação política efetiva que lhe granjeasse as honras na vida material e a glória da imortalidade de seu nome. Ao se referir a Cícero, Boissier escreve que “pode-se afirmar que nunca existiu tradição política em sua família e que não gozava de qualquer renome”(1945, p. 22).

Não é difícil entender que, em sua infância, Cícero ouviu e aprendeu sobre política numa vida em que os cidadãos, como o seu pai, permaneciam alheios às questões que se agitavam em Roma e que só eventualmente iam ao Campo de Marte ou ao Fórum. Mas isto não significa que não fossem patriotas ou ciosos da condição de cidadãos romanos.

A República havia conservado para eles, o seu prestígio, porque, vivendo longe dos grandes centros, viam menos as suas fraquezas, e lembravam-se sempre de suas glórias passadas. Foi no meio dessas populações rústicas, retardadas nas idéias, como nas maneiras, que Cícero passou a sua infância, e aí aprendeu mais o culto do passado do que o conhecimento do presente (BOISSIER, 1945, p. 23).

A nobreza romana, num momento em que seus poderes estavam em baixa, não era generosa para com nenhum homem novo que se sentia compelido a abrir seu espaço num mundo de diferentes prazeres e maneiras e se apresentava insolente perante esses pretensiosos.

Assim, mesmo a seu serviço (da aristocracia) sempre conservou seus rancores de burguês descontente. Sabia que ela não lhe perdoava o nascimento, e que o apelidava de filho da fortuna (*homo novus*); em desforra, Cícero não poupava motejos contra essa gente feliz, dispensada de possuir mérito, e também de trabalhar, porque as primeiras dignidades da república lhe chegavam durante o sono (BOISSIER, 1945, p. 25).

A condição de homem novo fez Cícero buscar amizades, desfazer compromissos, sonhar com a glória e persegui-la por meio da política do patronato e da clientela que não destoava das práticas de sua época. A ele as honrarias não chegaram em virtude da hereditariedade e representavam um campo de batalha a ser vencido. Nesse sentido, quando da morte de César (44 a.C.), Cícero fortaleceu seu círculo de relações pessoais e empreendeu uma ação imediata para que o Senado reassumisse o comando da vida política romana. Fazia parte de seu discurso reiterar que todas as atividades romanas estavam interligadas.

Utilizando-se de sua habilidade como orador procurava ensinar, agradar, comover, ainda que não raras vezes sua eloquência suscitasse irritação e hostilidade nos seus ouvintes. Ciente desse duplo efeito causado pelo nosso orador, seu biógrafo escreveu:

Esta jovialidade e espírito no falar com graça é coisa muito conveniente a quem se dedica à advocacia e parte do bom espírito; mas, por usá-la demasiado freqüentemente e por qualquer motivo, ele aborrecia a muitos e era tido em conta de homem maligno e mordaz (PLUTARCO, 1967, p.75).

A carreira política de Cícero caminhou associada a sua eloquência e levou-o ao consulado. Seu papel na repressão à conjura de Catilina o elevou ao primeiro escalão entre os políticos do seu tempo. Tão ou mais veemente que Catão, Cícero clamava por uma punição exemplar aos conspiradores. Em suas orações ao Senado afirmava que os conspiradores estavam a descoberto e que os bons romanos odiavam Catilina,

Que coisa há ainda nesta cidade que te possa dar gosto, pois ninguém há que não te tema? Fora desta conjuração de gente estragada, ninguém há que não te aborreça. Que nódoa de torpeza doméstica se não tem lançado na tua vida? Que infâmia em matérias particulares se não tem amontoado sobre aqueles labéus? (...) Passo em silêncio a perdição dos teus bens, que sabes te está iminente nos próximos idos. Não falo no tocante às particulares ignomínias de teus vícios, nem na tua doméstica penúria e miséria, mas no que pertence ao governo da República, e a vida e proveito de todos nós (CÍCERO, "Orações", 2004, p.31).

Depois de ter percorrido as magistraturas na condição de *homo novus*, que unia o *otium* intelectual às tradicionais obrigações para com o Estado, Cícero ocupou o consulado no ano de 63 a.C. A identificação que se pode perceber entre Cícero e a República Romana, na representação que dela fazia como o regime político ideal é uma preocupação que acompanha seus escritos.

1.2 CÍCERO E SUAS OBRAS

A experiência literária de Cícero teve início na sua juventude. Dentre seus poemas sobreviveram quarenta fragmentos e uma seqüência de quatrocentas e oitenta linhas. Podemos referenciar, “*De nostro Consulatu*”, poema épico em três cantos, exaltando a sua obra de cônsul. Chegaram até nós somente alguns fragmentos e “*De meis Temporibus*”, também em três cantos. Segundo Bowder (1980), seus trabalhos filosóficos contam, também, numerosas traduções de tragédias e poemas épicos gregos, como de “*Phoenomena de Arato*”.

Assim como para outros romanos, as correspondências eram freqüentes e faziam parte do repertório dos grandes homens. Eram escritas nos mais diferentes contextos: durante o almoço, na liteira, no Senado. Escrevia o que no momento pensava, aquilo que no momento sentia, sem qualquer intenção de publicação, num estilo coloquial, alegre, vivo, cheio de alusões e citações em grego. Segundo Leoni no estudo introdutório de “*Orações*”,

Cícero escreve o que *in buccam venit* e deseja que as cartas fiquem escondidas *nequando quid emanet*, confessa ao amigo que tais escritos são desabafos feitos consigo mesmo, à guisa de monólogos, *ego tecum tamquam mecum loquo* (apud CÍCERO, “*Orações*”, 2004, p.17).

Da volumosa correspondência do orador romano, 76 livros de cartas, apenas metade chegou até nossos dias. Essas correspondências podem ser divididas em quatro grupos:

1- *Ad Atticum*: 16 livros de cartas a Tito Pompônio Ático, amigo íntimo de Cícero, a quem sempre abria o coração, (68 - 54 a.C.);

2 – *Ad Familiares*: outros 16 livros de cartas dirigidas a amigos e parentes, publicadas, provavelmente, por Tirão, seu liberto (63 – 43 a.C.);

3 – *Ad Quintum Fratrem*: em três livros, escritas a seu irmão mais moço Quinto (60 – 54 a.C.);

4 – *Ad Brutum*: em dois livros, contendo a sua correspondência com Marco Júnio Bruto.

Segundo Harvey, as cartas mais interessantes foram àquelas destinadas a seu amigo Ático, demonstrando que Cícero “foi um homem de temperamento atilado, impressionável, irresoluto e vaidoso, mas fundamentalmente honesto, inteligente, afetuoso e cordial” (1998, p.118).

Entre os cinqüenta e oito discursos preservados, ainda que incompletos, pode-se perceber que Cícero já discursava com a autoridade de sua condição de homem público. As circunstâncias de seus discursos eram variadas. Alguns foram somente escritos, depois alterados para sua publicação, outros compostos para o Senado e os demais, para a Assembléia Popular e para os tribunais.

Seus principais discursos são:

1- *As Verrinas*: divididas em duas *actiones*, a primeira com dois discursos e a segunda com cinco, formam uma veemente acusação contra o governador Verres, defendido pelo célebre Hortênsio (70 a.C.);

2- *Pro Murena*: defesa do cônsul designado Murena, acusado de suborno nas eleições consulares, pronunciado entre a 2ª e 3ª Catilinária (63 a.C.);

3- *Pro Archia*: Cícero defende o poeta grego Aulo Licínio Arquias, seu antigo professor de poética, ameaçado de expulsão sob o pretexto de não ser cidadão romano (62 a.C.);

4- *Pro Milone*: defesa em favor do assassino de Clódio, julgada uma das mais belas de todos os tempos (52 a.C.);

5- *As Catilinárias*: quatro discursos pronunciados contra Catilina e seus cúmplices que tramavam a revolução política e social (63 a.C.);

6- *Pro Marcello*: discurso gratulatório a César por haver permitido o regresso do pompeano Marco Cláudio Marcelo do exílio (46 a.C.);

7- *Pro Ligario*: discurso em que Cícero apela para a clemência de César em favor do pompeano exilado Quinto Ligário, acusado de alta traição (46 a.C.);

8- *As Filípicas*: catorze discursos contra Marco Antônio que, após a morte de César, primeiro fingiu ser republicano, mas, depois, desmascarando-se, quis restabelecer a ditadura (44 – 43 a.C.);

9- *De império Gnaei Pompei* ou *Pro Lege Manilia*: defesa de uma proposta de lei, destinada a dar poderes a Pompeu na guerra contra Mitridates (66 a.C.);

10- *Pro Domo*: Cícero defende, diante dos pontífices, a desapropriação de um templo de Liberdade, construído no local de sua casa, mandada incendiar por Clódio, o orador ganhou a causa e pôde reconstruir sua residência (57 a.C.);

11- *Pro Sestio*: eloqüente apologia ao procedimento de Sístio (56 a.C.);

12- *Pro Caelio*: defesa do jovem M.Célio Rufo, acusado injustamente por Clódia de vários crimes, incluindo o de envenenamento (56 a.C.);

13- *Pro C. Rabirio Póstumo*: defesa de Rabírio, acusado de concussão (54 a.C.);

14- *De lege agraria*: em que Cícero obtém o êxito extraordinário de levar o povo a rejeitar a lei agrária do tribuno Rulo que pretendia dar à plebe parte das terras do Estado (63 a.C.);

15- *De provinciis consularibus*: no qual propõe a prorrogação dos poderes de César na Gália (56 a.C.).

Ainda muito jovem, Cícero fez seu primeiro tratado sobre retórica. Assim como os seguintes com temas de importância permanente: a história da oratória em Roma; as características e a educação do orador perfeito que deveria também ser filósofo, historiador, jurista. Contém, ainda, as classificações formais e as divisões da retórica clássica.

A filosofia ocupou boa parte da vida de Cícero. Suas obras filosóficas pertencem a um período de intensa atividade, durante o qual sintetizou, principalmente, o pensamento ético grego. Ao que tudo indica, ele se dedicou à filosofia por dois motivos principais: primeiro porque proporcionava distração, prazer; segundo, como consolo que se tornou necessário depois da morte de sua amada filha Túlia, em fevereiro de 45 a.C.

Entre as principais obras filosóficas de Cícero, podemos destacar:

1- *De Republica*: em que discute sobre a melhor forma de governo (54 – 51 a.C.);

2- *De Officiis*: normas de procedimento, destinadas ao filho, onde propõe um ideal cidadão que desejava ver realizado nele (44 – 42 a.C.);

3- *De Senectute* ou *Cato Major*: diálogo dedicado a Ático, em que Cícero pretende provar que a velhice nada tem a temer; (44 a.C.);

4- *Laelius* ou *De Amicitia*: diálogo sobre a amizade dedicado a Ático (44 a.C.);

5- *De Finibus Bonorum et Malorum libri V*: sobre o bem soberano, com a doutrina dos epicuristas, estóicos, acadêmicos e peripatéticos (45 a.C.);

6- *Academica*: sobre o conhecimento, com exposição da doutrina dos Acadêmicos (45 a.C.);

7- *Tusculanae Disputationes*: em cinco livros, forma dialogada entre personagens que se supõem reunidas em sua vila de Túsculo, onde Cícero estabelece a imortalidade da alma e apresenta a virtude como base da felicidade (45 a.C.);

8- *De Natura deorum libri III*: sobre a existência e natureza dos deuses (45 – 44 a.C.);

9 – *De fato*: em que refuta a teoria dos estóicos a respeito do destino (44 a.C.);

10- *Hortensius*: do qual restam alguns fragmentos que se encontram nos escritos de Santo Agostinho.

Perdeu-se a sua obra *Consolatione*, provavelmente, escrita no sentido de encontrar consolo para sua dor, depois que se divorciou de Terência, com quem vivera mais de trinta anos.

Cícero realizou estudos de direito e de retórica – os mais prestigiados da época – e, na mesma linha, dedicou-se à filosofia em Roma e nas escolas da Grécia. Após a morte de Sila (78 a.C.), retornou à Itália. Recebeu uma educação política, assistindo habitualmente ao Senado e estabelecendo contato pessoal com os maiores oradores políticos do momento. Iniciando o curso das magistraturas foi eleito *questor* (76 a.C.) e exerceu suas funções na Sicília. Retornando a Roma, envolveu-se nas causas políticas de sua época.

Nas transformações que marcaram os anos finais do período republicano em Roma, nosso autor foi um firme defensor da política do *concordia ordinum*, acordo entre todos os grandes proprietários de terras pertencentes à ordem senatorial e eqüestre e enfrentava aqueles políticos conhecidos como populares, descritos por ele como demagogos e inimigos da República. Sua meta era o *mos maiorum*, ou seja, a manutenção dos valores e da tradição romana, embutidos em tal conceito institucional.

Quando defendeu a causa dos Sicilianos contra o governador Caio Verres, dada sua familiaridade com os negócios da região, logrou muito sucesso com as suas

“Verrinas”. A maneira como apontou as pilhagens do governador granjearam-lhe fama como advogado de sucesso nos julgamentos políticos. No ano 70 a.C. eclipsou a reputação jurídica de Hortênsio e chegou a cônsul no ano seguinte. Ambos entraram em conflito várias vezes, embora terminassem amigos pessoais mais tarde.

Com palavras e estilo, Cícero obteve a condenação de Verres, como se vê na passagem que se segue,

Não nego que na Sicília inteira, essa província tão rica, tão antiga, povoada por tantas cidades e famílias tão opulentas, tenha existido um só vaso, uma única pedraria, uma única pérola, uma única obra de ouro ou de marfim, um único bronze, enfim um único quadro, um único tapete que ele não tenha procurado, que não tenha examinado, e, se o objeto lhe agradou, que ele não tenha arrebatado. Tudo o que feriu os seus olhares ou excitou os seus desejos, decorações privadas ou públicas, ornamentos profanos ou sagrados, tudo se tornou sua presa (CÍCERO, “*Dos Deveres*” apud PEREIRA, 2002, p. 139).

Por essa introdução, pode-se perceber que a coisa pública era tomada como patrimônio pessoal, tal como ocorrera com Verres. Cícero acrescenta,

Eu vos acuso, Verres, de haverdes recebido contra as leis quarenta milhões de sestércios. Concordo, ao mesmo tempo em que, não vos contaram uma única peça. As vossas mãos eram os vossos prefeitos, os vossos escribas, os vossos médicos, os vossos porteiros, os vossos pregoeiros. Todo esse bando de pessoas que fez à Sicília maior mal do que cem cortes de escravos fugitivos (“*Dos Deveres*” apud PEREIRA, 2002, p. 118).

Caio Verres fora partidário de Sila (83 a.C.) até tornar-se propretor na Sicília (73 - 71 a.C.) quando realmente extorquiu sistematicamente a província em proveito próprio e tornou-se o exemplo de governo provincial corrupto e opressivo. Ele esperava sobreviver à acusação de roubo no tribunal romano, graças a amigos poderosos como Metelo e Hortênsio, contando também com grandes subornos. Contudo, além do talento de Cícero para condená-lo, a influência política do cônsul Pompeu, cujos clientes sicilianos Verres ofendera, acabaram por ditar-lhe a condenação, uma multa de setenta e cinco mil sestércios.

Cícero foi tido como suspeito de ter se deixado dominar e corromper pelo dinheiro, mas sua resposta provou o contrário,

[...] quando ele foi eleito edil, os sicilianos, sentindo-se seus devedores, trouxeram-lhe vários presentes da sua ilha; ele, porém, para seu proveito pessoal não tomou coisa alguma, usando da liberdade deles somente para fazer baixar os preços dos víveres da cidade (PLUTARCO, 1967, p. 79).

Após ter ocupado o cargo de edil (69 a.C.), pretor (66 a.C.), no ano 64 a.C Cícero aproveitou-se das suspeitas levantadas contra Catilina para assegurar para si o cargo de cônsul. Este parece ter sido um momento crucial de sua carreira, pois finalmente abriu caminho no exclusivo grupo dos *optimates*, ainda que a opção da aristocracia romana observasse com preconceito a presença de homens novos no consulado. Entretanto, ele persistia em demonstrar que se identificava com os interesses dos romanos e, em várias ocasiões, pôs sua oratória a serviço das causas patrícias. Assim, combateu o projeto radical da lei agrária, proposta por Rulo e, assumiu uma postura solidamente conservadora contra Catilina⁷.

No dia 8 de novembro de 63 a.C. encontrando seu inimigo no Senado contra ele pronunciou a famosa frase: “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência?” Cícero esbanjava vaidade até que seu inimigo foi abatido em batalha onde Marco Antônio partiu à frente do exército formado para tal finalidade. Esmagados pelo número os partidários de Catilina e dos que o apoiavam, foram vencidos.

Contudo, ao que parece, sua relação conflituosa com Catilina fez temer pelo futuro incerto, tanto de Roma quanto de sua própria pessoa. “Que mal faço se havendo dois corpos nesta cidade, um magro, raquítico e pobre que tem chefe e outro, grande, gordo e forte que o tem, eu lho dou?” (PLUTARCO, 1967, p.89). Catilina se referia ao povo e ao

⁷ Para o nosso autor Catilina era um indivíduo equivocados, sempre em conflito com os deuses e os homens.

Senado.

Catilina era um aristocrata ambicioso, mas tinha uma vantagem, ser oriundo da ordem equestre: pertencia a uma família que, era da *nobilitas* ancestral. Em acréscimo, enriquecera-se com os legados de Sila durante os banimentos de 82 a.C e obtivera destaque nos anos 60 a.C.

Pretor em 68 a.C, Catilina foi impedido de se candidatar ao consulado em 64 a.C. devido a uma acusação de extorsão. Além disso, neste mesmo ano, não conseguiu o cargo porque Cícero controlou os votos dos conservadores. Formou uma grande clientela quando começou a explorar a agitação agrária espalhada pela Itália, propondo reformas revolucionárias. Em nova tentativa de assumir o consulado no ano de 62 a.C. foi mal sucedido, pois os elementos conservadores mais uma vez, uniram-se contra ele.

Cícero proferiu e escreveu contra ele, as quatro “Catilinárias”. Essa pendência lhe deu a oportunidade de se apresentar como salvador da República, pois, ao que parece, a perseguição incansável por parte de Cícero, contribuiu para a sua posição de rebelião declarada.

Catilina deixou Roma em fins de 63 a.C e passou para o lado dos opositores da instituição senatorial. Juntou forças com Lépido em 78 a.C, mas, a rebelião foi facilmente esmagada com uma grande dose da atuação de Cícero.

Cícero soube valorizar o seu feito ao apresentar a conspiração bem maior do que realmente foi, através de a “primeira catilinária”. Foi desta forma que se fez passar por aquele que lograra preservar a instituição republicana de um violento golpe de Estado, ou como lemos: “ao exagerar o significado e o objetivo da ‘conspiração’, ele conseguiu aumentar a importância do próprio feito” (BOWDER, 1980, p. 68).

É preciso destacar que ao lado dos objetivos políticos, Cícero nunca perdeu seus objetivos materiais, que lhes eram tão caros quanto o prestígio. Possuía vilas em Arpino,

em Pozzuoli e em Pompéia, uma fazenda em Formes, outra em Túsculo e um palácio sobre o Palatino. Tudo isto comprara com empréstimos consentidos por seus clientes, porque a lei proibia que os advogados recebessem honorários. Eram os empréstimos que nunca reembolsados, substituíam a recompensa pecuniária. Além disso, Cícero enriqueceu também através de testamentos nos quais se fazia herdeiro.

1.3 CÍCERO: O HOMEM POLÍTICO

As orações contra Catilina granjearam para Cícero um grande prestígio e, sobretudo, fizeram o filho de um simples cavaleiro receber a solidariedade da alta aristocracia romana. Mais importante, ainda, é que a perpetuação dessa solidariedade se tornou o grande ideal político de Cícero: a *concordia ordinum* ou o ajuste entre as duas ordens hegemônicas da sociedade e política romana.

Mas, durante as guerras civis e disputas que marcaram o fim da República e anteciparam pelas circunstâncias, o Principado, o corpo cívico romano viu rompida essa harmonia de interesses entre as ordens dominantes. Ao assinalar os momentos iniciais dessa situação Corassin (2001) faz referência ao fracasso das tentativas de reforma agrária desenvolvida pelos irmãos Graco e que terminou com a morte de ambos, num pequeno espaço de anos, entre 134 e 121 a.C. Segundo a autora, “a figura de ambos tornou-se um símbolo da política dos ‘populares’, aberta a reformas e favorável ao povo”. Ou, como a oposição a eles “era liderada pelos *optimates*, os conservadores que defendiam os privilégios da oligarquia” (2001, p. 58).

A se pautar pela mesma autora, a posição de Cícero como defensor dos segundos, os que lutavam pela manutenção do *status quo* republicano fica bem nítida,

Nesse clima de insegurança, Cícero desenvolveu uma reflexão teórica em sua obra *Sobre a República*. Admirador da constituição republicana, o autor acreditava que sua salvação estava na *concordia ordinum*, o entendimento entre a ordem eqüestre, da qual ele próprio era oriundo, e a ordem senatorial, para a qual entrou ao ser eleito cônsul. Por outro lado, defendia a existência de um homem que exercesse um papel moderador, um sábio que governasse de acordo com o interesse geral (CORASSIN, 2001, p. 62).

As palavras finais de Corassin (2001) permitem inferir porque Cícero depositou tanta confiança em Otávio, naquele a quem considerava o seu “garoto” e que, por ironia do destino, daria o golpe final na República que ele tanto defendia como ideal político. Isto é legítimo de se afirmar, pois apesar de se apresentar como o restaurador da República que trouxe de volta a paz após tantas guerras civis, Otávio na verdade se tornou uma figura imperial e absoluta, o Augusto que deveria merecer reverências devidas aos deuses.

Nos últimos quarenta anos da República, a luta entre os chefes políticos, como aquela que ocorreu entre César e Pompeu, foi decisiva para Cícero. Neste momento, os soldados veteranos sempre coerentes, “apoiaram seus antigos generais, que os conduziram durante longas campanhas e que podiam proporcionar-lhes terras”. Assim, junto com os soldados da ativa, “foram o principal sustentáculo de líderes militares como Mário, Pompeu, César e Otaviano” (CORASSIN, 2001, p. 62).

Um dos maiores problemas de Cícero, como político, foi sua opção primeira por Pompeu, perante o que César representava, suas idas e vindas quanto a isto e, depois, sua tomada de posição entre Marco Antônio e Otávio.

No ano de 49 a.C. a guerra civil se reiniciou em Roma entre Pompeu e Júlio César. Este último, general vitorioso, se tornou o único senhor de Roma e foi nomeado ditador com a finalidade de reorganizar a República, mas, não recebeu as simpatias de Cícero que desconfiava de suas pretensões imperiais.

César comandava 39 legiões e empreendeu um programa de reformas que objetivou fazer com que o Senado recebesse novos membros, todos eles nomeados pelo ditador, ainda que antes não tivessem ocupado nenhuma magistratura. Para Cícero, cioso de suas prerrogativas e honras conquistadas, isto era intolerável e penoso ver o Senado de novecentos membros, perder parte de suas funções mais importantes, como a administração financeira e provincial.

O traje triunfal de Júlio César, usado sempre, com o manto de púrpura, a coroa de louros e as moedas de ouro com sua efígie, eram distinções que lhe conferiam “um caráter sobre-humano” e, faziam com que seus adversários, como Cícero, o acusassem de “aspirar à realeza” (CORASSIN, 2001, p. 61).

Entre os anos 58 a.C. e a morte de César, nos idos de março de 44 a.C., transcorreram episódios de encontros e desencontros entre Marco Túlio Cícero e César, revelados em alguns de seus detalhes numa interessante correspondência. Aliás, tais eventos podem ser uma prova cabal das reservas de Cícero perante César e o perigo declarado que representava para a sobrevivência da República Romana.

Tudo se iniciou na seqüência de desfavor, em 58 a.C., quando Cícero foi exilado por um ano, por uma lei especial de Clódio, sob o pretexto de ter executado cidadãos romanos sem julgamento. Porém, foi chamado de volta em 57 a.C por iniciativa de Pompeu, de quem sempre se declarara admirador e a quem sempre procurava associar à nobreza.

Mesmo assim, depois de 56 a.C. a independência política de Cícero foi contrariada de modo humilhante pelo Triunvirato, do qual ele acabou se tornando quase um instrumento, ao fazer a defesa de antigos inimigos. O comando proconsular na Cilícia, que lhe foi concedido em 52 a.C. deixou-lhe pouca margem para a ação.

Retornando a Roma no início da Guerra Civil, ele conservou o seu

imperium como proconsul até o ano 47 a.C. desempenhando um papel menor durante esse período.

Quando se uniu a Pompeu e Crasso, César lhe ofereceu uma participação política, pois conforme escreveu J. Wight Duff “a colaboração de um jurista, mestre na oratória, ter-lhe-ia sido de manifesta vantagem” (*apud* BROCKWAY e WINER, 1949, p. 7). Mas, sem romper as relações de aparência amistosa com César, ele preferiu a aliança com Pompeu, o qual, segundo pensava preservaria o poder do Senado, o sustentáculo da República Romana.

No início do ano 49 a.C. a posição política de Cícero estava ameaçada, pois Dolabela, seu genro, e Marco⁸, o sobrinho, eram cesaristas, o último tendo abandonado o partido de Pompeu na eminência da derrota do chefe. Este foi um momento em que Cícero temeu por sua vida e em carta carregada de emoção, tentou confortar a si mesmo, escrevendo, de Cumas, a 14 de abril no ano 49 a.C. “César me quer muito bem” (CÍCERO *apud* BROCKWAY e WINER, 1949, p. 8). Tal carta, como já assinalamos, exhibe traços do seu caráter e forma a parte mais volumosa de sua correspondência com seus contemporâneos.

Em meio a essa missiva de 14 de abril, ele afirma ter feito uma releitura das circunstâncias e aceitando o conselho de Ático ao terminar de uma vez por todas com as lamentações. “Pois por agora não estou pensando na posição, nas honras que perdi, mas sim no que alcancei, nos serviços que prestei, na reputação em que tenho vivido”. Porém, não deixa de acrescentar que dias desastrosos causaram sua ruína, pois houve gente que pensou que, sem expeli-lo do governo, não poderiam dar livre curso aos seus desejos (CÍCERO *apud* BROCKWAY e WINER, 1949, p. 8).

Cícero se refere a César como um chefe que “anda numa febre de insânia e

⁸ Em Roma os sobrinhos eram muito importantes, principalmente na ausência de herdeiros masculinos para a linhagem do patriarca familiar.

crise” e não há como abrandá-lo, pois sua “mão pesada” terminou por expulsar Pompeu da Itália e seguir perseguindo-o. Sempre cioso de si, ele faz referência também a Crasso e sentencia: “não considero as realizações desses comandantes superiores às minhas” embora ele estivesse em luta “com o destino adverso”. E, em nome de seu ideal, perguntava a si mesmo: “quem pode ser feliz depois de ter causado o abandono ou a invasão de sua pátria” (CÍCERO apud BROCKWAY e WINER, 1949, p. 9). Mais que isso, acusa a César de colocar as vantagens privadas e se subordinar “ao poderio”, o que o fazia digno de compaixão ao preterir a “segurança e a dignidade de sua pátria”. Tais palavras se dirigiam ao regime republicano, para ele, inseparável da grandeza romana.

Enquanto César agia como um tirano, Cícero se sentia em paz com sua consciência, principalmente porque havia prestado “os mais eminentes serviços ao Estado quando no poder” ou, pelo menos, nunca alimentara “senão pensamentos leais, ao ver que a República naufragou na tormenta” que ele vaticinara há quinze anos (BROCKWAY e WINER, 1949, p. 9).

Seus sentimentos republicanos reaparecem, quando diz deixar a vida “não sem viva amargura” não tanto por si mesmo, pois se considerava praticamente acabado, mas sim pelos filhos que deixava e para os quais se sentia obrigado “a assegurar, entre outras coisas, a integridade da constituição” (CÍCERO apud BROCKWAY e WINER, 1949, p. 9). Tais palavras Cícero escreveu a Ático, dois dias depois de haver recebido de Júlio César, a caminho da Espanha (16 de abril de 49 a.C.) uma carta de clara advertência, para que se mantivesse afastado da luta civil.

As palavras são incisivas e partem de César *imperator* para Cícero:

Embora confiante em que não procedereis inconsideradamente ou imprudentemente, todavia as informações que me têm sido trazidas levam-me a escrever estas linhas, fazendo-vos um apelo, em nome de nossa mútua cordialidade, no sentido de não vos ausentardes, agora que a fortuna se

declarou a meu favor, uma vez que não vos sentistes obrigado a fazê-lo quando a situação ainda era incerta. (CÉSAR apud BROCKWAY e WINER, 1949, p.13).

César faz alusão à sua opção por Pompeu e, continua:

Cometeríeis, assim fazendo, uma ofensa contra a nossa amizade, adotando, ao mesmo tempo, uma linha de conduta que está longe de vos beneficiar: tornaríeis claro que não acompanhais a fortuna – pois ela está notoriamente do nosso lado, e não do lado dos nossos adversários – nem os méritos da causa, pois eles são agora os mesmos homens a quem julgastes de bom aviso não prestar assistência em suas deliberações; ao contrário mostraríeis que condenais alguns dos meus atos, o que seria o golpe mais pesado que poderíeis infringir (CÉSAR apud BROCKWAY e WINER, 1949, p.14).

Portanto, em meio às ameaças mal veladas, César está aconselhando Cícero a se abster de qualquer envolvimento na guerra civil instalada e não intervir ativamente na luta.

Cícero ainda tentou unir-se a Pompeu na Grécia, desconsiderando as advertências de César. Foi recebido friamente e quando Pompeu foi derrotado em 48 a.C., na batalha de Farsália, sabia que não poderia contar com a magnanimidade de César. Todavia, a sorte ainda lhe sorriu, foi-lhe permitido o meio-exílio no sul da Itália. Depois da derrota de Pompeu, Cícero percebeu que era preciso parar de resistir a César.

Afinal, quando César desembarcou em Tarento, no mês de setembro de 47 a.C., Cícero foi saudá-lo. É provável que orgulhoso de seu triunfo e seguro de sua posição, tenha sido fácil a César mostrar-se generoso, abraçando e falando afetuosamente ao velho político, a quem convidou a retomar sua antiga vida.

Assim, até à morte de César, menos de três anos depois de sua volta à Itália, Cícero viveu tranqüilamente no campo, dividindo seu tempo entre a literatura, a filosofia e a correspondência.

Privado de toda influência política contentava-se com advogar a causa dos

pompeístas exilados. Segundo alguns autores, comentaristas de suas cartas, “as suas referências públicas a César são modelos de servil hipocrisia”, “louvaminhas”⁹, segundo consideram (BROCKWAY e WINER, 1949, p. 16).

A menos de três meses dos “idos” de Março¹⁰ (21 de dezembro de 44 a.C.) que trariam a morte do ditador, Cícero recebeu a César em sua esplêndida vila de Putéolos, de onde escrevia para seu amigo Ático: “uma vez é bastante”.

Ora muito bem, não tenho razão de queixa contra o meu formidável hóspede. Pois ele mostrou-se extremamente agradável (...), mas, quando ele chegou à Vila de Filipo (...) estava a casa tão cheia de soldados, que mal havia onde servir o jantar a César (...) dois mil homens, é o que te digo! Vi-me em apuros pensando no dia seguinte: felizmente Cássio Barba veio em meu auxílio e forneceu-me a guarda necessária. Armou-se um acampamento ao ar livre e a vila ficou bem defendida (CÍCERO apud BROCKWAY e WINER, 1949, p. 17).

Segundo descrição de Cícero, César passeou pela praia. Depois, “empomadado” e sob a ação de “eméticos”¹¹, tomou seu lugar à mesa, “comeu e bebeu sem escrúpulos, à medida do seu apetite”. Cícero contou, ainda, que o estado-maior de César foi servido liberalmente em três salas e até os libertos e escravos comeram à vontade, ainda que a parte mais graduada da comitiva tivesse recebido um tratamento especial, “um banquete de regalar o coração”. E, no comentário seguinte, toda a expressão do orgulho que se lhe atribuem: “de fato, mostrei que era alguém” (CÍCERO apud BROCKWAY e WINER, 1949, p. 17).

Porém, todas as suas reservas aparecem a seguir: “não trocamos palavra de política. Falou-se muito em literatura”. O que ele chama de um “aboletamento”¹² em sua casa, foi um episódio “penoso para os nervos”, ainda que “sem inconveniente sério”, o qual

⁹ Louvaminhas significa lisonja, gabo exagerado, bajulação.

¹⁰ No calendário romano, os “idos de março” ocorriam a partir do dia 15.

¹¹ Poção que provoca o vômito, um vomitório.

¹² Aboletar é aquartelar soldados em casas particulares, mas tem hoje um uso pejorativo de impor-se e desfrutar

ele pretendia nunca mais ter de repetir (CÍCERO apud BROCKWAY e WINER, 1949, p. 17).

Cícero, quando pouco, foi surpreendido - a 15 de março de 44 a.C. - com a notícia do assassinato de César, realizado por uma conjura de republicanos, que nutriam o mesmo ideal que ele.

Cícero não estava presente nem esteve implicado na trama. Todavia, no julgamento de Spengler foi ele um “autor intelectual do feito” como “intérprete do clube de patrícios em que se transformara o Senado” (apud BROCKWAY e WINER, 1949, p. 17 - 18).

No reagrupamento de forças depois da morte de César, Cícero parece ter entrado em campo com uma ousadia pouco habitual para um homem tão cauteloso e conhecedor dos meandros da política romana.

Discursou freqüentemente contra Marco Antônio, a quem atribuíam ambições autocráticas numa série de discursos históricos conhecidos como “*As Filípicas*”. Manifestou-se, também, a favor de Bruto e Cássio, os chefes da conspiração que levou à morte do ditador. Provavelmente ele contava com a amizade de Otávio, também filho adotivo de César e, mais que isso, que esse seu “garoto”¹³ tomasse partido pelo Senado e se opusesse às ambições de Antônio. Cícero ficou entusiasmado em elaborar planos para que se restaurasse com vigor o *status* republicano.

Porém, seu fracasso tornou-se mais evidente em 43 a.C. durante a formação do Segundo Triunvirato: Otávio, de forma não inesperada na política de então, uniu-se a Marco Antônio e a Lépido, e Cícero sentiu que estava perdido. Tomara uma posição sem volta e a inimizade de Antônio e os de seu grupo o atingiria. Otávio ainda tentou, ainda que

da hospitalidade de alguém sem gentilezas para o anfitrião.

¹³ Assim Cícero chamava a Otávio ou Otaviano, nascido Caio Otávio, filho de família senatorial.

timidamente, excluí-lo da lista das proscricções.¹⁴ Alcançado por seus inimigos, Cícero foi executado por mercenários de Antônio a 7 de dezembro de 43 a.C.

No ano de 27 a.C., Otávio, já então Augusto viu um dos seus netos lendo Cícero às escondidas. O Imperador tomou o códice, examinou-o durante alguns minutos e restituiu-o ao rapaz, dizendo, “um homem eloqüente, meu filho, um homem eloqüente e um patriota” (OTÁVIO apud BROCKWAY e WINER, 1949, p. 18).

Assim, apesar de todo o encantamento inicial por Otávio, Cícero morreu vítima da rede de intrigas da política romana. Entre todas as suas tomadas de posição, a última delas ainda se referiu à defesa e à esperança depositada nas instituições republicanas como a melhor forma de governo.

A crença que permeia toda a obra de Cícero – a de que a República era uma força vital intensa, ligada a uma tradição romana de respeito à idade na imitação de um feito ancestral e na aprendizagem da vida pública, motivo da sua maior causa - também estava se revelando insustentável. Contudo, não se pode atribuir a Cícero uma defesa linear do sistema, pois embora a República permanecesse como seu ideal, ele não se eximia de apontar algumas de suas incoerências.

No “*De officiis*” (1973) Cícero sustentava, por um lado, que não existia absolutamente uma *res publica* ou referia-se a ela como perdida, derrotada ou assassinada. Em correspondência pessoal exortou seu filho Marco a seguir seus próprios passos e ensinava-o a obter sucesso em um sistema político republicano, em que a glória militar, a eloqüência forense, o conhecimento jurídico e a liberdade política poderiam tornar um homem merecedor de fama, influência e poder. Ele considerava ser republicano “um dever daqueles que são talhados para a vida pública suportar os trabalhos e os riscos políticos

¹⁴ Na Roma Antiga era o nome dado às medidas de condenação arbitrária, anunciadas por meio de editais. Já haviam sido efetuadas por Mário (87 a.C.), Sila (80 a.C.), e no caso de Cícero, no segundo Triunvirato, formado por Otávio, Antônio e Lépido em 43 a.C.

envolvidos” (CÍCERO, “*Dos Deveres*”, 2002, p.13).

Na obra “*Dos Deveres*” Cícero não se dirigia apenas a seu filho. Suas intenções eram mais abrangentes e ambiciosas, na medida em que visava atingir os jovens romanos da classe governante, e, para tal, principiava argumentando para o seu mais próximo descendente. Todavia, seu final de vida, coerente com as tramas costumeiras da política que o envolveu nos acontecimentos e em muitas escolhas, foi, de certa forma, antecipado por Júlio César naquela carta sucinta, mas “amistosa” de 14 de abril de 49 a.C., na qual adverte Cícero para “se manter afastado da luta civil” (CÉSAR apud BROCKWAY; WINER, 1949, p. 13). Já nessa época ele temia por sua vida e, se conjeturas são possíveis, “se” não tivesse optado tão decisivamente por Otávio e investido com sua oratória contra Antônio, talvez lograsse morrer tranqüilamente em seu leito de idoso.

Na ocasião, assinalada acima, o conselho de César, que visava emudecer o orador por reconhecer sua competência, era muito claro perante o cenário da política romana:

Que mais pode convir a um homem de bem, a um cidadão pacato e sossegado, do que se manter longe da guerra civil? É coisa que muitos gostariam de fazer, mas não podem, pelo risco em que importa. Quanto à vossa pessoa, satisfeito que estais pelo que a minha vida fornece como garantia, e pela decisão a que me levou a minha amizade para convosco, não contrarieis melhor partido, mais seguro e mais honroso, do que abster-vos inteiramente de intervenção ativa na luta (CÍCERO apud BROCKWAY; WINER, 1949, p. 14).

É interessante, ainda, notar que segundo Plutarco:

O grande ódio que ele tinha por Antônio, primeiramente e, depois, sua natureza ambiciosa, foram, as causas principais que lhe granjearam a amizade de César, julgando que o fato de sua autoridade nas armas poderia servir para fortalecer o seu prestígio no desempenho dos negócios (1967, p. 142).

Sobre esse jogo de interesses presidindo as “amizades”, bem como a

mudança de cenário que transformava “amizade” em “desafetos” Salles tece algumas considerações. O ódio que Cícero nutria por Marco Antônio era arraigado e bastante influenciado pelo seu ideal da manutenção da República, que ele considerava ameaçada por um dos herdeiros presumíveis de César,

A vida de Antônio é ainda demasiadamente contrária às convenções sociais da Roma do século I para constituir um exemplo significativo. Todavia, a atitude do amigo de César, é sintomática de uma transformação profunda das mentalidades romanas nesse final da República. Já representa o anúncio do que serão os costumes de uma grande parte da nobreza na época imperial (SALLES, 1983, p. 215).

Combès (1932) ao discutir a “amizade” na política romana, faz menção à carta de Matio a Cícero (*Fam.*, XI, 28, C). Nesta, ele não se mostra como pessoalmente afeiçoado a César, mas se junta aos partidários do ditador, à medida que reproduz certos temas de sua propaganda. Porém, concomitantemente, ele procura transformar as relações de amizade entre ambos em posicionamento político.

Em apoio a tal idéia, Combès (1932) faz notar que a expressão dos sentimentos de amizade de Matio por César, ou o luto perante sua morte, não ultrapassou o desgosto por ver desaparecer uma pessoa na qual reconhecemos méritos na ação. Mais que isso, de uma forma bem “romana”, a fidelidade ao amigo soa menos como um grito vindo do seu íntimo e mais como um eco de lutas do Fórum. Assim, “os termos amigo e amizade são sempre ambíguos: da intimidade mais calorosa às efêmeras alianças (...) variados são os liames sociais que estas duas palavras designam” (COMBÉS apud MAROUZEAU, 1932, p. 177)¹⁵. Foi movido por tal prioridade que Júlio César escreveu a Cícero a carta de advertência para que não interviesse em sua ascensão, a qual no quadro político romano pode ser chamada de carta de “amizade”.

¹⁵ “Les termes *amicus* sont toujours fort ambigues: de l’in timité la plus chaleureuse aux éphémères alliances (...) varies sont les liens sociaux que ces deux mots désignent” (COMBÉS apud MAROUZEAU, 1932, p. 177).

Se a fidelidade ao ideal republicano, sempre presente na alma e mente do orador prevaleceu nessa ocasião e ele tomou o partido do derrotado Pompeu, o mesmo aconteceu quanto ao Segundo Triunvirato. Só que, desta vez, o que o aguardava não era o perdão de Júlio César, vitorioso em Farsália, mas sim, as proscricções das quais aquele a quem chamava de “garoto” e por qual nutria afeição, o entregasse para a morte em nome de se garantir no poder.

O sentido equivocado que faz separar o sentimento pessoal do político aparece, ainda, no episódio relatado por Plutarco (1967) com respeito às relações entre Otávio Augusto e Cícero.

Oltamare (1932, p. 61) se baseia no testemunho de Plutarco sobre o julgamento que Augusto reservou para Cícero, de “sábio” e “patriota” (PLUTARCO, 1967, p. 150), para ilustrar o grande remorso que o imperador Augusto, enquanto Otávio, sentiu por abandonar Cícero à sorte de Antônio. Parece ver neste juízo de valor proferido para o neto, uma homenagem prestada àquele que, apesar de seu patriotismo e eloquência, foi sacrificado em prol da política.

É possível perceber que Cícero foi amado e odiado. Vivendo em um tempo de agitações políticas e literárias, não podia fugir a crítica severa de alguns contemporâneos. Mas, se foi criticado no que diz respeito à política, não podemos dizer o mesmo do campo literário. Quintiliano ajuizou Cícero em um dos trechos do décimo livro da sua *Institutio oratória* escrevendo,

Justamente os homens do seu tempo disseram que ele era um tribuno; perante os pósteros o seu nome passou não como o de um homem, mas até como o da eloquência: por isso devemos ter os olhos voltados para ele e propô-lo como exemplo; por isso aquele a quem Cícero agradar muito, saiba que isso bastará para fazê-lo progredir (apud CÍCERO, “*Orações*”, 2004, p.22).

Sua morte foi precedida de uma decidida opção por Otávio, a quem ele considerava um possível defensor da República, o que obviamente, Antônio jamais seria. Assim, após o assassinato de César, novamente voltou à vida política, pensando que a República estaria restaurada. Todavia, o segundo triunvirato (Marco Antônio, Otávio e Lépido) encerrou definitivamente o período republicano.

Mas, se na curta duração, a causa republicana foi vencida quando Otávio se instalou no poder e recebeu o título e as honras de Imperador e Augusto, na repercussão através dos tempos Cícero alcançou um de seus ideais, qual seja, a memória das futuras gerações.

Para Bloch e Cousin, por exemplo, Cícero soube guiar as palavras, deu-lhes leveza e ritmo; “deu ao pensamento uma forma que, submetida às leis da língua, se tornou duradoura. Estas palavras, estas formas são vectores de um pensamento” (1964, p. 147).

Veléio Patérculo, historiador do tempo do imperador Tibério, apresentado no estudo introdutório da obra “*Orações*” de Cícero, dirigindo sua indignação a Marco Antônio pela morte de Cícero, escreveu,

Não conseguiste nada, ó Antônio; foste capaz de tirar a Cícero a vida cheia de angústias, de encurtar a sua velhice e de impedir que vivesse infeliz sob o teu governo; mas não lhe tiraste a gloriosa fama das suas obras e das suas palavras, até lhe aumentasse o mérito. A sua vitória vive e viverá nos séculos, enquanto o mundo for mundo, e o gênero humano morrerá antes da fama que ele obteve (2004, p.22).

Para Tácito no seu “*Diálogo dos oradores*”, o Império Romano sob Augusto, trouxe a morte da eloquência “alusão à morte de Cícero e ao emudecimento forçado do Senado” e “onde se instalava a solidão, chamavam-na de paz”. Ou seja, “*Divus Augustus eloquentiam sicut coeter placavit... ubi solitudinem facent, pacem apellant*” (CÍCERO, “*Dos Deveres*”, 2002, p. 27).

Para Boissier, o temperamento de Cícero “participou ainda mais de suas preferências políticas do que seu nascimento e das suas reflexões” (1945, p. 28). Sua vida privada foi esmiuçada e a prevalência dos interesses ligados ao *status*, à riqueza como meta, sobressai quando se trata de seus casamentos ou daquele ao qual forçou sua filha a um casamento de conveniência e que a fez tão infeliz a ponto de levar a um fim prematuro.

No caso de Catilina o seu lado pessoal falou de maneira inequívoca, e isso afirmamos ainda que conheçamos Lúcio Catilina apenas pelos retratos que dele fizeram seus inimigos, como Salústio e Cícero.

A paz em família parece ter faltado a Cícero. Terência foi representada como uma esposa virtuosa, mas que envenenou a sua vida com seu nervosismo, seus reumatismos e uma propensão a falar demais. Depois de sua morte, Cícero casou-se com Publília, mas logo se separaram, pois além de ser uma mulher de temperamento difícil não agradou sua bem amada filha Túlia¹⁶.

Não desconhecendo as prioridades próprias da contemporaneidade de Cícero, Boissier (1945) explica que não vai enveredar pelo caminho das fraquezas do caráter de Cícero, pois muitos já o fizeram. Porém se interessará por sua vivacidade de imaginação, divagando por grande número de projetos e tendo dificuldade em fixar-se em um.

Em momentos cruciais de sua vida, como aquele subsequente à morte de César (44 a.C.), o dissabor se misturou a um grande orgulho de ter feito a sua tentativa, a sua opção, que lhe rendeu algumas homenagens. “Durante seis meses, representou a alma do partido republicano”, “Fui eu, dizia, quem deu o sinal deste despertar” (BOISSIER, 1945, p. 52). Sua auto-avaliação não correspondia ao juízo que dele faziam alguns de seus contemporâneos, mas, algum mérito lhe foi atribuído. Tito Lívio que, além de não ser um de

¹⁶ Também com relação a Túlia a quem forçou a um casamento de conveniência, não obstante toda a sua paternal afeição por ela, o aspecto advindo dos valores socioculturais assume a evidência.

seus amigos, vivia na corte de Augusto, escreveu: “de todas as suas desgraças, foi a morte a única que suportou como homem” (apud BOISSIER, 1945, p. 52). Do impacto das oscilações entre favorecimento, desfavor e a rápida passagem da amizade à inimizade, ocorrentes no cenário político da época, Cícero não logrou escapar.

Quando Cícero estava, então, numa espécie de retomada de auge de sua carreira, o jovem Otávio, a quem os republicanos olhavam com desconfiança, percorreu os arredores de Roma, chamando às armas os veteranos que aí estacionavam e apresentou três mil reforços ao Senado, Cícero “deixou-se seduzir”. O reconhecimento do orador foi o mesmo do Senado. “Cumulou-se o libertador de dignidades e cumprimentos”. Em acréscimo, Cícero elevou-o em seus elogios, chamando-o de “divino moço, enviado pelo céu para defender a pátria”. (BOISSIER, 1945, p. 51).

A realidade que se seguiu trouxe à tona aquilo que todos assinalam, especificamente com relação a um dos fatos ocorridos quando da morte de Cícero, “traído” pelo “garoto” que tanto exaltou e incluído na lista de proscricções necessárias do triunvirato de que Otávio participava.

Assim, “se é certo que foi, algumas vêzes muito hesitante e muito fraco”, nas irresoluções que se lhe apontam, “sempre acabou por defender o que considerava ser a causa da justiça e do direito”. Finalmente, quando o Principado se estabeleceu e a causa da República “foi vencida para sempre, prestou-lhe o último serviço que ela podia reclamar aos seus defensores: honrou-a com a morte” (BOISSIER, 1945, p. 53).

Para o mesmo Boissier (1945) muitas vezes a retidão natural do espírito, que é a primeira qualidade de um homem de Estado pode tornar-se um perigo para ele. Pode-se ainda ponderar que apesar de escritor incomparável, as razões que lhe permitiram estilo, inviabilizaram seu lado político,

A vivacidade de impressões, a sensibilidade delicada e irritável, fonte principal de seu talento literário, não lhe permitiam que fosse bastante senhor da vontade. Sua imaginação, móvel e fecunda, tornava-o pouco capaz de projetos vultuosos [...] (1945, p. 29).

Eis uma impressão sobre Cícero que parece compartilhada por aqueles que, no meio-termo, buscam por uma apreciação sobre sua vida e obra. E ele acrescenta que, além disso: “os partidos não gostam dos indivíduos que recusam associar-se aos seus desmandos, ou que, no meio do exagero geral apregoam o seu conhecimento” (BOISSIER, 1945, p. 29).

Isto fez de Cícero um homem atrelado à sua opinião, ainda que vacilasse entre uma e outra, ao término do caminho, o ideal republicano nunca deixou de representar o seu norte. Boissier (1945) conclui que esta pode ser a origem mais provável – sua obstinação republicana – a mover suas energias, permitir erros, concentrar esforços e, sobretudo, no contexto geral, traçar a linha de sua morte e desgraça.

Ainda quanto ao Cícero “humano”, ele muitas vezes foi acusado de ambigüidade em suas opiniões (políticas ou pessoais). E, isto incluiu mais que apoiar ou retirar seu apoio a candidaturas. No caso de fazer o elogio a Catão, o personagem do seu “Catão: O Antigo ou A Velhice”, Cícero propositalmente omitiu um dado que outros apontavam. O severo censor, guardião da moralidade patrícia e republicana, parece ter nutrido um pendor menos honroso pelos jovens (BOISSIER, 1945). Porém, os mesmos que apontam tal atitude, reconhecem que essa atitude dúbia pode ser relacionada à sua insistente defesa da República, à qual não pretendia conotar mais vícios do que virtudes. Desta forma, pode-se justificar que ele se prendeu menos aos detalhes e mais ao contexto geral, nas escolhas que fez.

Assim, pode-se argumentar que, homem novo, Cícero tinha uma grande

ansiedade por se nobilitar por seus méritos pessoais e assim projetar a sua linhagem. Os momentos altos de sua vida, os quais sempre lembrava e a eles retornava como por saborear as passadas glórias parecem confirmar o fato. A notoriedade de certa forma o embriagou, literalmente, como quando o sucesso de suas Catilinárias lhe renderam um consulado.

As circunstâncias de sua morte, sempre em referência à sua defesa da República, levaram Tito Lívio a proferir um juízo condescendente. Ou ainda, segundo comenta Boissier: “se é certo que foi, algumas vezes, muito hesitante e muito fraco” nas irresoluções que se lhe apontam, “sempre acabou por defender o que considerava ser a causa da justiça e do direito”. Talvez, por isso, quando o Principado se estabeleceu e a causa da República foi vencida, prestou-lhe o último serviço que ela podia reclamar aos seus defensores: honrou-a com a morte (BOISSIER, 1945, p. 53).

Em Altino Arantes, no estudo introdutório da obra “Dos Deveres” encontramos alguns dos princípios norteadores para Cícero:

O respeito ao passado, o amor à tradição são materiais insubstituíveis na estrutura das nacionalidades; e a veneração das grandes personagens – em que se configuram as suas lutas, as suas aspirações e as suas glórias – representam, sem dúvida, a forma culminante desse culto, no qual se associam e se fundem os dois supremos ideais que Cícero repetidamente, em seus escritos, resumiu na lapidar divisa: - *Pro aris et focis* – pelo altar e pelo lar (apud CÍCERO, “*Dos Deveres*”, 2002, p. 15).

Para Arantes (CÍCERO, 2002) os livros, os discursos, as cartas que Cícero nos deixou e versam sobre os mais diversos e complexos assuntos, refletem o esplendor da “mentalidade enciclopédica” que ele nos concebeu e nos legou à posteridade como patrimônio de inestimável valia.

De interesse, ainda, é acompanhar o que se lê com René Marache (1957) na documentação geral de Cícero, pensando nele, numa síntese de homem e de político. Quanto

aos “*Segredos da Correspondência de Cícero*” em que Carcopino (1936) pretende desvendar algo sobre o personagem Cícero, parece que os ataques vibrados contra o homem, tomado em sua vida privada, são mais contundentes do que aqueles dirigidos ao homem público. Esta é, por exemplo, a opinião de Marache, quando afirma:

[...] vê-se que Cícero, colocado perante uma situação política difícil, pode se reconciliar com antigos adversários. Porém, ele não chegou com isso a abandonar seus ideais ou trair a causa que defendia. Mais que isso, conseguiu sempre justificar sua conduta por meio da teoria e da reflexão¹⁷ (1957, p. 5).

Foi no Fórum que Cícero promulgou o programa político que mais defendia, *imperium et libertas*, ou seja, a ordem e a liberdade.

Quanto às suas aparentes oscilações pode-se concluir que foram ocasionadas muito mais por circunstâncias específicas da política romana do que por uma incoerência pessoal ou negação de seus princípios mais arraigados, os quais permaneceram imutáveis por toda a sua vida, conforme observamos em sua obra. É necessário, ainda, acrescentar que Cícero mais do que qualquer outro, mostrava-se convicto na sustentação do Senado Republicano, demonstrando sua oposição aos crescentes assaltos contra a instituição que vinha dos tempos ancestrais. Entre estes ataques, o último que o deixou muito preocupado e certo de que seria necessário agir em defesa do regime ancestral, foi aquele que conduziu César ao principado, que era legalmente uma ditadura autorizada em tempos turbulentos, mas que sempre refletia um poder autocrático.

Talvez por ter vivido em um tempo marcado por expoentes na expressão política e literária, Cícero, não tenha logrado a proeza de escapar aos críticos ásperos e

¹⁷ “On voit donc que Cicéron place dans une situation politique difficile, a pu se réconcilier avec d’anciens adversaires: il n’a pas pour autant abandonné ses idées et trahi la cause qu’il défendait. Aussi bien el a justifié sa conduite par la théorie et la réflexion” (MARACHE apud L’Information Historique, 1957, p. 5).

severos. A procedência, o aumento e os altos e baixos de sua fortuna – e ele era certamente um indivíduo que ambicionava patrimônio e glórias – são alguns dos itens mais explorados em seu desfavor. Mas, tudo isto foi aplacado de alguma forma após seu falecimento, quando de sua entrada para a memória e páginas da história, conforme faz constar Leoni:

Depois de sua morte, pacificados os espíritos e alcançados uma firme consciência literária, a personalidade de Cícero, se foi discutida pelo que dizia respeito à vida política, engrandeceu ao contrário na consideração dos críticos e dos estudiosos, como a de um homem que tinha dado uma nova e verdadeira vida à língua latina e tinha feito dela um instrumento ágil e útil à expressão de qualquer idéia e uma forma capaz de conter toda a matéria que o espírito humano pudera criar (apud CÍCERO, “*Orações*”, 2004, p. 21).

Quando se trata, então, da transição da *libertas* republicana para o poder pessoal do *princeps* muitas visões se aplicam apropriadamente a Cícero. Sob tal ótica, Gonçalves, prefaciador do “*De Officiis*” escreve,

Cícero foi notabilíssimo advogado, geralmente como defensor; raras vezes como acusador. Os seus melhores discursos são os judiciários, em virtude dos invulgares predicados de que era dotado; naturalidade, imaginação viva, o dom do patético e da sensibilidade, do espirituoso e do sarcástico, do majestoso e da badinagem, sempre utilizados conforme as circunstâncias o exigiam (apud CÍCERO, 1973, p. 12).

Advogado, orador, político de prestígio, criticado ou exaltado, Cícero viveu sempre cercado da notoriedade. E foi nesse sentido, que logrou a imortalidade reservada aos homens: reviver na memória dos pósteros.

CAPÍTULO II

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS ROMANAS

2.1 O MODELO POLÍTICO DA REPÚBLICA

Roma inaugurou sua vida política sob o regime da realeza e sendo seu herói o fundador Rômulo. O rei, chefe vitalício do Estado, investia-se dos poderes civis, militares, judiciários, religiosos, representando o maior administrador, o general chefe, o juiz supremo e o grande sacerdote eleito pela Assembléia Curiata e confirmado pelo Senado.

A Assembléia Curiata, elegia o rei, decidia sobre a paz e a guerra, votava as leis e se pronunciava soberanamente em matéria jurídica. O Senado era a representação permanente das *gentes*, um conselho e Estado que assistia ao monarca no exercício do poder e era composto pelos chefes das *gens* romanas e etruscas. Isto porque, na fase de sua fundação e organização, os romanos foram governados, e subjugados, pelos etruscos. Sob o domínio dos reis etruscos, logo se constituiu um novo elemento constitucional e a plebe, não tardou a entrar em cena.

Assim, depois da segunda guerra púnica, mas principalmente a partir do início da activa política de expansão na região do Mediterrâneo oriental, formou-se rapidamente no Estado romano uma organização social, cujas principais características se encontravam já bem definidas por volta de meados do século II a.C. (ALFOLDY, 1989, p. 58).

Para Homo (1927), a plebe se opunha nitidamente ao patriciado (composto por patrícios de nascimento e seus clientes, tradicionalmente os descendentes dos primitivos fundadores). Sua origem complexa admite três possibilidades: primeiro, as populações conquistadas (viviavam nos montes Quirinal, Viminal e Capitólio), ou transplantadas à força no solo romano, principalmente no monte Aventino; depois os clientes emancipados do patriciado e, sobretudo, os estrangeiros domiciliados no sítio romano compostos principalmente por comerciantes, artesãos e operários.

Conforme suas origens, a plebe se apresentava como uma população essencialmente urbana, cuja situação jurídica os excluía da cidade e dos direitos próprios de um cidadão. Isto significava a ausência de direitos políticos e civis, pois até o *confarreatio* (casamento patrício), no que dizia respeito à plebe, era apenas um *coemptio* (viver juntos sem laços civis)¹⁸. Mas, como não pesava sobre os plebeus, os dois grandes encargos que pesavam sobre os patrícios, o serviço militar e os impostos, nas origens, a ausência de direitos tinha uma contrapartida de ausência de deveres.

A mudança governamental teve origem no descontentamento com o último rei etrusco, Tarquínio, representante de um governo estrangeiro que negligenciou os interesses de Roma não consultando o Senado em suas decisões. Cizec (1990) atribui a Revolução de 509 a.C. ao Senado e aos senadores latino-sabinos, descontentes com a aristocracia de origem etrusca.

Para Leon Homo, o período de quase dois séculos VI – IV a.C. representou um momento decisivo na constituição republicana, “a citada revolução de 509, a nosso ver, foi uma reação nacional latina, conduzida pelo patriciado e apoiada pelo exército”¹⁹ (1927, p.

¹⁸ A *confarreatio* consistia essencialmente uma cerimônia religiosa celebrada diante do altar doméstico: espalhava-se sobre a vítima imolada uma papa de farinha (feita de espelta, *far*) e dividia-se pelos noivos que, comiam um bolo, também feito de espelta (GRIMAL, 1984, P. 84)

¹⁹ “La révolution dite de 509 est, nous l’avons vu, une réaction nationale latine, menée par le patriciat et appuyée par l’armée” (HOMO, 1927, p. 30).

30).

A República foi o resultado de um longo processo histórico. A respeito do termo *res publica* é comum se fazer notar que literalmente significa “a coisa pública”, sendo usado em oposição ao que pertencia à órbita do interesse privado e empregado pelos romanos nos vários sentidos apontados em Corassin, ou seja, “o Estado, os negócios públicos e a forma de governo” (2001, p. 25).

O comando dos magistrados era fundamental à condição democrática, ainda que, para os romanos, como se lê em Cizec (1990, p. 120) isto significasse uma adesão maior à prática da oligarquia do que àquela que se conhece como democracia. Era o conceito de sistema composto. Portanto, a constituição de uma república que se pretendia democrática, assegurava influência a uma oligarquia que se apoiava na fortuna de seus membros,

A constituição da república, ou mais propriamente, a organização de suas instituições em um sistema, destinava-se, em virtude das leis adotadas, a assegurar o equilíbrio de poderes que garantissem a aplicação destas mesmas leis e a salvaguarda do poder perante as pessoas ligadas ao corpo cívico e aquelas que pretendiam nele se inserir (CIZEC, 1990, p. 120)²⁰.

Tomando Cícero como exemplo, Cizec afirma que:

Ele interpretava, similarmente, a constituição romana como algo misto, utilizando os mesmos critérios polibianos para classificar os poderes políticos. Segundo Cícero, o elemento fundamental da vida coletiva, sobretudo a participação do povo, seria a deliberação racional, que conduzia às decisões (*consilium: Rep, I, 39; 41-4*) (1990, p. 121)²¹.

²⁰ “La “constitution” de la republique, à vrai dire l’organisation de ses institutions em un système, parvint donc, une fois des lois licienes adoptées, à assurer l’équilibre des pouvoirs qui garantissait l’application des lois, et la sauvegarde du pouvoir face aux personnes détachées du corps civique et qui voudraient s’en emparer” (CIZEC, 1990, p. 120).

²¹ “Cicéron reprend, au siècle suivant, les réflexions polybiennes, dans le *De republica* et dans autres oeuvre, et interprète également la “constitution” romaine comme mixte, utilisant les mêmes critères pour classer les pouvoirs politiques. Selon Cicéron, l’élément fondamental de la vie collective, surtout da démarche du peuple, serait la délibération rationnelle, qui consuit aus décisions (*consilium; Rep. I, 39; 41-42*) (CIZEC, 1990, p. 121).

Parece ser legítimo interpretar que o jogo dos poderes republicanos assegurava ao cidadão romano algumas garantias, não obstante sua estrutura oligárquica. Ou como escreveu Cícero no seu “*Da República*” (1992) o tribunato do povo garantia a legalidade republicana.

Para Corassin, era desta forma que “ficava garantida a ‘liberdade do cidadão’, pois formava-se uma *civitas*” ou “comunidade de homens livres submetida a um conjunto de leis que limitavam a autoridade dos homens, estado portanto acima deles” (2001, p. 25).

A República como forma de governo, representou o apogeu do regime senatorial. A vitória obtida sobre Cartago e a conquista do Oriente desenvolveram bem depressa suas conseqüências políticas. Todo cidadão tinha o direito de se opor a qualquer decisão do Senado ou dos outros magistrados, o chamado direito de veto. Contudo, o poder estava centrado em uma instituição denominada Senado. Sua composição se fazia por membros escolhidos anualmente pelos *censores*, entre os cidadãos que tivessem sido *questores* pelo menos uma vez, e inscritos no grande livro – *album*. O papel das assembléias era, principalmente, votar as leis propostas por membros ou pelos magistrados e aprovar as declarações de guerra ou tratados de paz.

Cícero, em sua obra “*Dos Deveres*”²², reconhece que “o Senado era o porto de abrigo de reis, povos e nações, e os nossos magistrados e generais ansiavam por obter um único título de glória, o de terem defendido as províncias e os aliados com justiça e *fides*” (2002, p. 184).

Para Cícero (“*Da República*”, 1992) a *urbs republica* correspondia, a estrutura política, a coisa pública, que pertencia ao povo. “*Res publica*, diz Cícero, é *res*

²² No “*Dos Deveres*” de Cícero, ele apresenta com elogio um verso de Enio, que associava *fides* ao juramento de Júpiter. Temos, portanto, a fé nos juramentos, a lealdade, sancionada pelo deus máximo.

populi; e *res*, neste caso, tem sentido abstracto e, ao mesmo tempo, concreto: os bens comuns, os interesses comuns a todos os cidadãos no seu conjunto” (NICOLET, 1992, p. 25).

Contudo, lembra-nos Giardina, “só os membros da aristocracia senatorial, apoiados pela riqueza, pelo prestígio e pelas clientelas, seriam plenamente cidadãos, no sentido grego do termo” (1992, p. 16).

O cidadão, ao assumir a vida política, deveria levar consigo um coerente sistema de valores fundamentados na seriedade (*gravitas*), na parcimônia (*parsimonia*), na decência (*pudicia*), na ordem clara (*lucidus ordo*), e na disciplina (*disciplina*). A associação desses principais valores formava o depósito sagrado da *virtus* romana. A *dignitas*, a glória e a magnificência da alma se juntaram às virtudes do *vir bons*. Para Cícero,

Se a *dignitas* é ter bons sentimentos para com a *res publica* e dar provas aos homens de bem desses mesmos sentimentos, sou detentor da minha *dignitas*; se, pelo contrário, a *dignitas* reside em poder realizar o que se sente, ou enfim, em defendê-lo falando livremente, então nem só vestígio nos resta de *dignitas* (“*Da República*”, 1992, p. 12).

A *civitas* era o conjunto dos cidadãos que na República significava domínio de todos. Ela designava tanto a totalidade quanto a cidadania. Pode-se dizer que a *civitas* constituía, não somente uma estrutura mental, mas também uma instituição.

Desse modo, não era apenas o conjunto dos cidadãos, mas também um complexo de representações no interior do qual se manifestavam os valores do homem público e suas aspirações. A *civitas* reforçava as bases da moral, da administração e da vida jurídica.

A constituição da República veio assegurar o equilíbrio de poderes e garantir a aplicação das leis, a salvaguarda do poder face às personalidades destacadas do corpo cívico. “Da mesma maneira, esta constituição assegurava a influência de uma certa

oligarquia, que se apoiava, sobretudo na riqueza de seus detentores ²³” (CIZEC, 1990, p. 120) ²⁴.

Na oligarquia romana havia três elementos constitutivos fundamentais: os magistrados presididos pelos cônsules sob um princípio monárquico, o Senado que levava em consideração o fator aristocrático, o povo que supunha a expressão de um poder democrático em suas diversas assembléias.

Cícero interpretava a “constituição romana” como mista, utilizando os mesmos critérios para classificar os poderes políticos. Segundo Cizec, “para Cícero, o elemento fundamental da vida coletiva, sobretudo da marcha do povo, será a deliberação racional que conduz às decisões”²⁵ (1990, p. 121). O historiador francês acrescenta: “Cícero desconsiderando talvez as intenções dos verdadeiros *optimates*, considera que eles levam uma vida ‘honrosa’, levam seus negócios privados com ordem e as expõem as perturbações e a demagogia”²⁶ (CIZEC, 1990, p. 128).

Durante a República, o Senado foi o verdadeiro centro do Estado romano. Sua influência atingiu seu apogeu na época das guerras púnicas, para declinar em seguida devido às ilegalidades que a assembléia se permitiu cometer e dos ataques a ela dirigidos. Essa influência se deve principalmente à permanência de seu corpo, em confronto com magistrados anuais, bem como a sua composição. Contudo,

A maneira como o Senado exercia a sua *auctoritas* variou segundo as épocas. No início da República, o Senado pronunciava-se sobre as leis depois de votadas pelas assembléias populares, o que lhe dava a

²³ O significado desta constituição foi interpretada no século II a.C. por Políbio, pensador grego e historiador. Segundo ele, a constituição romana tinha um caráter composto, revelando o que os pensadores clássicos como Platão e Aristóteles designaram pela palavra *mikte*, a estrutura mista das instituições políticas.

²⁴ “Du même coup, cette “constitution” assurait l’influence d’une certaine, oligarchie, qui s’appuyait sur la fortune de ses tenants” (CIZEC, 1990, p. 120).

²⁵ “Selon Cicéron l’élément fondamental de la vie collective, surtout de la démarche du peuple, serait la deliberation rationnelle, qui conduit aux décisions” (CIZEC, 1990, p. 121).

²⁶ “Cicéron, em transgressant peut-être par là les intentions des véritables *optimates*, considère que ceux-ci mènent une vie “honorable”, mènent leurs affaires privées avec ordre, s’opposent aux troubles et à la demagogie” (CIZEC, 1990, p. 128).

possibilidade de as anular. Na segunda metade do século IV antes de nossa era, inverteu-se a ordem do processo: o Senado pronunciava-se antes da consulta do povo. Regressava-se, assim, à primitiva noção de *auctoritas* e a virtude de iniciativa e a influência real do Senado não parece ter diminuído. A partir dessa época, o Conselho dos Pais passou a ser dos antigos magistrados e era a sua experiência que decidia quanto às propostas de leis (GRIMAL, 1984, p. 108).

Claude Nicolet (1976) definiu o Senado como o conselho permanente da Cúria romana ou como o conselho público do Estado. O Senado foi o eixo da vida política desde o início até o fim da República e mesmo sob o Império ele conservou - pelo menos na teoria - o estatuto privilegiado. O Senado representava a oligarquia que dirigia a República.

Os senadores eram escolhidos pelos cônsules e, a partir de 318 a.C., pelos censores. Cônsules e censores riscavam da lista do Senado (*album senatorium*) os nomes dos membros mortos e os dos que a lei ou eles próprios julgavam indignos de ter lugar na assembléia. Eles completavam o número normal dos senadores escolhendo primeiro todos os ex-magistrados.

Encabeçando a lista do Senado, encontrava-se o *princeps senatus*, geralmente ex-censor ou ex-ditador patrício mais antigo; seguindo-se dos antigos ditadores, os censores, consulares, pretores, edis, tribunos e *questores*. Em cada categoria, os patrícios eram inscritos antes dos plebeus, e os *seniores* (acima de quarenta e seis anos) antes dos *juniores*.

A *res publica* era o Estado, mas, além disso, era a coisa pública ou coisa do povo. Cícero é convicto ao defini-la, “a coisa pública é a coisa do povo ou *est res publica res populi*” (“República”, 1992, p. 53). A República Romana é a organização jurídica do povo romano, aquela que pertence ao público. Por seu lado, o povo constitui o corpo dos cidadãos, ou seja, *optimo iure*. Diferentemente do *demos* grego, o *populus Romanus* constituía igualmente uma entidade jurídica.

O cidadão romano não é um sujeito passivo que obedece, sem qualquer contrapartida, àqueles que o governam: também é membro de uma comunidade – o *populus Romanus* – dotada da máxima autonomia e da maior iniciativa. É normal falar-se da ‘liberdade’ do povo romano, mas também da sua ‘soberania’ (*maiestas*) e por vezes também da sua ‘autoridade’. No entanto, de forma ainda mais técnica, diz-se que ele tem uma vontade – quer, exige – e que, para manifestar essa vontade, dá ordens (*voluntas, iussus populi*). Ora, como se viu, o povo não passa da totalidade extensiva dos cidadãos. Por conseguinte, as ordens devem exprimir, de maneira formal, verificável e concreta, aquilo que o povo quer (NICOLET, 1992, p. 32).

O Senado era o povo romano (*Senatus Populusque Romanus*). Ele não podia se reunir por sua própria vontade, mas deveria ser convocado por um magistrado em exercício, cônsul, pretor ou tribuno da plebe, que presidiria a reunião e fixava sua data e local. Os senadores exprimiriam seus votos *per discessionem*, ou seja, por separação. A votação terminaria no momento em que se atingisse a maioria perante a proposição formulada (BÉRANGER, 1958).

As atribuições ou competências mais concretas do Senado eram três: de ordem religiosa, pois tinha o guardião da religião dos ancestrais; de ordem financeira, pois tinha quem administrava o tesouro público da República, o *aerarium Saturni*; e a ordem política, externa e militar, pois tinha quem representava Roma nas relações com os outros povos, conquistados ou aliados.

A influência do Senado exercia-se em todos os domínios da vida política. É ele que atribui a cada magistrado e promagistrado a província, isto é, a missão que lhes é destinada, que lhes dá um exército em tempo de guerra e que lhes entrega sempre um território para governar. Esta prerrogativa implica que, na prática, decida qual dos magistrados ordinários terá direito, no ano seguinte, a uma promagistratura (GRIMAL, 1984, p. 109).

Em sua evolução, o Senado que teve sempre a tendência de se conceber como um grupo fechado, foi obrigado a admitir outros membros que se uniram ao patriciado originários dos primeiros séculos da República. Desde as origens republicanas até o segundo século a.C. a *nobilitas* transformara o Senado em clube fechado, filhos de senadores sucedendo a senadores. Segundo Cizec (1990), esta *nobilitas* era

freqüentemente corrompida e egoísta.

Raríssimos eram os *homine novi* que conseguiam romper a solidez dessa hierarquia. As novas famílias, provenientes dos cavaleiros de Roma, e de outras regiões que não o Lácio, recebiam tais honras como cidadãos romanos. Todavia, desde 140-130 a.C. operou-se uma modificação. Cresceu a proporção de homens novos, tais como Mário ou Cícero que ascenderam a postos consulares, ainda que se configurassem em casos raros. Os conflitos entre senadores e cavaleiros se tornaram freqüentes nos últimos anos da República.

Os cavaleiros eram recrutados entre os mais ricos cidadãos da primeira classe censitária, a ordem eqüestre ou *ordo equitum* enriquecida principalmente pelas conquistas romanas que se iniciaram no Mediterrâneo, com a conquista de Cartago. Na época de César, a composição social do Senado atestava bem o crescimento da categoria social eqüestre da qual ele mesmo e o futuro imperador Otávio Augusto provinham. Cizec (1990, p. 148) destaca os "*bouleversements profonds*" ou "agitações profundas" que sofreu a classe política romana da época, uma espécie de revolução que atingiu a instituição política e as forças sociais dominantes.

Se o número de membros efetivos do Senado foi aumentado, em contrapartida, seu prestígio diminuiu. Ele perdeu a maior parte de suas prerrogativas administrativas e financeiras. O poder financeiro confiado por César aos antigos pretores foi muito grande, enquanto o controle das províncias passou a ser de governadores designados pelo ditador. Tal situação alarmou consideravelmente os defensores do regime republicano.

O Senado representava em Roma uma instituição fundamental, um símbolo vivo das idéias políticas romanas. Nos tempos da República, o Senado significava não só a salvaguarda do regime político oligárquico, como também a *libertas*,

em especial a livre expressão das opiniões, garantida dentro de condições legais e censitárias, uma vez que a lei se aplicava sem distinções a qualquer cidadão.

Sob a República havia uma grande dose de dignidade reservada ao cidadão romano.

Em suma, o cidadão é, pela própria natureza das coisas, um soldado que pode ser mobilizado, um contribuinte, um eleitor e eventualmente também um candidato a determinadas funções. Na realidade estes três aspectos da sua natureza estão estreitamente ligados e o recurso a eles por parte da colectividade, ainda que apenas periódico, mantém-se virtual em todos os momentos. Não é necessário tomar uma decisão de princípio para justificar ou criar esses deveres: eles são anteriores a qualquer lei, contemporâneos da fundação da própria cidade. Dizem respeito e obrigam todos os cidadãos, a partir do momento em que começam a fazer parte da cidade: quando a sua idade o impõe ou, se são alógenos, precisamente devido ao próprio acto que os converte em cidadãos. (NICOLET, 1992, p. 26).

Graças ao ideal político, solidamente assentado em instituições tradicionais como o Senado, a monarquia imperial romana não se curvou aos princípios políticos provenientes do mundo oriental. E, de qualquer forma, as tradições das *comitia* ou assembleias populares se mantiveram fortes por muito tempo.

A respeito das *comitia curiata* e sua deliberação sobre o *imperium* Cícero (“*Da República*”, 1992) afirmava que os cônsules não poderiam exercer o comando militar sem a aprovação dessa assembleia. Ele ligava a autoridade dos magistrados às eleições populares conquanto tais magistrados adquiriam sua autoridade graças às assembleias. O magistrado deveria ser leal e esta lealdade assegurava o papel da cidade, fazia respeitar sua dignidade e garantir a honra, a salvaguarda das leis reguladoras do direito.

O ritualismo romano existia, bem como o seu formalismo e pragmatismo. No campo político, os ideais da filosofia estóica foram uma fonte de utilidade prática e de progresso moral. O estoicismo era o grande catalisador destas diretrizes,

até porque se tratava de uma proposta voltada ao apego à tradição, onírica, segundo a qual as virtudes ancestrais deveriam guiar os passos da nova geração. Com isso buscava-se, no plano do discurso, resgatar os antigos valores que orientariam a “classe política” de Roma.

2.2 O ESTOICISMO E AS ATITUDES POLÍTICAS NA REPÚBLICA

No campo das idéias, o estoicismo teve um importante papel na sustentação do modelo político republicano. O estudo e a compreensão dessa doutrina foi uma das grandes preocupações de Cícero.

A evolução desta corrente filosófica pode ser dividida em três grandes períodos: o estoicismo antigo (segunda metade do século IV até inícios do século II a.C.), o estoicismo médio (séculos II e I a.C.) e o novo estoicismo (a partir do século I a.C.). Tal divisão diz respeito às mudanças que o pensamento estóico sofreu ao longo dos tempos, resultado dos aportes que os sucessivos pensadores foram trazendo à doutrina, diante das profundas modificações que se produziram nas estruturas políticas, econômicas e sociais do mundo antigo.

A escola estóica foi fundada em Atenas, aproximadamente no ano 315 a.C. por Zenão de Citio. Zenão, o precursor dessa filosofia, considerava o mundo um conjunto orgânico e animado, controlado por uma inteligência (Deus). No que diz respeito a moral, ele argumentava que o homem nasceu para viver em harmonia com a natureza. Desse modo, poderia atingir a virtude e alcançar a sabedoria e a felicidade. Para Harvey “a ética estóica pregava a doutrina da fraternidade universal entre os homens, propondo o desligamento e a independência em relação ao mundo exterior” (1998, p. 206).

O primeiro “mandamento” do estoicismo, se assim podemos denominá-lo era, “viver bem, é viver de acordo com a natureza” (BRUN, 1986). Desse modo, o homem

mantinha a harmonia com o universo e se debruçava em aproximar-se o máximo possível do Soberano Bem, somente pleno no mundo dos deuses. Apenas o sábio buscava a virtude e dela se aproximava.

Brun reforça essa idéia dizendo que, “o sábio vive segundo a natureza, isto é, segundo a razão; por conseqüência, é isento de paixão, sem orgulho, sincero e piedoso” e “a paixão não é uma passividade, mas um movimento, um movimento irracional da alma contrário à natureza, ou uma tendência sem medida” (1986, p. 85).

Para definir o sábio, o estóico parte do pressuposto que os homens nascem com o instinto da preservação da própria espécie. Neste caso, o fato de recuar no momento de perigo não é sinônimo de sabedoria. O estoicismo advoga a virtude como presença do bem em uma pessoa. O sábio estóico deve procurar a virtude, a razão, sempre moderando as paixões.

Jean Brun nos lembra, ainda, que:

Os estóicos distinguem na moral, parte da filosofia: um estudo da tendência, um estudo dos bens e dos males, um estudo da virtude, um estudo do soberano bem, um estudo do primeiro valor, um estudo das condutas conveniente, dos encorajamentos, das dissuasões (1986, p.75).

Sob o ponto de vista estóico, a tarefa essencial da filosofia é a solução dos problemas da vida. Ou melhor, a filosofia é cultivada exclusivamente em vista da moral, para firmar a virtude e, conseqüentemente, assegurar ao homem a tal felicidade. Para se ter uma conduta moral, o homem deve agir conforme os princípios naturais em harmonia com o cosmo, buscando o equilíbrio e assegurando a felicidade.

Segundo o historiador francês Paul Veyne, “a ética estóica era uma receita baseada na natureza das coisas (quer dizer filosoficamente baseada) para viver sem temer os

homens, os deuses, o acaso e a morte”, e “para tornar a felicidade individual independente dos caprichos da sorte” (1990, p. 123).

O estoicismo pregava a *apatheia*, ou seja, a indiferença aos males da vida, inspirada numa sólida base do dever cumprido. Assim, o único bem do homem, não era senão, a virtude reconhecida como um bem imediato.

O termo “estoicismo” é derivado da *stoapoikilé*, ou “pórtico pintado”, local ateniense onde os membros da escola se reuniam. Seus princípios se fundamentavam em uma atitude radical da vontade; a decisão de assumir a dor, de anular o mal e as suas causas como parte da ordem (*kósmos*), e de inserir-se mediante a vontade na totalidade do universo. Assim, negava o mundo hostil incorporando-o, invertendo a relação dialética sujeito-mundo e, portanto, abandonando a conduta agônica e a resistência militante do voluntarismo cínico.

Partindo de tais afirmações, originou-se uma forma de *apatheia*, que consistia em assumir a realidade se distanciando dela. Uma das características mais destacáveis era a idéia da existência de um universo organizado, um *kósmos*, do qual faziam parte os indivíduos, e que era concebido como um ser vivo. Distanciado da atividade social e política, o estoicismo antigo não justificava nenhuma forma particular de cidade nem de governo. O ideal da *kosmópolis* levava a idéia de que os homens não deveriam viver em estados separados; todos tinham que ser concidadãos, formando parte de uma concórdia universal (*homonóia*). Para Pereira,

A brilhante descrição do *Kosmos*, com a Via Láctea como mansão das almas eleitas, a teorização sobre a alma como parte do sopro ígneo universal (à maneira estóica), a desvalorização das esferas em movimento e da harmonia universal, todas estas noções mais ou menos tradicionais se fundem para dar uma dimensão cósmica ao destino do Homem que soube dedicar-se à causa do bem comum (2002, p.165).

Ao relacionar o *Kosmos* ao destino do homem, Pereira (2002) faz menção ao que Cícero sempre defendera, ou seja, o homem público, as causas comuns e a idéia de

liberdade proclamada na República.

Em Roma, as condições sociais, políticas e econômicas deram condições para o desenvolvimento dessa filosofia. Panécio de Rodes (185-109 a.C.) foi o protagonista que se destacou nessa adequação das idéias estoicas ao mundo romano. Procedente de uma família nobre estabeleceu estreitas conexões com a aristocracia romana, chegando a formar parte do círculo mais íntimo de Cipião Emiliano.

Segundo Alfoldy a expansão romana e a influência espiritual da Grécia conduziram forçosamente a ruptura,

A verdadeira vingança dos vencidos consistia no facto de a filosofia grega, a inovação intelectual mais perigosa para Roma, conquistar o maior número de adeptos exactamente entre a camada social que deveria ser a guardião do *mos maiorum*, ou seja, entre os diferentes grupos da aristocracia dominante e principalmente no círculo dos Cipiões (1989, p. 77).

Panécio participou ativamente da adaptação do legado estoico aos interesses da aristocracia romana, introduzindo a crença na possibilidade do progresso moral e da encarnação do ideal de justiça na *res publica*. “É certo que a carreira política acarreta perigos e desgostos, que muitos exemplos célebres comprovaram” lembra-nos Pereira (2002, p.155). E o próprio Cícero, em seu livro “*Da República*”, afirmava que “nem há atividade alguma na qual a virtude humana se aproxime mais da divina do que a de fundar novas cidades ou preservar as já existentes” (1992, p. 32).

Alain Michel afirma que “desde Cícero e seus contemporâneos, a filosofia assumiu um lugar dominante entre os gêneros literários e por uma evidente influência grega, entrou em todos os programas educacionais”²⁷ (1969, p.9). Para ele a posição dominante da filosofia se justificaria pela presença dos ideais gregos na formação do homem romano:

²⁷ “Mais depuis Cicéron et ses contemporains, on sait que dans ces genres littéraires la philosophie a encore une place dominante; elle entre dans tous les programmes d’éducation” (MICHEL, 1969, p.9).

[...] a filosofia exerce uma influência espiritual extremamente poderosa. Nos períodos de opressão, ela se opõe às propagandas; nos períodos de tolerância, ela se torna, para os próprios governantes, o melhor meio para refletir sobre as condições e os problemas da ação política (MICHEL, 1969, p. 9)²⁸.

Pode-se perceber nessa afirmação que Cícero uniu os elementos fundamentais da cultura romana com a filosofia grega, colocando-as numa relação satisfatória para seu tempo. Coube a ele observar o modo romano de compreender o mundo. Para Pereira, “o papel de Cícero como difusor da filosofia grega e o seu valor como fonte de conhecimento dos mestres helênicos, desde os Pré-socráticos aos pensadores helenísticos, não sofre discussão” (2002, p. 134).

Cícero, influenciado por Filon, aderiu à nova academia e sua atividade de escritor lhe permitiu refletir sobre os problemas da oratória, do Estado e do direito. Sua preocupação básica era a convivência dos homens em sociedade. Embora admitisse que o conhecimento da verdade absoluta era impossível, sustentava que deveria existir alguma forma de conhecimento para assegurar o consenso.

Para os estóicos, os elementos assegurados pelo *consensus gentium* eram a lei moral, a consciência do direito, a da liberdade, criando-se conseqüentemente, o conhecimento de Deus e da imortalidade. Neste sentido, Cícero criou a metafísica do direito natural e sob o seu domínio dispôs o indivíduo imortal e de ação livre.

Cícero encontrou nas experiências psicológicas, sociais e principalmente históricas a base para compreender e justificar a ordem política, jurídica e moral,

Cícero quando obrigado a comparecer ao circo, tomava as suas tábuas e seu secretário consigo, e não olhava para o espetáculo. Teve mesmo ocasião de exprimir particular desgosto diante da cena da matança de um

²⁸ “[...] la philosophie exerce une influence spirituelle extrêmement puissante. Dans les périodes d’oppression, elle s’oppose aux propagandas; dans les périodes de tolerance, elle est pour les gouvernants eux-mêmes le meilleur moyen de réfléchir sur les conditions et les problèmes véritables de l’action politique” (MICHEL, 1969, p. 9).

elefante. Tais jogos eram condenados decididamente pela filosofia grega e, em vezes diversas, dois clínicos e um cristão deram as suas vidas na arena em protesto contra eles, antes que fossem abolidos (WELLS, 1970, p. 66).

Grimal nos lembra que “esta moral romana possui uma orientação nítida: o seu fim é a subordinação da pessoa à cidade e ainda há pouco tempo o seu ideal continuava a ser o mesmo, a despeito de todas as transformações económicas e sociais” (1984, p. 67). O próprio Cícero provou durante sua vida que o saber do orador era mais útil à cidade do que a estratégia do general, pois,

Esta noção exprimiu-se através de símbolos que juntara num verso do poema que compôs sobre o seu consulado (“que as armas cedam a vez à toga, os louros ao elogio” – ou seja, o poder militar ao civil, os louros do general vitoriosos ao encômio do magistrado) (PEREIRA, 2002, p. 140).

Cícero era muito jovem quando escreveu um tratado “Sobre a Invenção”, onde teceu considerações sobre a importância da prática retórica, pois pouco valia a cultura sem a eloquência. “É mesmo a arte da persuasão que, segundo o autor, possibilita à humanidade o avanço da civilização. O homem distingue-se do animal pelo falar. A capacidade de se exprimir é a medida da sua *humanitas*” (PEREIRA, 2002, 143).

As novas condições sociais, políticas e económicas deste Império resultante da centralização de poder nas mãos do *princeps*, do acúmulo das riquezas conquistadas e da continuidade da paz, criaram novas necessidades de ação e de ideais entre os romanos.

Neste quadro, Cícero com sua posição política, buscou na filosofia estóica argumentos para preservar o *mos maiorum* (tradição) por meio da manutenção do ideal político da *res publica* em oposição à nova estrutura política que se impunha, ou seja, o *Imperium*. Buscou encontrar no homem político de seu tempo, no homem romano republicano, o princípio da *virtus*. Tal princípio não se exprimia pela superioridade material ou social, mas pelas qualidades e pelo mérito pessoal do cidadão no exercício da vida pública.

O estoicismo que floresceu entre as elites intelectuais romanas era movido pelo interesse nas questões morais. A vida pura e digna se subordinava às especulações filosóficas e aparecia como alternativa de existência que dominava os romanos com riqueza e poder.

Neste sentido, o otimismo ideal que motivava Cícero a respeito de uma aristocracia moral não resistiu à realidade e perante um príncipe que não se envergonhava de mentir ao povo ou se considerar o árbitro supremo do bem e do mal, transformou esse otimismo em pessimismo real representado no poder imperial.

A princípio, Cícero pensou naqueles que desejam ser melhores moralmente, não buscando vantagens pessoais em detrimento do honesto e vantajoso. Não tinha a preocupação de apresentar um código de comportamento completo para cada ocasião. O que ensinava era como tomar decisões morais, como analisar diferentes caminhos possíveis de ação. Para ele, os homens deviam ser, “bons calculadores dos deveres” (CÍCERO, “*Dos Deveres*”, 2002, p.25).

Na mesma linha de pensamento helênico, inspirando-se no estoicismo, ele afirmava que o direito de propriedade individual estava subordinado pela natureza ao direito de propriedade coletiva. E ainda, o primeiro dever dos homens residia na preservação e conservação do gênero humano. Esclarecia também, que era preciso decidir sobre seu próprio modo de vida e aprender a partir da advertência e exemplo de um homem mais velho. Cícero acreditava que a predominância absoluta do direito natural era informada pelo uso da razão, portanto universal.

2.3 O IDEAL POLÍTICO DE CÍCERO

As reflexões de Cícero a respeito das ações políticas durante o governo

republicano, vêm expressas em várias de suas obras apresentando seus desejos, temores e seu ideal. Grenade escreve que “o estudo das fontes do pensamento ciceroniano na República nos leva a pensar que durante o consulado conduzido por ele, pode-se enxergar a síntese do monarquismo ideal herdado da especulação grega”²⁹ (1952, p. 162). Trata-se da legalidade republicana que deveria se impor ao regime de um homem público capaz de dirigir corretamente os destinos do Estado.

Nos últimos anos da República surgira já a concepção de um Estado em que o poder não seria exercido por cônsules nomeados pelo período de um ano, não prorrogável, mas por um ‘primeiro cidadão’ (*princeps*), moderador do Estado, protector de todas as ordens, designado pelo seu valor, autoridade, mérito e também por essa indefinível qualidade que faz com que um homem tenha ‘a mão feliz’, goze da proteção visível da divindade (GRIMAL, 1984, p. 74).

Porém, o *princeps* que Cícero defendera não era o mesmo daquele que se impunha no Principado. A partir da posição que Cícero assumiu é possível reconhecer o que seria seu *princeps*, ou seja, o poder não se concentraria nas mãos de uma única pessoa, mas, sim, de uma aristocracia romana cuja valoração da tradição seria o ideal político, ou seja, a preservação do *mos maiorun*. No “*Da República*”, procura demonstrar como se atinge a perfeição por meio de uma longa experiência e conclui que, sem justiça, nenhum governo é possível (1992, p. 44).

Entretanto, é imensa a distância que separa a defesa de Cícero quanto a seu *princeps* do que realmente se instaurou no principado, isto é, a distância que separa a direção moral da política desinteressada de um estado equilibrado e uma monarquia de fato dissimulada sob as aparências do equilíbrio mantido dos poderes. Para Aldo Araújo,

Por volta dos últimos decênios do século I a.C., todas as belas virtudes que haviam feito a grandeza moral e material dos romanos - a honradez e a sobriedade em todos os atos da vida pública e particular, o respeito à

²⁹ “L’étude des sources de la pensée ciceronienne dans le De Republica conduit à penser que c’est par le consulat que s’est réalisée par lui la synthèse du monarchisme idéal hérité de la spéculation grecque” (GRENADE apud MARAUZEAU, 1952, p. 162).

disciplina e o devotamento religioso aos deuses e à Pátria – já haviam descambado, salvo um ou outro exemplo isolado, para o perigosíssimo terreno da depravação generalizada (1998, p. 74).

Quanto ao Senado, ele tece considerações acirradas,

O Senado, após haver sido uma admirável corporação de governo, cujas qualidades tão firmemente demonstradas permitiram a Roma a conquista do mundo civilizado, veio a se transformar, com a corrupção dos costumes, no instrumento de uma oligarquia aristocrática, ávida e egoísta (ARAÚJO, 1998, p.75).

A República sempre esteve ligada à aristocracia. “Isto porque a ordem republicana se sustentava por meio de regras predominantemente laicas, racionais e construídas socialmente, configurando um grau de elaboração bem mais sofisticado, se comparado à simplicidade da estrutura monárquica, sagrada e mítica” (MACHADO, 1995, p. 11). O Senado, portanto, era exclusivamente aristocrático. Todavia, as ações deveriam estar fundamentadas no ideal coletivo que consagra o indivíduo ao Estado.

Tomando como modelo a aristocracia ideal, Cícero propõe o *perfectus orator*, o *vir bonus peritus dicendi*. Ele mesmo frisava a necessidade de uma formação integral da cultura humanística para o *orator excellens*. Este deveria conhecer a literatura, a dialética, as ciências naturais, a astronomia, a religião,

Bom soldado (começou a sua carreira aprendendo a obedecer), bom oficial, bom general, o ‘político’ romano é também o homem de espírito iluminado, rodeado de consulentes, de clientes (e alunos!), que, devido ao seu saber, ao seu bom senso e à sua moralidade (*vir bonus*) exprime também o direito, ilumina o pretor, e contribui assim para a salvação da pátria, dando se possível a cada um ‘o que lhe compete’. (NICOLET, 1992, p. 47).

O ideal político de Cícero está claramente expresso no “Da República” e, indiretamente no “Catão: O Antigo ou A Velhice”, onde apresenta uma relação entre o amadurecimento humano e a expressão prática das maiores virtudes políticas. O diálogo de Cícero, como escreve Corassin (2002) foi encaminhado de forma a “evitar ofender

personagens contemporâneos”, mas também para evocar “grandes homens do passado” como acontece na obra em que Catão se faz o exemplo da velhice que encerra todo o seu ideal político.

Cícero, que via na República um regime que reunia todas as virtudes em um justo equilíbrio, em que houvesse no Estado “um poder supremo e real, que uma outra parte seja reservada à autoridade dos primeiros cidadãos e que apenas algumas causas sejam entregues ao julgamento e à vontade do povo” (BOISSIER, 1945, p. 26), não poderia concordar em apagar o passado de forma tão abrupta. A idéia de continuidade lhe era tão fundamental quanto à de equilíbrio e estabilidade, estando ambas conjugadas em nome de uma harmonia construtiva de governo.

Unir a situação política ao culto das letras, à autoridade soberana da palavra, ter uma situação calma e regular que eleva os merecedores às dignidades, se unia ao seu ideal para a velhice. Após os sessenta anos os homens uniriam a sabedoria à experiência, os erros passados aparecendo como marcadores de um tempo que deveria ser deixado no pretérito como um exemplo a ser evitado. Apoiando-se na tradição (*mos maiorum*) consolidado na experiência dos *seniors*, o Senado seria o maior porta-voz da instituição ideal.

Os autores ligam Cícero, como faz Grenade (apud MAROUZEAU, 1952) às chamadas “utopias” gregas que parecem sempre estar orientando segmentos de sua maneira de pensar. A velhice respeitada era o ideal de vida privada de Cícero, em sintonia com seu ideal político. Ainda que a velhice parecesse menos adequada ao poder, riqueza e prestígio, era por sua própria essência digna de respeito e reunia muitas virtudes. A sabedoria considerada a maior delas, uma vez que era tudo o que faltava para o ignorante, ainda que rodeado da maior riqueza (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, 2002).

Para aprimorar a sabedoria Cícero aconselhava as letras e as artes,

Cipião e Lélío, as artes e a prática da virtude são as armas mais próprias à velhice, as quais devem ser cultivadas em todas as idades. Quando já se viveu o bastante, produzem frutos extraordinários, porque não só nunca nos abandonam, e muito menos no final da vida – facto de enorme importância – como ainda a consciência de uma vida bem gerida e a recordação de inúmeros actos louváveis constitui uma grande felicidade (“*Catão, o velho*”, 2005, p.16).

A relação entre a preservação do *mos maiorum* e o equilíbrio entre a tradição republicana e a inovação imperial estava sob a influência dos costumes ancestrais. Podemos perceber que tinham como suporte fundamental o modelo inspirado na manutenção da tradição, no sentido de observância dos costumes dos antepassados. O próprio Cícero desde rapaz adaptou-se à tradição e como magistrado tentou chamar o povo ao costume mais antigo. Quando eleito para o cargo que o tornou célebre, o de Censor, sua finalidade foi restaurar o *mos maiorum*. Portanto, interessar-se pela cidade significava trabalhar para sublinhar a humanidade e o aperfeiçoamento de si mesmo. O cidadão romano, assim como o *homo novus*, portador da cidadania, deveria atuar publicamente e se colocar como um modelo de sabedoria e de virtude a ser seguido.

Cícero sempre temeu os grandes homens de que não fosse o tutor, pois para ele a teoria do *princeps* permanecia no campo filosófico,

O principado é exterior à hierarquia das honras; as palavras que designam as suas funções são apenas facetas do seu poder; as instituições da República que continuam a existir sob o Império vivem sob sua tutela; o advento de Augusto é o do mais forte, do melhor, uma *prostasia*, como diriam os Gregos, que fazia do princeps um primeiro pela autoridade, como sonhara Cícero e como dizia o próprio Augusto (BLOCH; COUSIN, 1964, p. 244).

Cícero, após as eleições consulares de 59 a.C. chegou a confidenciar, por carta, a seu irmão que a República estava totalmente destruída. Com o consulado de César, firmou-se um Estado regido por homens onipotentes. Como bem escreveu Cícero, “em nome de princípios, era pelo poder de um homem ou de outro que os romanos iam matar ou morrer” (“*Da República*”, 1992, p. 25).

O modelo pelo qual Cícero expressava sua incerteza e ansiedade quanto ao destino da República Romana no “*Dos Deveres*” (2002) obedece ao mesmo padrão já reconhecível em outros de seus escritos do período. Cícero refletia que,

A paz comprada com concessões a César em 49 tinha deixado a república viva, embora debilitada; o mesmo durante a guerra civil, acreditou que a paz temporária sob os auspícios de César vitorioso preservaria a república, que fora abalada, mas ainda se mostrava suficientemente forte para renascer (“*Da República*”, 1992, p.12).

Roma vivia um momento de estabilidade política. Contudo, era preciso solucionar a guerra civil instaurada entre Pompeu e César. Para evitar mais problemas, Lépido convocou os comícios tribais e fez com que fosse votada em 48 a.C. uma determinação, intitulado César como ditador do ano seguinte. César, mesmo ausente, era louvado como ídolo em Roma.

De volta a Roma, César aprovou uma última lei em seu favor, se autodenominando ditador vitalício em 44 a.C. Essa lei era contrária a tudo que ele sempre defendeu: o poder não deveria emanar de um único grupo fosse ele da plebe ou dos patrícios, provocando o descontentamento do Senado, estritamente conservador e do próprio Cícero.

Marache encontrou, nas correspondências ciceronianas, uma conduta oportunista em frases como, “as decisões dependem das circunstâncias que mudam de hora em hora” (1957, p.3).

Para Seel (1953 apud MARACHE, 1957) a reação de Cícero foi imediata e não deixou margem para dúvidas. Perturbado com o sucesso de César, estigmatizou o chefe imprevidente que lhe permitiu tal crescimento, pois o mesmo estava ameaçando a República. A reação de Cícero foi à mesma daqueles que temiam as guerras civis. Ele havia consagrado toda a sua vida à República e quem quer que fosse o vencedor, Pompeu ou César, se tornaria um governante absoluto na forma que Cícero mais repudiava.

Em seu “*Pro Marcello*” (apud MARACHE, 1957), ele se lamenta dizendo

que a República deveria ser imortal repousando por inteiro na vida de um único homem e assim, convida César a restabelecê-la, para quem os *moeurs totalitaires* não deveria ser apreciada.

Cícero parecia ter trazido à política uma visão ampla e significativa, comprometida com as tradições republicanas, mas sem perder de vista o que poderia advir de inovações que antes de comprometer, reforçassem a estrutura da instituição. Cavaleiro romano por suas origens, um homem novo como também se dizia, ele sempre se propôs a *concordia ordinum*, indispensável para salvar o regime e os privilégios das ordens. Lepore (1954) concentra suas atenções neste ponto. Esta união deveria dar uma base muito ampla ao governo do Senado e oferecer resistência às forças destrutivas ao poder (*potentia*) da oligarquia. Os ataques a Verres, a ação contra Catilina, tudo visava manter a autoridade do Senado e impedir a destruição das ordens.

Foi em vão que Cícero tentou reanimar a concórdia republicana. O exílio e o perigo que ele correu pessoalmente demonstram o quanto esta concepção política estava inoperante neste período. Os seus adversários eram os turbulentos, os agitadores, que tentavam ferir as instituições por meio de brigas ou de violência.

Ócio com dignidade foi sua fórmula para o ideal dos bons ou *optimates*, que estavam a serviço do Estado.

Diante da crise institucional do período republicano, Cícero define os príncipes como os notáveis da cidade, antecipando-se aos tempos que virão e sendo aqueles que se imporão por sua autoridade e restabelecerão a legalidade republicana. Cícero apela para que Cássio ou Bruto sejam eles mesmos o seu próprio Senado. “Se a ação for violenta ou ilegal será para por termo àquela que é muito mais ilegal, qual seja, a tirania” (CÍCERO, “*Da República*”, 1992, p. 83). Para ele, *princeps* era o homem político ideal, alguém que fosse mais que um grande orador ou um portador das *optimus civis*, o bom cidadão

esclarecido e culto. O seu papel seria o de proteger e gerenciar a República.

Cícero não pretendia limitar a ação de um *optimus civis*, nem procurou definir uma nova magistratura. Pretendia a reforma dos homens políticos, não das instituições políticas.

Ele vê nesse regime temporário a qualidade de satisfazer ambições, aspirações de mudança, sem revolução e sem atentar às liberdades individuais. Para Marache,

[...] a grandeza de Cícero, homem e pensador político, não é a de ter fornecido a Augusto os elementos de sua reforma de instituições. O que forma a unidade de sua doutrina e explica a sua conduta, é provavelmente, a idéia de *Respublica*, *Respublica*, que não é a de República. O Estado é soberano, mas não é mais que o Estado (1957, p. 7)³⁰.

Cícero acabou por anunciar os termos do regime republicano e concretizar-se na figura de Augusto.

Aquilo que Otávio Augusto conseguiu no século I d.C., ou seja, estabelecer um principado sob uma fachada republicana, Júlio César não alcançou. Para ele, o general se defrontou com um Senado em plena força e teve de enfrentar, de sobejo, a um Catão³¹.

Catão enfrentou e venceu os senadores que julgava indignos da república romana. Amigo do descendente e admirador declarado do ancestral, Cícero representava na atuação política dos Catões, todo o seu ideal maior.

Esse amigo de Cícero entre 180 e 160 a.C. preconizou toda uma política que o escritor queria de volta, como demonstra pela escolha que fez no “Catão: O Antigo ou

³⁰ “[...] la grandeur de Ciceron, homme et penseur politique, n’est pas d’avoir fourni à Auguste les éléments de sa réforme des institutions. Ce qui forme l’unité de sa doctrine et explique sa conduite, c’est probablement l’idée de *Respublica*. *Respublica*, ce n’est pas la République; c’est plutôt l’Etat, mais non pas n’importe quel Etat” (1957, p. 7).

³¹ O Catão que se defronta com Júlio César é *Marco Pórcio Cato*, cognominado de Utica (Uticensi) e era bisneto de Catão, o Antigo. Era ele o conservador “obtusos” a que se refere Petit (1971), pois após Farsália e a morte de Pompeu (48 a.C.) tentou continuar a guerra contra César, na África. Cercado em Utica, suicidou-se. É apresentado como uma das grandes figuras do estoicismo romano. Já Marco Pórcio Cato, o Antigo, que aparece como um vetor na obra de Cícero sobre a Velhice no próprio título da obra “*Cato Maior, o Velho*” ou “*Da Velhice*”, foi o famoso censor nascido em Túsculo (234 a.C) e falecido em 149 a.C.

A Velhice”, elegendo-o para símbolo das maiores virtudes pátrias, e dos costumes ancestrais (*mos maiorum*). Nessa obra, tradição se alia à República como a melhor forma de governo, em que predominam os *seniors* e estes representam o ideal da sabedoria, da melhor gestão, em oposição à impaciência e impetuosidade dos jovens, que pecam pela paixão e imprudência.

CAPÍTULO III

CATÃO, O ANTIGO: MODELO CICERONIANO DE AÇÃO POLÍTICA

3.1 TRAJETÓRIA E PRESERVAÇÃO DA OBRA

A sobrevivência ou a história da preservação dos textos antigos muito se deve aos códices mantidos e recopiados nas bibliotecas dos monastérios após o fim do Império Romano. Certamente não podemos deixar de destacar o papel dos copistas nesta preservação, assim como não podemos deixar de fazer uma ressalva. Nós, historiadores da Antiguidade, trabalhamos com textos que já passaram pelo crivo de períodos cujas referências eram, por vezes, totalmente diversas do mundo que buscamos compreender. Além disso, dispomos de obras demasiadamente recortadas, que já sofreram um processo de leitura e seleção e cujos critérios são de uma definição irrecuperável.

Dentre as centenas de manuscritos da obra *De Senectute* ou *Cato Major*, cinco merecem destaque (BAYET; WUILLEUMIER *apud* CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, 2002, p.60-63):

- P *Parisinius* 6332, do século IX. Cada página está dividida em duas colunas com 27 linhas. O texto recebeu correções e comentários críticos de revisores contemporâneos;

- V *Leidensis Vossianus* O.79, do século IX. Dividido sobre colunas de 18 linhas, o texto apresenta comentários críticos e algumas correções de um revisor contemporâneo;

- L *Leidensis Vossianus* F.12, dos séculos IX e X. Cada página tem 32 linhas. Vários acréscimos ao texto feito por um revisor contemporâneo;

- A *Parisinius* 454, dos séculos IX e X. Esse manuscrito pertenceu ao conde de Ashburnham e entrou para a Biblioteca nacional em 1888;

- D *Vaticanus Reginensis Latinus* 1587 dos séculos X e XI. Traz diversos manuscritos, entre eles Cato Maior. Pertenceu a Pierre Daniel, depois a Nicolas Heinsius. Entrou para a Biblioteca do vaticano após dois séculos de desaparecimento.

Destacam-se, ainda, em ordem cronológica, os seguintes manuscritos:

- K *Vaticanus Reginensis* 1762 do século X;
- P *Parisinius* 5792, do século X;
- H *Harleianus* 2682, do século XI;
- M *Laurentianus* L-45, do século XI;
- V *Parisinius Victorinus* 14699, do século XI;
- S *Monacensis* 15964, do século XI;
- O *D'Orville* 77, do século XI;
- Sg *Parisinius Sangermanensis* 13340, do século XII;
- Q *Rhenaugiensis* 126, do século XII;
- Q *Rhenaugiensis* 127, do século XII;
- E *Berolinensis* 252, do século XII;
- B *Monacensis* 4611, do século XII;
- a *Admontensis* 383, do século XII;
- M *Laurentianus* LXXIII-31, do século XII;
- I *Monacensis* 7809, do século XIII;

- N *Bernensis* 104, do século XIII;
- C *Casanatensis* 1090, do século XIII;
- v *Leidensis Vossianus* F. 104, do século XIV.

Ainda que visto de forma breve e esquemática, o conjunto de manuscritos nos permite ter uma ligeira noção do trabalho de diversas gerações de eruditos para que a obra chegasse até nós. A edição por nós utilizada pertence a Société d'Édition Les Belles Lettres, cuja primeira aparição se fez em 1961, sempre aos cuidados de M. J. Bayet e M. P. Wuilleumier. Acreditamos que ela apresente uma boa margem de segurança e confiabilidade. Em sua sexta edição, datada de 2002, o título é “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”.

3.2 ALGUNS ASPECTOS DA OBRA

3.2.1 Datação

A correspondência com Tito Pompônio Ático, datada de 44 a.C., é anterior à morte de César. O próprio Marco Túlio Cícero a mencionou várias vezes ao curso deste mesmo ano, no primeiro livro de *De Officiis* e no *Laelius* (LAURAND, 1925, p. 60).

No dia 11 de maio de 44 a.C. Cícero escreveu a Ático: “Devo ler e reler o *Cato Maior* que lhe enviei porque a velhice me irrita” (“Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, 2002, p. 09). Tal afirmação já podia ser lida numa redação mais antiga de 3 de maio em que cita o exemplo de Nestor, que foi desenvolvido mais longamente no “Catão: O Antigo / A Velhice”.

Além disso, a decepção que Cícero experimentou no início de abril, depois de seu entusiasmo no momento da morte de César, não o impediu de escrever em 26 de abril que os idos de março lhe deixaram uma grande consolação.

O grande propósito de Cícero ao escrever a epístola era consolar Ático do

peso da velhice e, assim procedendo, lograr a sua própria aceitação da velhice. Um ano antes de morrer, Ático publicou sua valiosíssima correspondência com Cícero. Segundo Paratore com essas cartas descobriu-se “um Cícero que se mostrava dado a todos os expedientes mesquinhos da política de corredor, maldizente, vaidoso e não insensível às comodidades e aos lucros, e isso constituiu para ele uma desilusão amaríssima”(1983, p. 198).

3.2.2 O Destinatário

Cícero teve várias razões para dedicar sua obra a Tito Pompônio Ático. Este não era somente um amigo de sempre, mas compartilhavam um grau de parentesco. Quinto Cícero, único irmão do orador era casado com Pompônia, irmã de Ático. A essa amizade devemos uma coleção de dezesseis livros de cartas. Ático havia composto um *Liber Annalis* no qual Cícero encontrou a maior parte das indicações históricas e cronológicas acumuladas no “Catão: O Antigo ou A Velhice”.

Se Cícero e Ático comungavam de uma total intimidade, não podemos dizer o mesmo sobre a orientação filosófica de cada um.

Cícero seguia os princípios estoicos e estes ideais podem ser percebidos em tudo que escreveu, enquanto Ático apreciava o epicurismo. Para Paratore (1983), foi seu temperamento que o levou a apreciar e a seguir as máximas da filosofia epicurista. Até na hora da morte, Ático seguiu os conselhos de Epicuro, que admitia o suicídio no caso das dores impedir o gozo do prazer.

Neste sentido, em 32 a.C., aos 77 anos morreu de inanição por não suportar as dores da doença que lhe tomava conta.

3.2.3 A Obra

A obra “Catão: O Antigo ou A Velhice” se apresenta como um conjunto de reflexões sobre a velhice.

Cícero escreve e dedica esse escrito ao amigo Ático. Eles têm a mesma idade, compartilham da mesma insegurança diante do envelhecimento e procuram orientação nos exemplos deixados por Catão, o Censor. Ao enaltecer Catão, Cícero encontra um caminho para enfrentar a velhice, celebrando, inclusive, seus méritos,

Com efeito, gostaria que fôssemos aliviados, tu e eu, desse fardo que já nos pesa ou - fatalmente - nos pesará. Um fardo que suportas e suportarás, como sabes tudo suportar, com paciência e razão. Mas isso não poderia te impedir de ser o objeto da dedicatória desta obra sobre a velhice que eu tinha vontade de escrever. Ela será útil a nós dois ³² (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, I, 2, 2002, p. 83).

Aos 83 anos, Catão não se lamentava. Ao contrário, portava-se como um advogado defensor da velhice, e se colocava como modelo para os auditores de Cícero, Lélío e Cipião.

Atribuí as palavras que ele [o livro] anuncia... a Marco Catão. Para dar mais peso a minha exposição coloquei frente a ele Lélío e Cipião, maravilhados diante de sua capacidade em suportar a velhice. É portanto a eles, que Catão responde³³ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, I, 2, 2002, p. 83).

Os questionamentos feitos por Cipião encontram-se no “Preâmbulo” da obra de Cícero. Ele demonstra sua admiração pela sabedoria que está onipresente nas atitudes de Catão, principalmente por jamais caracterizar a velhice como penosa, embora para a maioria, ela fosse mais pesada de suportar do que o Etna! Eis os argumentos de Catão,

³² “En effet, de ce fardeau que la vieillesse nous impose à tous deux em commun par son attaque ou du moins son approche, je veux que tu sois soulagé ainsi que mi-même. El est vrai que toi, tu le supportes et le supporteras avec mesure et sagesse, comme toutes les choses, j’em suis sûr”(CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, I, 2, 2002, p. 83).

³³ “... le livre que nous t’adressons ici est consacré à la vieillesse (...) mas à Caton age, por donner plus de poids aux paroles; prés de lui, nous plaçons Lélius et Scipion, ceux-ci l’admirent de supporte si facilement la vieillesse” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, I, 2, 2002, p. 83).

Por certo, os que não obtém dentro de si os recursos necessários para viver na felicidade acharão penosas todas as idades da vida. Mas todo aquele que sabe tirar de si próprio o essencial não poderia julgar ruins às necessidades da natureza. E a velhice, seguramente, faz parte delas! Todos os homens desejam alcançá-la, mas, ao envelhecerem, se lamentam. Eis aí a inconseqüência da estupidez! Queixam-se de que ela chegue mais furtivamente do que esperavam. Quem os forçou a se enganar assim? E por qual prodígio a velhice sucederia mais depressa à adolescência do que esta última sucede a infância? Enfim, por que a velhice seria menos penosa para quem vive oitocentos anos do que para quem se contenta com oitenta? Vós que costumais admirar minha sabedoria, reparaí que somos sábios se seguimos a natureza como um deus, curvando-nos às suas coerções. Ela é o melhor dos guias. (...) Simplesmente era preciso que houvesse um último estágio, onde, que à imagem das bagas e dos frutos, a vida, espontaneamente, chegada a sua hora, murchasse e caísse por terra. A tudo isso o sábio deve suportar com doçura³⁴ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, II, 4, 2002, p. 84-85).

As palavras de Catão resumem o ideal do sábio, já caracterizado no pensamento estóico, compartilhado por Cícero. Relembramos o primeiro mandamento do estoicismo, “viver bem é viver de acordo com a natureza”. A velhice é parte do movimento natural e ao sábio cabe reconhecer tal verdade e aprender com cada estágio de sua vida.

3.3 A VELHICE: SEUS DESAFIOS E SEUS MÉRITOS

A velhice, tal como vem retratada na obra de Cícero contém muitos exemplos ilustrativos, citações poéticas, ênfase às comparações e perguntas retóricas, todas respondidas por Catão, a Cipião e Lélío.

³⁴ “... En effet, ceux qui n’ont en eux-mêmes aucune ressource pour mener une vie bonne et hereuse trouvent tout âge pesant; mais ceux qui tirent d’eux –mêmes tous les biens ne peuvent regarder comme un mal rien de ce qu’apportent les necessites de la nature. De ce genre est est avance tout la viellesse. Tous souhaitent l’atteindre, puis ‘accusent, une fois atteinte: telles sont l’inconsequéce et la depravation de la sottise! Elle approche furtivement, dissent-ils, plus vite qu’ils n’ avaient calculé. Mais, d’abord, qui les a forces à faire un fauxcalcul? Car comment la viellesse approche-tt-elle de l’adolescence plus vite que l’adolescence de l’enfance? Ensuite, comment la viellesse leur serait-t-elle moins pesant à huit cents ans qu’a quatre-vinghts? (...) Ainsi donc, si ma sagesse fait l’objet habituel de votre admiration notre sagesse consiste à suivre comme um dieu la nature, qui est le meilleur guide , et à lui obéir; (...) Mais il était toutefois nécessaire qu’il y eût um dernier satde, où comme les baies dès arbres et les fruits de la terre, la vie devint em quelque sorte, par une maturité opportune, blette et

O aspecto pessoal, a mesma preocupação ligando Cícero a Catão, aparece nas palavras que se seguem: “contudo, desconfio que, de vez em quando, te angustiam fortemente as mesmas circunstâncias que oprimem também a mim mesmo” e, em seguida: “procurar consolação em tais casos é muito difícil e deve ser diferido para outros tempos”³⁵(CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, I,1, 2002, p.83).

Cícero e Ático tinham a mesma idade e o objetivo do autor era livrar a si mesmo e a seu amigo da aflição da velhice, ainda que no Preâmbulo, Marco Túlio agrade ao amigo com palavras, afirmando que ele suporta melhor a velhice, por ter a virtude de um homem sábio.

Para resolver esse problema o melhor caminho é a sabedoria, o fato de se seguir a natureza como a melhor guia, “como se fosse uma divindade” por reconhecer. Trata-se de “uma etapa de vida passada, por mais que venha a durar, não poderia consolar um tolo sobre sua velhice”³⁶ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, II,4, 2002, p.85).

Logo, todas as lamentações desse gênero “são imputáveis ao caráter, não à idade”, pois quem “é moderado, amável e humano, esse não acha que a velhice é insuportável. Azedume, porém, e cara fechada, fazem da vida um suplício seja qual for a idade”³⁷ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, III, 7, 2002, p.87).

As artes e a prática da virtude – recursos apropriados à velhice – devem ser cultivadas em todas as idades. Elas se apresentam como frutos extraordinários que nunca nos abandonam, e figuram ao lado de uma vida benfazeja. A sabedoria parece ser a fórmula

caduque; le sage doit le supporter avec douceur...” (CÍCERO, “Caton l’Ancien”,II, 4, 2002, p. 84-85).

³⁵ “et cependant, je soupçonne que, sous le poids des mêmes événements que moi, tu te sem quelquefois trop bouleversé; mais l’asrt de s’em concoler est trop ardu et doit être remis à um autre moment” (CÍCERO, “Caton L’Ancien / De La Vieillesse”, I,1, 2002, p.83).

³⁶ “... commente la viellesse luer serait-elle moins pesant à huit cents ans qu’à quatre- vingts? Car le temps passé, si long soit-il, une fois écoulé, aucune consolation ne peut adoucir une sottte vieillesse.” (CÍCERO, “Caton L’Ancien / De La Vieillesse”, II,4, 2002, p.85).

³⁷ “mais toutes les lamentations de ce genre sont imputables au caractère, non à l’âge. (...) car les viellards qui gardent la mesure et ne se montrent ni difficiles ni sauvage ont une vieillesse suportable, qu’un naturel chagrin et sauvage est pénible à tout âge.”(CÍCERO, “Caton L’Ancien / De La Vieillesse”, III, 7, 2002, p.87).

salvadora, mas a ela se acrescentam outros fatores, como o conforto e os bens materiais, pois, na argumentação de Catão, nem pode a velhice ser agradável para o sábio no meio da maior indigência, nem para o ignorante, ainda que rodeado da maior riqueza.

Após essas reflexões, Cícero expõe as razões que podem fazer da velhice sinônimo de infelicidade. São elas,

Com toda a franqueza, quando reflito sobre este problema, distingo quatro causas devido às quais possa a velhice parecer infeliz: uma porque aparta da administração dos negócios; outra, porque debilita o corpo; a terceira, porque impede de desfrutar de quase todos os prazeres; a quarta, porque está próxima da morte³⁸ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, V, 15, 2002, p.91).

Pela argumentação apresentada, a primeira oposição é entre o trabalho físico para o jovem e o espiritual, intelectual para os mais velhos. Assim, o questionamento se a velhice nos afasta dos negócios tem como resposta que o velho pode se aplicar a tais atividades “com maior exigência e melhor”, pois “não se realizam grandes feitos recorrendo à força, à agilidade ou destreza físicas, antes, pelo conselho, pela autoridade, pelo prestígio, dos quais a velhice não só não se encontra privada, como ainda os engrandece”³⁹ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, VI, 17, 2002, p.93).

O grande problema é o da velhice preguiçosa, covarde, dorminhoca, ou ainda, a “petulância, a paixão incontrolada se encontra mais entre os jovens do que entre os velhos”. Cícero expressa por seu porta-voz a idéia de que a “velhice é honesta”, sabe se proteger e defender seus direitos, não se deixa dominar por ninguém e é senhora de si.

Existe, ainda, um certo ataque ao prazer, “o prazer impede o raciocínio, o

³⁸ “Au fait, em faisant le tour de la question, je trouve quatre raisons, qui font paraître la vieillesse malheureuse: 1° elle détournerait des affaires; 2° elle affaiblirait le corps; 3° elle priverait de tous plaisirs; 4° elle ne serai pas éloginée de la mort” (CÍCERO, “Caton L’Ancien / De La Vieillesse”, V, 15, 2002, p.91).

³⁹ “... si ces qualités n’existaient pas chez les vieillards, nos ancêtres n’auraient pas appelé le conseil suprême

prazer é inimigo da razão, fecha, por assim dizer, os olhos da mente e não tem nenhum ponto de contato com a virtude”⁴⁰ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XII, 42, 2002, p.108).

Interessante notar que o maior louvor da velhice é não aspirar a nenhum prazer especial, nem desejar banquetes requintados, “mesas exageradamente cobertas” ou “copos servidos sem interrupção”, o que, por consequência, elimina a “bebedeira”, “a falta de digestão” ou “a insônia”⁴¹. Organizar a vida em sua casa e convidar os vizinhos para um jantar prolongado noite adentro, com “agradáveis colóquios sobre temas seletos!”, é também uma forma de prazer. O prazer intelectual é facultado a todos os velhos, com prioridade.

A arte oratória ou o interesse pela ciência, configuram aquele que é o maior prazer de todos, o prazer espiritual. Tais interesses crescem simultaneamente com a idade: “Como é belo o que Sólon disse num verso: que ele envelhecia e todos os dias ainda aprendia muita coisa nova. Este prazer espiritual, com certeza, é o maior de todos”⁴². Catão lembra ainda que para o homem o prazer corporal pode ser funesto na medida em que inspira paixões ardentes que buscam sua satisfação de forma irrefletida e desregrada.

A referência a Platão (“*República*”, 1999) é explícita quanto a isto, em sua posição sobre o mundo espiritual ser superior ao material, a ascese só se completa quando se eleva de um para outro, levado pela razão e pela vontade de ser sábio,

Mas, se alguma concessão pode ser feita ao prazer, já que à sua blandície é-nos difícil resistir – com grande propriedade chama Platão à voluptuosidade “isca dos males”, possivelmente porque os homens se

“conseil des vieillards” (CÍCERO, “Caton L’Ancien / De La Vieillesse”, VI, 17, 2002, p.93).

⁴⁰ “Car le plaisir entrva le jugement, combat la raison, offusque, pour ainsi dire, les yeux de l’esprit et n’a aucune relation avec la vertu” (CÍCERO, “Caton L’Ancien / De La Vieillesse”, XII, 42, 2002, p.108).

⁴¹ “dans ces diners mêmes, j’appréciais moins le plaisir dès sens que la soiciété et la conversation dès amis” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIII, 44, 2002, p.110).

⁴² “... aussi fait-il honneur a Sólon, le vers que j’ai deja cité, où il déclare acquérir chaque jour en vieillissant beaucoup des connaissances nouvelles” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIV, 50, 2002, p.114).

deixam apanhar como peixes...⁴³ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIII, 43, 2002, p.109).

A quem disser que a memória diminui com a idade e isto prejudica a atividade intelectual, o argumento contrário é que isto acontece aos que não exercitam essa parte da inteligência, ou ainda, são lentos de raciocínio. Os exemplos são muitos, Sófocles que escreveu tragédias até uma idade bastante avançada, ou Platão, Diógenes, Xenócrates, inúmeros outros aos quais a idade, em nenhum momento, reduziu o entusiasmo pelo estudo, pela vida, pela investigação. Experiência, eis o grande tesouro trazido pela velhice.

O renome e o reconhecimento dos compatriotas, em âmbito pessoal e público, sempre foi uma das grandes metas de Cícero e de seu personagem-título em “Catão: O Antigo ou A Velhice”. “O ápice da velhice é o prestígio”, ou seja, a velhice goza de tanta autoridade, e, sobretudo de tantas honras, que vale mais do que todos os prazeres externos da juventude.

As sugestões de Cícero sobre a importância de vencer os desafios da velhice são encontradas na prática da atividade agrícola, e se estende à atividade política, intelectual e educacional.

A atividade política vem enunciada em primeiro lugar. É quando explica que, para tais atividades, não é fundamental o vigor físico, mas, como já se assinalou o dinamismo e pujança intelectual, que o velho facilmente conserva e acrescenta. Ele lembra o especial respeito que os espartanos (lacedemônios) tinham pelos velhos em contraponto com o relativo descaso dos atenienses. A atividade intelectual, também, só cresceu com a idade. A razão não é privilégio dos jovens, pelo contrário, aumenta com o passar dos anos, acrescida

⁴³ “... Platon écrit divinement que le palisir est l’appât du aml, apparemment parce que les hommes s’y laissent prendre comme des poissons” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIII, 43, 2002, p.109).

em argumentos diante da velhice. A atividade agrícola não é nem um pouco desprezada, à maneira estoíca, o contato com a natureza proporciona serenidade, a alegria por ver o crescimento dos frutos e antes deles desfrutar, saber que contribuiu para isto. A atividade educativa também não escapa à sua argumentação, quando se refere à troca que pode acontecer entre velhos e jovens (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, VI;VII;VIII, 2002, p.91-97).

Diante dos argumentos, Cícero ressalta a independência que o intelecto conserva perante o problema da velhice. Os velhos conservam a sua sabedoria e sagacidade. Um bom exemplo utilizado por seu porta-voz, Catão, é o vigor necessário para a atividade da oratória. Afirma que, para um orador, a velhice não é debilitante, ainda que dependa de seus pulmões ou do vigor da saúde. Lembra ainda que a sonoridade da voz pode perder algo de sua ressonância, mas que existe calma e persuasão no discurso do velho que sabe usar as pausas e não se deixa levar pelas armadilhas da precipitação.

Na defesa de sua oratória, portanto, está um foco importante de sua assertiva quanto à possibilidade de, pessoalmente, continuar a levar uma vida dinâmica e saber convencer seu auditório, numa eloquência suficiente para prender a atenção de seus ouvintes.

“A velhice não tem mais forças?” Ele se pergunta. O único empecilho que tira as forças de um velho e o impede de participar da vida de decisões da comunidade é a saúde. Mas, é preciso lembrar que não é apenas o corpo que pode falhar na velhice, tem-se a considerar o espírito ou a alma (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XI, 33 2002, p.102).

Finalmente, o último desafio à velhice é a proximidade da morte que pode

trazer o fim definitivo às expectativas ou esperanças. Aqui figuram os princípios estoicos relativos à resignação e a morte como um bem indiferente, pois é parte do movimento natural das coisas. Ela é uma necessidade da natureza; pois “que existe de mais conforme a natureza se não for à morte dos velhos?” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIX, 66, 2002, p.124).

Aquilo que a idéia da morte pode representar de angústia e de tormento pode ser combatido por uma *apatheia* ou indiferença tal como o estoicismo recomenda perante aquilo que nos causa dor,

Infeliz é um homem velho que ainda não tenha aprendido, numa vida tão longa, a desprezar a morte. A morte pode ser-nos totalmente indiferente se ela nos apaga a alma, ou então podemos até desejá-la se ela nos leva a alma a um lugar onde haja vida eterna. Uma terceira possibilidade não pode existir⁴⁴ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIX, 66, 2002, p.124).

Lembra, ainda, que se o adolescente nutre a esperança de viver muito tempo e, o velho não pode ter mais esperança, não existe razão para nos desesperarmos. Na velhice estamos em condições melhores do que na adolescência, porque o jovem ainda espera conseguir aquilo que o velho já conseguiu,

Não tem a velhice um fim determinado. Enquanto desempenharmos e honrarmos os nossos próprios deveres, assim como desprezarmos a morte, viver-se-á razoavelmente na velhice. Por isso ela é mais espirituosa e mais forte do que a juventude⁴⁵ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XX, 72, 2002, p.127).

Ao lado desse princípio, ele faz o contraponto entre tempo e dimensão de

⁴⁴ “ Malheureux le viellard, qui, dans une si long existence, n’a pás appris à mépriser la mort! Il faut ou n’em tenir aucun compte, si elle éteint complètement la vie de l’âme, ou la souhaiter même, si elle en un lieu d’éternité” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIX, 66, 2002, p.124).

⁴⁵ “... la vieillesse n’a pas de terme fixe, et on y vit correctement tant quón peut remplir et soutenir la charge de sa

vida. E isto ocorre, porque o tempo para se viver, ainda que breve, é suficientemente longo para se viver bem e com honra, pois se “horas, dias, meses e anos voam depressa, e o passado nunca mais voltará, e o que está por vir, ninguém o pode saber. Cada um deve estar contente com o tempo que recebeu para viver”⁴⁶ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIX, 69, 2002, p.125).

Um dos grandes consolos para a morte é a idéia da imortalidade que recompensa os bons. Trata-se da grandeza e da celebridade advindas dos atos ou escritos de um indivíduo e conservados após a morte em sua memória. Ela é essencialmente fruto da *virtus*. Cícero através de seu porta-voz Catão diz que,

Se nós não estamos destinados à imortalidade, é desejável ao homem esperar o momento propício, pois a natureza fixa a medida da vida, como de todas as coisas; a velhice é uma espécie de cena final no drama da vida, então nós devemos evitar a lassidão, sobretudo se já estamos por ela saciados!⁴⁷ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XXIII, 84, 2002, p.135).

Assim, desejando que todos cheguem à sua idade para provar por experiência própria as verdades enunciadas no livro, Cícero termina sua obra. Sua conclusão sobre a velhice é que ela pode ser leve e agradável, principalmente quando vista da perspectiva da imortalidade. Como a natureza fixou um fim para tudo, também a vida tem o seu último ato, que é a velhice. E deseja a todos que cheguem a ela como ele chegou.

fonction et méprise la mort. Il en résulte que la vieillesse a même plus de force d’âme et de courage que l’adolescence” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XX, 72, 2002, p.127).

⁴⁶ “...les heures, elles, s’enfuient et les jours et le mois et les ans; le temps passé ne revient jamais et l’avenir est inconnu” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIX, 69, 2002, p.125).

⁴⁷ “Si nous ne sommes destinés à immortalité, il est souhaitable à l’homme de s’être éteint au moment propice, car la nature fixe la mesure de la vie, comme celle de toutes choses; la vieillesse est en quelque sorte la scène finale dans le drame de la vie, dont nous devons éviter la lassitude, surtout quand nous en avons la société” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XXIII, 84, 2002, p.135).

3.4 O VIRTUOSISMO DE CATÃO

Aos olhos do homem romano no tempo de Cícero, a *virtus* representava um dos elementos morais da *nobilitas*. É algo que foi transmitido ao homem político por seus ancestrais, sem que ele tivesse a necessidade de adquiri-la pessoalmente. Ela demonstra a superioridade da nobreza por fatores próprios do caráter e da personalidade.

Etimologicamente a palavra designa a situação ou a qualidade do *vir*, isto é, do homem digno deste nome. Assim, ela se aplica às capacidades manifestadas por chefes militares em combate, assim como, as qualidades daqueles que se distinguem nas atividades que exercem, como por exemplo, oradores, magistrados. Neste caso, expressa a capacidade deste indivíduo, seu mérito pessoal, independente de toda condição material ou social. Ela designa, portanto, a energia, a coragem do homem político, muito embora os *nobiles* a tenham usado para distinguir os seus atos daqueles de seus adversários.

Desde a “Dedicatória” da obra *Catão* é apresentado como um homem virtuoso. Ao elegê-lo como interlocutor para responder aos questionamentos de Lélcio e Cipião, Cícero escreve a Ático se “sua erudição aparece maior aqui que em seus livros, atribui esse fato à literatura grega que ele muito admirava, como sabemos, em seus velhos dias”⁴⁸(CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”. I, 3, 2002, p. 84) . Nos estudos Cícero lhe atribui o conhecimento de homens públicos e da literatura grega, legitimando a ação do homem sábio que ele representa,

Assim, percebeis que, longe de ser passiva e inerte, a velhice é sempre atarefada, fervilhante, ocupada com atividades relacionadas com o passado e os gostos de cada um. E certos velhos, em vez de se repetirem, continuam mesmo a estudar coisas novas. Sólon, por exemplo, se deleita em seus versos, de aprender todo dia alguma coisa nova, ao envelhecer.

⁴⁸ “... Si tu trouves qu’il montre dans le débat plus de culture qu’il ne fit dans sés propres ouvrages, tu l’attribueras à la littérature grecque, dont il fut, on le sait, très fervent dans la vieillesse” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, I, 3, 2002, p. 84).

Fiz como ele, descobrindo a literatura grega numa idade avançada. Entreguei-me a esse estudo com avidez, como se quisesse estancar uma sede premente. Recolhi todos os exemplos que vos cito⁴⁹ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, VIII, 26, 2002, p.97).

O interesse pela produção literária se estende ao conhecimento dos autores latinos. Ele escreve o sétimo livro de suas *Origens*, onde reúne todos os testemunhos sobre a Antigüidade. Catão se apresenta como um estudioso e um pesquisador ávido por conhecimento ao citar os seguintes exemplos,

E que dizer das pesquisas menos técnicas, mas que mesmo assim exigem um espírito penetrante! Qual não terá sido o prazer de Névio ao trabalhar em sua Guerra Púnica? E de Plauto, em seu *Truculentus* ou em seu *Pseudolus*? Eu mesmo conheci Lívio Andronico velho, ele que havia produzido uma peça de teatro seis anos antes de meu nascimento (...). Para que falar das pesquisas de Públio Licínio Crasso sobre o direito pontifical e o direito civil, ou as do nosso Públio Cipião, nomeado recentemente grande Pontífice? Todos esses velhos que acabo de nomear estão ligados com paixão aos estudos⁵⁰ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XIV, 50, 2002, p.113).

Cícero encontra nesse “herói” do passado, várias afinidades. Tratava-se de um *homo novus*, de Túsculo, advogado e escritor como ele. Embora não fossem contemporâneos, compartilhavam dos mesmos ideais estóicos. Esse ambiente político e intelectual certamente contribuiu para a escolha de Cícero.

Ao lado dos feitos literários de Catão, Cícero cultivou cuidadosamente sua imagem pública e descreveu as principais etapas de sua carreira. Aos dezessete anos,

⁴⁹ “Mias vous voyez comment la vieillesse, loin d’êtr languissante et inerte, est laborieuse et toujours occupée à faire et à machiner quelque chose, en rapport naturellement avec la tendance qu’avait chacun dans as vie passe. Que dis-je? Il y em a même qui apprennent du nouveau! Ainsi, nous voyons Sólón se glorifier dans sés vers d’apprendre chaque jour quelque chose en vieillissant; moi-même, je l’ai fait, em étudiant dans ma vieillesse la littérature grecque; je m’em suis emparé aussi avidement que si désirais apaiser une longue soif, pour connaître les exemples dont vus me voyez user maintenat”(CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, VIII, 26, 2002, p.97).

⁵⁰ “Que dire dès recherches moins sérieuses, mais qui exigent toutefois de la pénétration? Quelle joie donnait à naevius as *Guerre punique*! À Plaute le *Truculentus* et le *Pseudolus*! J’ai vu aussi Livius dans as vieillesse , lui qui avait fait jouer une pièce six ans avant ma naissance (...) Que dire des recherches sur le droit pontifical et civil de P. Licinius Crassus ou de notre P. Scipion, qui, ces derniers jours, a été fait grand pontife? Tous ceux que je viens de rappeler, nous les avons vu dans leur vieillesse pleins d’ardeur à la recherche” (CÍCERO, “Caton

combateu em Cápua na segunda guerra púnica e em Tarento. Foi tribuno militar na Sicília, no ano 214 a.C., e participou da batalha de Metauro, em 207. Ao destacar os feitos de Quinto Máximo, Catão responde a Lélío,

Quando eu era jovem, amei como a um companheiro de minha idade o velho Quinto Máximo. O que reconquistou Tarento. Havia nesse homem um ar de gravidade jovial e cortês que não se perdera com os anos. Certamente, no começo de nossa amizade, embora de uma idade respeitável, ele não era ainda muito velho. Seu primeiro consulado datava de um ano após meu nascimento; jovem recruta, eu o acompanhei diante de Cápua durante seu quarto consulado, e depois, cinco anos mais tarde diante de Tarento. Questor, exerci esse cargo sob o consulado de Tuditano e Cetego...⁵¹ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, IV, 10, 2002, p.88).

Catão, na correspondência de Cícero, continua mostrando aos seus interlocutores sua carreira plena de ações políticas e militares,

Estou no meu octogésimo ano de vida e, claro, gostaria de poder me glorificar do mesmo modo que Ciro. Mas sejamos francos: não sou mais o homem vigoroso que foi o simples soldado, o questor durante a guerra Púnica, o cônsul na Espanha, ou ainda, quatro anos mais tarde, o tribuno militar combatendo nas Termópilas, sob o consulado de Mânio Acílio Glabrião. No entanto, como podeis constatá-lo, a velhice não me exauriu nem me abateu completamente⁵² (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, IX, 32, 2002, p.100-101).

Catão é apresentado como um magistrado íntegro, sempre disposto a defender os interesses da pátria contra seus dissipadores. Soldado, era conhecido por sua disciplina e regramento. Como magistrado e orador, era porta-voz do *mos maiourum*. Cícero mostra o vigor com que defendeu a Lei Voconia aos sessenta e cinco anos,

l’Ancien / De La Vieillesse”, XIV, 50, 2002, p.113).

⁵¹ “Pour moi, Q. Maximus, celui qui reprit Tarente, je l’ai aimé viellard, dans cet homme une gravité assaisonnée de couttoise, et la quand j’ai commencé à lui rendre hommage, n’était-il un age avance: en effet, son premier consulat avait été postérieur d’un na à ma naissance; pendant son quatrième consulat, je l’accompagnai, toute jeune recrue, devant capue, et, cinq ans après, devant Tarente; et, questeur, j’exerçai cette charge sous le consulat de Tuditanus et de Cethegus”. (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, IV,10, 2002, p.88).

⁵² “Mais je reviens à moi: entré dans ma quatre-vingt-quatrième année, je voudrais pouvoir m’adresser le même compliment que Cyrus; cependant, j’ose dire que, sans avoir la même vigueur qu’au temps où j’étais soldat dans la guerre punique ou questuer dans cette même guerre ou cônsul en espagne ou lorsque, quatre ans plus tard, j’ai combattu comme tribun militaire au Thermopyles sous le consulta de M.’Acilius Glabrio, du mpoins, comme vous le voyez vous-même, la vieillesse ne m’a pas complètement affaibli ni abattu” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, IX, 32, 2002, p.100-101).

Quanto a mim, aos sessenta e cinco anos defendi, com voz forte e a plenos pulmões, a lei Voconia, enquanto Ênio, aos setenta - pois ele chegou a essa idade - suportava tão bem a pobreza e a velhice, esses dois fardos reputados os mais pesados, que quase dava a impressão de se alegar com elas⁵³ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, V, 14, 2002, p.91).

No ano de 204 a.C., Catão exerceu a questura. Foi enviado à África para condenar Cipião, o Africano. O general foi acusado de distribuir dinheiro aos soldados, corrompendo os costumes antigos. Todavia, ele esquece que combateu Cipião, em Cartago, e elogia o grande general e sua linhagem familiar, que deu ao Senado sua legitimidade moral e política,

Possam os deuses te permitir, Cipião, concretizar todos os empreendimentos de teu avô! Eis já trinta e três anos que ele morreu, mas a lembrança desse herói corre de um ano a outro. Morreu um ano antes que eu fosse censor e nove anos após meu consulado, durante o qual ele próprio foi eleito cônsul pela segunda vez. Acaso ele lamentaria ter ficado velho, se tivesse vivido cem anos? Por certo que não. Sem dúvida seria incapaz de atacar, pular, saltar, lançar o dardo ou brandir sua espada no corpo-a-corpo... Em compensação, seguramente se serviria de sua reflexão e de seu julgamento. Se essas qualidades não existissem entre os velhos, nossos antepassados jamais teriam chamado o conselho supremo Senado, isto é, ‘assembléia dos anciãos’⁵⁴ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, VI, 19, 2002, p.93).

Aos oitenta e quatro anos, Catão não mantém seu vigor combativo, mas ainda é um conselheiro para os desígnios do Senado,

⁵³ “... quand moi-même, âgé de soixante-cinq ans, j’ai soutenu la loi Voconia à voix forte et à plein poumons. Or, à soixante-dix ans, - car Ennius atteignit cet âge- il supportait si bien les deux fardeaux reputes les plus lourds, la pauvreté et la vieillesse, qu’il semblait presque y trouver du plaisir”(CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, V, 14, 2002, p.91).

⁵⁴ “Puisse cette palme t’être réservée, Scipion, par les dieux immortels, pour que tu achèves les restes de ton aïeul! Voici la trente-troisième année depuis sa mort; mais le souvenir de ce héros sera transmis à jamais par la suite des ans; il est mort une année avant ma censure, neuf ans après mon consulat, pendant lequel il fut élu cônsul pour la deuxième fois. Croyez-vous donc que, s’il avait vécu jusqu’à cent ans, il serait mécontent de sa vieillesse? Non certes, car, à défaut du bond en avant, du saut, la lutte corps à corps avec l’épée... Si ses qualités n’existaient pas chez les vieillards, nos ancêtres n’auraient pas appelé le conseil suprême ‘conseil des vieillards’”

Porventura julgai-me ocioso, a mim que estive implicado em todo tipo de guerras – como soldado, tribuno, legado ou cônsul -, porque não mais participo de nenhuma? Na verdade, doravante sugiro ao senado as campanhas a empreender e as táticas a empregar; previno os desígnios sombrios de Cartago recomendando que lhe declarem guerra⁵⁵ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, VI, 18, 2002, p.93).

Cícero atribui a Catão um papel de conselheiro e de educador dos jovens romanos,

Aliás, os adolescentes são vítimas dos mesmos desagradados. Mas Cecílio está redondamente enganado quando nos diz:
Pior na velhice é sentir que desagradamos a todo mundo.
 O certo seria agradar e não desagradar! Se os velhos vêem encanto nos adolescentes de boa natureza, e se a velhice é aliviada pela diferença da juventude, os adolescentes, por seu lado, apreciam os preceitos dos velhos que sabem lhes dar os gostos das virtudes morais. No que me concerne, tenho a impressão de vos ser tão agradável quanto o sois para mim⁵⁶ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, 2002, p.96-97).

Catão era severo com os outros e consigo mesmo. Se, aos olhos de Cipião, ele foi um questor muito exato, deu provas de grande honestidade na sua administração da Sardenha. Ele se opôs ao luxo oriental e deu exemplo de frugalidade: era um general do exército romano operando na Espanha e tinha apenas cinco escravos. Embora tenha ocupado as altas magistraturas romanas, ele foi fiel às suas origens e à sua moral rústica: nasceu camponês e se manteve como um proprietário de terras. Em seu tratado agrícola intitulado *De Agricultura* apresenta-se como o camponês interessado no cultivo da terra. Cícero o

(CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, VI, 19, 2002, p.93)

⁵⁵ “Estimez-vous par hasard que moi, après avoir participé comme soldat, tribun, légat, cônsul, à toutes sortes de guerres, je reste inactif, maintenant que je ne fais plus de guerres? Mais j’indique au Sénat lesquelles il faut mener et comment: voyant les mauvais desseins que Carthage nourrit de longue date, je lui déclare la guerre...” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, VI, 18, 2002, p.93).

⁵⁶ “D’ailleurs, celles qui déplaisent assaillent souvent aussi l’adolescence. Mais voici un mot de caecilius plus fâcheux encore: *ce que je vois dans la vieillesse de plus AMER, c’est de sentir qu’on est alors pénible aux autres.* – agréabje plutôt que pénible! Car, si les adolescents doués d’un bon naturel font la joie des vieillards censes et si le poids de la vieillesse est allégé par la déférence et l’affection de la jeunesse, en revanche, les adolescents goûtent les préceptes des vieillards, qui les mènent à la recherche de la vertu; et je sens que je ne vous donne pas

apresenta como um agricultor sensível e poeta que celebra com entusiasmo as alegrias da colheita.

Os agricultores têm uma espécie de crédito na terra; esta jamais de recusa ao trabalho deles e sempre restitui o que recebeu com juros às vezes modestos, mas geralmente consideráveis. Aliás, não é apenas o que o solo produz que me agrada, é também a potência generosa da própria terra (...) O encanto da agricultura não se resume às colheitas, campinas, vinhedos e arbustos; é preciso também contar com as hortas e os vergéis, o gado no pasto, as colméias de abelhas e as flores inumeráveis. Enfim, somando-se ao prazer de plantar, há o de enxertar, a mais engenhosa descoberta da agricultura⁵⁷ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XV, 51 e 53 2002, p.114 e 116).

Assim, o Catão, cultivador do diálogo ciceroniano, assemelha-se a um poeta da terra que soube aliar a poesia do trabalho de agricultor à imaginação lírica. Na obra *O Econômico*, que Cícero traduziu na juventude, Xenofonte mostra que os prazeres da agricultura estão de acordo com a vida do sábio, que a vitalidade da natureza se observa no crescimento do trigo ou da vinha.

Catão foi o típico “velho romano”: bom agricultor, bom soldado, honesto, austero com os outros e consigo mesmo. Era-lhe agradável o convívio com os amigos, e elogiar as pessoas de bem,

De minha parte, eu amo a conversação nas refeições prolongadas; não apenas com pessoas da minha idade, mas também da vossa. Sou grato, portanto, a velhice por ter aguçado meu gosto pela conversação ao mesmo tempo em que abrandava meu interesse pelos pratos e pelos vinhos. Admitindo que há prazer em comer, quero também reconhecer que a velhice não é insensível a ele. Quanto a mim, gosto de presidir uma refeição como o faziam nossos antepassados; gosto dos discursos pronunciados com um copo de vinho à mão depois do banquete principal, como quer a tradição⁵⁸ (CÍCERO, “Caton l’ancien / De La Vieillesse”,

moins d’agrément que vous m’en dones” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, 2002, p.96-97).

⁵⁷ “... les agriculteurs ont un compte ouvert avec la terre, qui jamais ne repoussé leur pouvoir et jamis ne rend sans intérêt ce qu’elle a reçu, mas donne un revenu parfois petit, le plus souvent considérable. D’ailleurs, c’est ne pás seulement le produit que me plaît, c’est aussi la vigueur naturelle de la terre elle-même. (...) les guérets, les prairies, les vignoles et les arbustes ne font pas la seule richesse de champagne; il faut y ajouter les jardins et les verges, les troupeaux au pâturage, les essaims d’abeilles et toute la variété des fleurs.” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, XV, 51 e 53 2002, p.114 e 116).

⁵⁸ “Moi que l’ame la conversation, j’aime aussi les longs repas, non seulement avec des hommes de mon âge,

XIV, 46, 2002, p.111).

Cícero apresenta Catão como um homem de sua época. Ele o elegeu como o tipo ideal para retratar a velhice e como porta-voz de seu pensamento. Cícero foi, no pleno sentido da palavra, o primeiro escritor político de Roma, pois foi quem primeiro confrontou as necessidades da ação política com uma reflexão filosófica. Encontramos em sua obra o pensamento político apresentado em diferentes aspectos de sua prática cotidiana por meio de homens ilustres como Catão, O Antigo. A virtude, insistia Cícero, afirmava-se na prática, e seu melhor uso estava em governar a República e converter em obras as palavras ouvidas nas escolas. Catão reúne a *virtus* romana e demonstra sua real existência na sua carreira como homem público atuante.

O orador romano exaltou as qualidades de Catão. Para muitos estudiosos contemporâneos, assim como biógrafos antigos da qualidade de Plutarco⁵⁹, por detrás da fachada pública de um resoluto soldado camponês de Túsculo, um “áspero anti-helenista mascarava um homem de fina educação”(BOWDER, 1986,p.60).

Cícero conhecia bem as suas origens e leu pelo menos cento e cinquenta discursos de Catão antes de fazer suas menções e idealizá-lo. Sublinhava os conhecimentos jurídicos e religiosos do censor com muita precisão e, finalmente, atribuía a seu protagonista o conhecimento de autores gregos, ainda que reprovasse sua retórica e uma certa carência de cultura helênica. Ele alegou, porém, em outras obras, que Catão preencheu esta lacuna na sua velhice.

Para justificar sua escolha, Cícero alegava ter encontrado em Catão a

dont il reste très peu maintenant, mais encore avec ceux du votre et surtout avec vous, et je suis très reconnaissant à la vieillesse de m'avoir accru la passion de converser en m'enlevant celle de boir et de manger. Et, si même on goûte ces jouissances, je ne vois pas que ces plaisirs mêmes laissent la vieillesse insensible. Pour ma part, j'aime les présidences de table, instituées par nos ancêtres, et les paroles prononcées la coupe en main, selon la coutume ancestrale..." (CÍCERO, "Caton l'Ancien / De La Vieillesse", XIV, 46, 2002, p.111).

autoridade de um personagem histórico, a atividade e a sabedoria de um verdadeiro homem. Além disso, Cícero era muito ligado a Catão, o jovem, cujo suicídio tornou, no ano de 46 a.C., um herói da liberdade republicana. Após ter louvado sua virtude, sabedoria e eloquência, ele compôs um elogio a Catão, O Antigo, idealizando sua clarividência política.

3.5 OS EXEMPLOS VIRTUOSOS UTILIZADOS POR CÍCERO

Ao longo da obra “Catão: O Antigo ou A Velhice”, desfilam vários “heróis” ancestrais. A maioria deles pertence à geração de Catão e serve para ilustrar os exemplos de uma velhice sábia e amena. Na descrição que se segue, elucidaremos tais nomes, os elogios recebidos e as virtudes correspondentes;

- Marco Porcio Catão (§15; 68; 84): filho de Catão. Morreu aos 12 anos; “... ninguém tem qualidades iguais e afeição filial” (§84);
- Paulo Emilio (§15; 49; 61; 77; 82-83): pai de Cipião Emiliano “... seu prestígio se manifestava na expressão de suas opiniões e em seus gestos” (§61);
- L. Emilio Paulo (§29; 75; 82): avô de Cipião Emiliano “... mestres que ensinam bons princípios devem gozar da felicidade, apesar do declínio e da debilidade de suas forças” (§29);
- P. Cornélio Cipio (§35): pai adotivo de Cipião Emiliano. Catão lembra sua saúde frágil e destaca sua “grande alma paternal, acrescida de uma rica cultura”;
- Cipião Africano (§19; 61; 82): avô adotivo de Cipião Emiliano “... Eis o trigésimo ano de sua morte; mas a lembrança desse herói será transmitida por anos seguidos” (§19);

⁵⁹ Plutarco em suas “Vidas Paralelas” embora reconheça as virtudes de Catão, não deixa de mencionar seus excessos, seu caráter indomável e intransigente. Segundo ele, era *asper procul dubio animi*.

- P. Cornélio Cipio (§50): tio do pai adotivo de Cipião Emiliano. “... em seus últimos dias foi um grande pontífice!”;
- T. Pontio (§33): pertence ao meio dos Cipiões. Catão ressalta seu vigor de centurião “... eu tenho menos vigor que cada um de vocês, mas vocês não têm o vigor do centurião T. Pontio”;
- L. Ambívio Turpio (§48): ator. Principal intérprete de Terêncio “... Do mesmo modo que Ambívio Turpio diverte mais aos espectadores dos primeiros lugares, também diverte aqueles nos últimos; pois os mesmos prazeres podem agradar tanto aos jovens quanto aos velhos”;
- C. Sulpício Galo (§49): astrônomo. Catão sublinha sua amizade com Paulo Emílio “... nós vimos seu esforço para medir o céu e a terra... como ele se satisfazia em nos falar longamente sobre o avanço dos eclipses do sol e da lua”;
- Masinissa (§34): bárbaro romanizado. Ele se beneficiou de sua amizade com os Cipiões “... Eu penso que tu sabes, Cipião, o que fez Masinissa, hóspede ancestral de sua família, hoje com setenta anos. Símbolo da temperança que lhe permitiu... Conservar uma parte do vigor antigo na velhice”;
- L. Valério Flacco (§42): Catão faz referência às acusações na Gália “... Que associava os interesses privados e a desonestidade no poder..., presenciada, também, pelo censor Flacco, no ano de 124”;
- T. Quinto Flâmio (§1; 42): Catão assinala a campanha na Macedônia (§42). Cícero o apresenta na Dedicatória da obra “... estou inclinado a endereçar a Ático, os mesmos versos que enderecei a Flâmio” (§1). Trata-se de um homem louvável segundo o escritor Ennio, parafraseado por Cícero;
- Q. Fábio Máximo (§10-13; 15; 39; 61): é idealizado por Cícero, admirador de suas campanhas em Cápua e Tarento; apreciador de sua sabedoria e eloquência. Máximo

foi cônsul cinco vezes, *augur* e ditador no ano de 217 a.C. Catão o utiliza como exemplo “... para mim Q. Máximo, eu o admirei quando era velho e eu jovem, como se admira um companheiro de idade ele. Havia nele uma gravidade jovial e cortês, e a velhice não modificou seu caráter” (§10);

- M. Cláudio Marcello (§75): foi assassinado em 208 a.C.. Embora seu inimigo, Hanibal enviou suas cinzas ao seu filho em uma urna de prata “... Nem M. Marcello a quem o inimigo mais cruel não ousou recusar as honras de um funeral”;

- M. Cornélio Cethego (§10; 50): retomando o escritor Ennio que o chamou de “símbolo da persuasão”, Catão destaca “... com que persuasão ele exercia a oratória diante de nós, na mesma idade!”;

- Sexto Elio Paeto , P. Licino Crasso, M. Emilio Lépidio e L. Cecílio Metello (§27; 30; 50; 61): os dois primeiros são juristas e os demais são grandes pontífices. São citados por Catão conjuntamente “... Que homem foi o grande pontífice P. Crasso!” (§61). Ele acrescenta “... eu me lembro de ter visto em minha infância L Metello, pontífice durante quatro anos após seu segundo consulado. Exerceu esse cargo (pontífice) durante vinte anos” (§30);

- A. Atílio Catalino (§61): Catão o cita ao escrever sobre os prestígios da velhice. Cita o epitáfio que lhe foi endereçado “... este herói, acredita-se que manteve o primeiro lugar entre todos”;

- C. Duelio (§44): cônsul no ano de 260 a.C., Catão destaca sua vitória na batalha naval de Mile. “... eu via freqüentemente em minha infância C. Duelio, filho de Marco, o primeiro a triunfar sobre o mar dos cartagineses”;

- M. Atílio Regulo (§75): foi capturado pelos cartagineses em 255 a.C. “... seu eu evoco (...) M. Atílio, que se rendeu ao suplício para manter a palavra dada ao inimigo”. No ano de 250 a.C. ele retorna a Roma para um acordo, mas o Senado não

aceita e ele retorna para Cartago onde pereceu sob tortura;

- M. Curio Dentão (§15; 43; 55-56): ele recusou o ouro dos samitas “... Curio, quando os samitas lhe trouxeram um grande pote de ouro; ele o recusou dizendo que encontrava a beleza não em possuir ouro, mas em comandar aqueles que o possuíam” (§55);

- C. Fabrício Lucínio (§15; 43): Catão faz referência a sua embaixada junto a Pirro, em 280 a.C. “... na guerra contra Pirro ele já era velho; mas tal é a tradição de nossos pais” (§15);

- Ti. Coruncanio (§15; 27; 43): Catão descreve em Coruncanio o vigor que se manifesta na velhice. Ele “... acreditava firmemente na existência de um ideal belo e sublime, digno de ser procurado por ele e de ser seguido por todo o homem de bem, no menosprezo absoluto pelo prazer” (§43);

- App. Cláudio Caecio (§16; 37): “... quatro filhos vigorosos, cinco filhas, uma grande casa, grande clientela, eis o que nos deixou Apio” (§37). Três de seus filhos foram cônsules;

- Décio (§42; 75): a mesma referência feita a Atilio Regulo no parágrafo 75, estende-se a Décio;

- M. Valério Corvo ou Corvino (§60): Catão calcula seus consulados e acrescenta sua vida longa e seu perfil de camponês “... segundo a tradição ele viveu até cem anos, habitando e cultivando o campo (...) entre seu primeiro e seu sexto consulado, transcorreram 46 anos”;

- Quincto Cincinnato (§56): já em idade avançada, ele “... estava trabalhando no campo, quando lhe foi anunciado que tinha sido nomeado ditador”;

- L. Junio Bruto (§75): sua morte heróica foi um dos temas favoritos de Catão “... Bruto que morreu defendendo a sua pátria”. Fundador da República, morreu

combatendo os Tarquínios.

No conjunto de nomes ⁶⁰ que desfilam sob nossos olhos e aos olhos de Catão encontramos homens de sua geração, homens que o precederam. Todos figuram com traços semelhantes que merecem a imortalidade por suas ações. As indicações de Catão se mostram como uma espécie de evocação patriótica, não se trata de uma multidão anônima de legionários e de ancestrais, mas de homens virtuosos que servem de exemplo para o bom exercício da vida pública e para a manutenção da *res publica*, tal como os objetivos de Cícero.

3.6 A INFLUÊNCIA DA HÉLADE CLÁSSICA NA DEFINIÇÃO DA VELHICE: PLATÃO E ARISTÓTELES

A República de Cícero foi escrita no ano 57 a.C, quando de sua volta do exílio de dezoito meses na Grécia e num momento em que pareciam esvanecidas as suas esperanças de voltar à vida política. Daí seu recurso à atividade intelectual, aquela que, segundo Platão, envolvia um magistério e significava uma importante forma de atuação perante a sociedade.

Escrita entre 54 e 51 a.C., a *República* é um diálogo à moda platônica, mantido durante três dias no ano de 129 a.C. com personagens ilustres de gerações anteriores, como Cipião Emiliano, Lélcio, Tuberão e Múcio Cevola. Entre os estudiosos que encontram

⁶⁰ Em “Caton l’Ancien / De La Vieillesse” também figuram nomes importantes no campo literário. Entre os representantes da poesia latina são mencionados Livio Andronico (50), Ennio (10; 14; 16; 50; 73), Nevio (50), Estacio (24; 25; 36), Plauto e Terêncio (50; 65). Há menção aos escritores e filósofos gregos, entre eles Homero, Hesíodo, Aristóteles, Platão, Xenofonte, Isócrates, Aristoxene, Heródoto. Tais referências, sempre presentes nos escritos de Cícero servem para enaltecer suas virtudes e sua *glória*. No vocabulário político a *gloria* significa celebridade proveniente dos atos praticados ou de escritos conservados após a morte em memória do escritor. Ele é, essencialmente, fruto da *virtus*.

analogias entre a obra do romano e do grego Platão, pode-se afirmar que, ainda que a preocupação política seja um elo entre as duas obras, as idéias políticas não são as mesmas da “República” de Platão, mesmo que, “do ponto de vista da forma, tal obra lhe tenha servido de modelo” (COSTA, 1957, p. 123).

A doutrina política de Cícero distingue-se em sua fundamentação da de Platão, pelo fato de ser uma doutrina construída sobre uma outra realidade histórica: a experiência romana se opõe a *politéia* platoniana, o pragmatismo se confrontando com o idealismo. De um lado encontramos a concepção filosófica, o Estado ideal, em que o filósofo teria pensado realizar seu ideal supremo de vida política quanto a uma sociedade regularmente organizada, tendo na justiça a sua pedra basilar.

Por outro ângulo, do lado de Cícero, existe o ideal de uma classe política que teria a incumbência de restaurar “a antiga *República* em moldes de uma aristocracia moralmente regenerada, onde todos teriam qualidade de *princeps*” (COSTA, 1957, p. 130).

Já com relação ao “Catão: O Antigo / A Velhice” se permite uma visível analogia com o ideal platônico para os dirigentes do Estado, os guardiões do modelo republicano, pois Platão acreditava que após os sessenta anos o homem atingia a sua inteligência maior e mais vigorosa. Também à velhice, Platão consagra palavras encorajadoras na sua “República”. Assim, no diálogo entre Céfalos e Sócrates, lemos:

Céfalos: (...) Como tu sabes, Sócrates, quando alguém chega à idade em que toma consciência de que logo morrerá, surgem-lhe o temor e a preocupação a respeito de assuntos nos quais antes não pensava. Efetivamente, tudo o que se conta a respeito do Hades onde serão expiados os atos maus praticados em vida, todas essas fábulas das quais até então ele fazia troça, agora aterrorizam sua alma, por temer que correspondam à verdade. (...) E esse alguém – devido à debilidade da velhice, ou porque agora divisa com maior clareza as coisas do além, torna-se repleto de desconfianças e receios, inicia a fazer cálculos e a analisar se cometeu alguma injustiça com alguma pessoa... Ao contrário, aquele que sabe não haver cometido injustiça, sempre alimenta uma doce esperança, benévola ama da velhice, como declara Píndaro (“Diálogos”, 1999, p. 9).

Para Cícero, a esperança é o grande valor que se apresenta para os velhos, e uma vez inexistente pode-se dizer, mesmo, que a vida do desesperançado findou de forma inglória e dolorosa. Na obra sobre a velhice, composta na última etapa literária de sua vida, ele atende a várias prioridades que surgem “no acaso de sua vida, no aconchego da prazerosa vila de Túsculo e ao fazer a “apologia da resignação”. No momento em que o tempo “começou a desfolhar (...) a frondosa árvore de sua maturidade” (ARAUJO, 1998, p. 100), busca cultivar os antepassados de valor, no caso representado por Catão, o Censor.

Catão, como porta-voz do autor, estabelece que para o sábio, a velhice jamais é um mal, pois representa uma etapa do curso natural da vida. O censor refuta com vários argumentos que a velhice afasta o homem dos negócios, que enfraquece o corpo e suprime os prazeres da vida, que coloca à beira da morte.

É por isso que a chegada da velhice, com todos os males e decadência que possa representar, leva-o à busca por todos os seus recursos de orador e autor, como que para convencer a si mesmo e também aos outros, de que tal estágio da vida não representa o fim das expectativas de participação política, nem o fim de seus ideais mais caros que sempre poderiam continuar sendo postos em prática, defendidos, preservados.

Nessa tendência de valorizar o homem e seus feitos em sua defesa da liberdade de pensamento e da individualidade, encontramos uma ligação entre Cícero e seus antecessores gregos, como Platão e Aristóteles. Existem, ainda, outros aspectos por considerar em termos comparativos. Em primeiro lugar, o que avulta na obra e nos ideais de Cícero é o seu permanente desejo de granjear a imortalidade sonhada pelos gregos e definida pelo historiador Heródoto.

A maneira pela qual os gregos encaravam a velhice vinha sempre aliada à

educação do jovem e, na idade madura, os resultados de tal educação. Se o homem é como uma árvore, aparecendo a analogia com a concepção platônica de homem colocada no “Timeu”, quando é criança é como um broto, que traz em si a promessa da árvore madura a qual, sendo bem cultivada, produz bons frutos. Logo, o desenvolvimento é um *dever*, um percurso evolutivo de algo que se encontra em potência e que, mais tarde, atinge a sua máxima vigência.

Talvez por isso, como assinalamos, os anciãos seriam os escolhidos para conduzir os destinos e a política de sua República. Seriam eles os componentes de uma categoria que não governaria de forma despótica, pois na velhice teria atingido o máximo de sua capacidade intelectual e se tornaria mais capaz para decidir sobre a correta política de Estado.

Assim, se os “filhos dos governantes forem incapazes”, não quer [o deus] que se lhes dispense graça alguma, mas que sejam relegados ao estado conveniente, seja o de artesão, seja o de lavrador” (LUZURIAGA, 1975, p. 54). Portanto, os patriarcas mais velhos e mais sábios, porque mais cultos, seriam os condutores do governo para Platão e aqui pode-se inferir um ponto de contato com a tentativa de Cícero de valorizar a participação dos mais velhos, notadamente quando se trata de política.

Com relação a Aristóteles, pode-se afirmar que bem pouco da *politéia* do sábio de Estagira pode ser notada em Cícero, como também o significado que dá para a palavra é bem diverso daquele apresentado por Platão.

Politéia, na concepção de Aristóteles, é a revolta contra a oligarquia (aristocracia corrompida), quer seja o governo dos ricos ou dos militares. Seria uma forma de governo que teria por base a presunção da igualdade, temperada pela boa aristocracia ou pela democracia, conduzindo ao significado de governo civil entre os gregos. Quando, executivo, legislativo e judiciário não fossem capazes de expressar a vontade do povo, seriam

criminosos, e aí, provavelmente, se situa a grande diferença entre o pensamento aristotélico e o de Cícero. O primeiro era um decidido partidário da aristocracia, a mais capaz de direcionar o povo, não tão capaz assim para tal incumbência. Mas, na rejeição às formas autocráticas e ditatoriais (tais como as assumidas por um Júlio César), Aristóteles e Cícero se encontravam, posto que este último jamais deixou de defender a forma republicana de governo, vista como o melhor das tradições políticas romanas.

No oitavo livro da sua “Arte retórica e arte poética”, Aristóteles (1991) fez uma interessante comparação entre o caráter dos jovens e dos velhos. Ele parte de distinções muito comuns entre os gregos, onde se afirmava que a idade madura para o corpo ia dos trinta e cinco aos quarenta e nove anos, situando-se na primeira idade o ponto de maturidade – *acme* - do corpo e na segunda, o da alma. A mesma comparação é feita por Cícero entre o caráter dos jovens e o caráter dos velhos.

Assim, segundo pensava, os jovens eram propensos aos ímpetos carnis e desejosos de fazer o que almejavam. Poderiam ser qualificados de inconstantes, porque depressa se entediavam com o anterior objeto dos desejos e suas vontades eram violentas, mas rápidas, como os acessos de fome e sede dos doentes.

Coléricos, irritadiços, impulsivos, os jovens eram também ambiciosos e orgulhosos, não tolerando ser desprezados e se apegando a honras, vitórias, atitudes próprias de quem almejava sempre a superioridade. Todo esse conjunto lhes acarretaria um problema: quando cometiam faltas, estas eram graves e violentas, pois a tudo e em tudo eles se destacavam no excesso. Aristóteles é explícito ao afirmar que amavam e odiavam, sempre em demasia e desta forma sempre costumavam se comportar fosse na defesa de suas opiniões ou de suas coisas. Lembrava como qualidades que eram mais corajosos do que nas outras idades, se envergonhavam mais de seus erros e eram magnânimos e inocentes, supondo que

os homens fossem melhores e mais virtuosos do que realmente eram.

Aristóteles atribui aos velhos a maior cautela e a prudência quase que anulando a força. Essa pusilanimidade é um efeito da vida e se confunde com certa timidez, já que o temor é uma espécie de resfriamento. Os velhos são mais egoístas e inclinados ao cinismo, não à vergonha. Vivem mais de recordações do que de esperanças e irritam-se com facilidade (nisto se igualam aos jovens, embora por diferentes causas). Não são mais tentados pelos desejos, mas substituem a tudo pelo amor do ganho, ainda que busquem a temperança. A tudo isto ele opõe a temperança e o equilíbrio da idade adulta, na qual se encontram associadas todas as vantagens que a juventude e a velhice possuem separadamente.

Cícero também buscou em Aristóteles argumentos que evidenciavam a superioridade da velhice sobre a juventude, como fonte da argumentação que procura embasar quanto à capacidade do idoso para continuar contribuindo para a vida política.

Ao demonstrar os méritos e os desafios colocados àqueles que se encontram em idade avançada, Platão, Aristóteles e Cícero, os associam ao “mérito da virtude”, presente na ação. Apesar dos freqüentes intervalos que levam aos estudos ou atividade do espírito, havia o impulso continuado que os impelia ao trabalho. Em um vínculo com o pensamento platônico podemos lembrar que, para ele “exercida com honestidade a política é virtude integrada na filosofia moral, que valoriza a personalidade de quem a pratica”, isto porque “não consiste apenas na administração dos negócios públicos, mas principalmente, na instituição da autoridade da lei e nos domínios da Justiça” (CÍCERO, “*Dos Deveres*”, 2002, p. 13).

3.7 A AÇÃO POLÍTICA NOS EXEMPLOS DE CATÃO

O homem respeitado e tomado em seu valor próprio é a essência do pensamento de Cícero. Trata-se de um “humanismo” (GRIMAL, 1984), no qual os exemplos dos comportamentos individuais se estendem ao cenário maior, ou seja, ao exercício da vida pública.

Veyne exemplifica tal conceito se utilizando do pensamento de Cícero,

O espírito de *humanitas* no comportamento bélico (por exemplo) é tratado com elegância por Cícero, que o converte em adorno de um patriotismo romano que nenhuma dúvida pode perturbar. Segundo Cícero, não se deve fazer a guerra antes de terem esgotado as possibilidades de negociar; as únicas guerras justas são aquelas em que os homens se defendem da injustiça do inimigo; não se deve destruir a cidade inimiga, a menos que mereça represálias (1992, p.293).

Em toda a obra sobre a velhice, Cícero define o homem por sua alma e reconhece no corpo o papel de um vaso que contem algo precioso. No vocabulário latino a *humanitas* não exprime somente a atitude do homem diante de seus iguais ou de seu círculo de amigos. Ela marca uma atitude obrigatória daquele que procura o apoio dos amigos em sua ação política. Portanto, ela representa o conjunto formado pela *sapientia*, *auctoritas* e *dignitas*, como atitudes formadoras do caráter romano.

A *humanitas* é mais um mérito do que uma característica universal. Quando é mérito de um indivíduo, modera a justiça comum ou tempera-lhe o rigor (Cícero, *Ad Atticum*, 4, 6, 1). Quando é mérito de uma sociedade inteira, representa um enriquecimento da simplicidade primitiva: todos os homens comem e trabalham, mas nem todos descobrem as artes, as técnicas, as belas letras. A tudo isto se associa um progresso interior dos indivíduos. Os selvagens sabem servir-se da humanidade, não sabem resistir aos impulsos; a *humanitas* atenua essa dureza e a lei ensina os homens a disciplinar-se (Cícero, *Pro Caelio*, 11, 26, onde *humanitas atque leges* se opõe a *silvestris coitio*) (VEYNE, 1992, p. 283).

A *auctoritas* representa a influência que o indivíduo exerce na vida política. Está fundada na capacidade pessoal daquele que a possui (*virtus*, *ars*, *ingenium*), na idade e na experiência (*aetas*, *usus*) e no poder material (*opes*, *fortuna*). Todas estas capacidades

pessoais são caracteres próprios da *nobilitas*, isto é, sua *dignitas familiae*. Portanto, a *auctoritas* provém da *virtus*, expressa tanto nos sucessos militares (*res gestae*), como na importância da posição social do indivíduo.

A *auctoritas* apóia-se no *mos maiorum*, isto é, nos exemplos dos ancestrais que o homem político propõe para uma dada situação. Ela se apóia na conduta dos antepassados, que constitui para os romanos um código que tem um valor quase jurídico. Ela é o poder próprio dos membros da *gentes* patrícias, do *ordo senatorius* e da *nobilitas*, e apresenta a influência que exerce o *senator* na atividade política, particularmente no senado quando expressa sua *sententia*.

A *dignitas* reúne os méritos de um homem político. Aproxima-se de *virtus*, pois reúne o conjunto de qualidades que o homem político deve possuir para exercer a sua função, exprimindo suas virtudes particulares.

A *dignitas* se opõe a elementos puramente materiais da capacidade política, pois não é obtida através de elementos exteriores. Está associada ao acesso às magistraturas uma vez que define aquele que é *dignus* de ocupar funções públicas.

Nesse sentido, podemos estabelecer uma relação entre *dignitas* e *auctoritas*. A *auctoritas* é a capacidade social e política daquele que possui a *fides*; a *dignitas* é a forma que reveste esta *auctoritas*. Por meio da *auctoritas*, o homem político exerce uma influência profunda que depende de sua capacidade pessoal e dos meios que ele dispõe para sustentá-los; através da *dignitas* manifesta a posição superior que ele ocupa na hierarquia política. Manter sua própria *dignitas* é um dever essencial de um romano da aristocracia. Ela expressa a posição de um homem político, que tem a *sapientia*, ou seja, a capacidade de julgar sabiamente as coisas.

Considerando tais virtudes, próprias da ação política, Cícero escreveu, “a

pátria nos criou sob a condição que dediquemos a seu serviço a maior parte e as mais belas energias de nosso espírito, de nosso talento e de nossa inteligência (“República”, 1992, p.67).

Como advogado, orador e escritor, Cícero e seu interlocutor Catão, podem ser vistos como mestres do civismo, a considerar pela personalidade infatigável e pela atividade intelectual colocada à serviço da República romana. Na “República”, ele celebrava continuamente a ação política e a preservação intelectual que levava a tal condição escrevendo que “a virtude afirma-se por completo na prática, e seu melhor uso consistia em governar a república e converter em obras as palavras que se ouviam nas escolas” (“República”, Livro I, 1992, p. 73).

Os velhos podiam instruir a juventude. Portanto, a formação de um caráter humanista é o resultado de um processo que visa este modelo de cidadão. Na concepção de Giles (1983, p. 68) ele é apontado como o protótipo do homem humanista orador, como “aquele que conhece e pratica a virtude, o cidadão que zela pelo bem comum do Estado e está pronto a sacrificar-se por ele”. Existe, em Cícero, o ideal de uma classe política que teria a incumbência de restaurar a antiga República nos “moldes de uma aristocracia moralmente regenerada” (COSTA, 1957, p.130).

Cícero emprestou de Platão a idéia de que só se atinge a plena inteligência depois dos sessenta anos e assinalava a superioridade do Senado em função disso. “Se tais qualidades não as possuíssem os velhos, nunca os nossos antepassados teriam dado o nome de ‘senado’ ao conselho supremo” (“Catão, o velho”, 2005, p. 21). Na discussão do tema, como se vê, encontramos as origens do Senado como um conselho dos *seniors*.

Cícero tinha consciência da argumentação contrária que lhe oporiam, por exemplo, quando se poderia aventar que os velhos têm muito menos vigor que os jovens. Também a isso procurou responder e é muito interessante o trecho em que escreve: “é suficiente fazer uso moderado de suas forças e de dispensá-las na medida do possível: assim

não se sentirá nenhuma privação”⁶¹ (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, X, 32, 2002, p.101). Isto equivale a dizer que mesmo não sendo dotado do mesmo vigor de um moço, o homem idoso pode economizar suas forças e delas se valer sempre que se apresentar à ocasião.

Preferindo o valor à longevidade, o Catão ciceroniano procurava pela unidade e permanência do homem através do progresso da idade e de suas realizações no interior de seus limites físicos, intelectuais, morais. Ele procurava conciliar o *negotium* e o *otium*, representando a vida ativa e a contemplativa. Animado por ardente patriotismo, ele louvava as instituições do Estado e exaltava as virtudes do cidadão. Subornava as forças corporais e o desfrute carnal aos trabalhos do espírito e à satisfação da consciência.

Ultrapassando a concepção política da República, Cícero visualizava um lugar comum na reunião dos “melhores cidadãos”, a *concordia dos boni*. Ele se pacificava pela esperança, confiava nas alegrias da família e da amizade, admirava a força vital da natureza e assim experimentava “os mais nobres sentimentos de humanidade” (CÍCERO, “Catão, o velho”, 2005, p. 31).

Na obra “Catão: O Antigo / A Velhice”, desfilam exemplos de dirigentes políticos. Cícero uniu o problema político ao seu problema pessoal, o envelhecimento. O personagem título Catão, político e censor era o símbolo das virtudes republicanas. Ele sustentou com empenho o papel de guardião da moral do Estado. Assemelhava-se a Cícero, pois era um *homo novus*, que chegou ao consulado em 195 a.C., e não poupou oponentes políticos.

⁶¹ “...Es suffit de faire un usage modere de sés forces et de les dépenser das la mesure du possible: on n’en sentira pas vraiment la privation” (CÍCERO, “Caton l’Ancien / De La Vieillesse”, X, 32, 2001, p.101).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema deste estudo partiu, inicialmente, de uma reflexão sobre as instituições políticas romanas no período da República. Ao considerarmos as suas diferentes vertentes de leitura, nossa atenção voltou-se para a compreensão do pensamento político ciceroniano.

Sem dúvida, essa discussão em torno do ideal político de Marco Túlio Cícero parecia suficientemente explorada pela historiografia contemporânea. Entretanto, nosso estudo elegeu a obra intitulada *De Senectute* ou *Cato Major*, a mais breve, como querem os estudiosos de Cícero, porém, não menos rica. Destacamos sua contribuição na compreensão do mundo romano antigo e os exemplos gloriosos que podem advir da velhice para a manutenção da *res publica*.

A obra apresenta considerações sobre a velhice em oposição à juventude e

faz o contraponto entre a sabedoria dos mais experientes diante das inconseqüências de quem não viveu tempo suficiente para saber das destrezas da vida. Todas “filtradas” pela ótica de quem muito viveu e que percebeu, na falência do corpo e nos lapsos da mente, o preço cobrado pelo tempo vivido. Nesse aspecto, a velhice aparece não só na vida dos indivíduos, como na política. Cícero procura exaltar as virtudes da última fase da vida com as vantagens da conservação de um regime político que preservava a experiência e a tradição. A velhice representava o melhor da experiência trazida pela idade e contribuía para a preservação do *mos maiorum*.

Cícero, um *homo novus*, que almejava ser bem aceito pela *nobilitas* e galgar posições políticas com sua oratória, posicionou-se sempre como um defensor da República. O ideal de *res publica*, que se iniciou sob o patrocínio da *nobilitas*, empresava-se em instituições políticas, das quais a mais importante era o Senado. Embora o Senado não fosse o único organismo institucional, era, sem dúvida, o corpo político que dominava o período republicano. Ele representava as idéias e escolhas de um grupo de cidadãos, e substituí-lo por uma única pessoa representava uma ameaça a todos aqueles que nutriam os ideais republicanos. Era o mantenedor dos valores, da tradição que se apoiava na sabedoria dos mais velhos - *seniors*, e se mostrava como o suporte político que deveria ser preservado.

Cícero ocupou várias magistraturas, foi advogado, orador e chegou ao cargo máximo da República, o consulado. Sua benemerência cívica culminou com o título de *pater patrie*, com o qual celebrou grande prestígio na vida pública.

Ele teve a oportunidade de passar por todas as fases dessa vida virtuosa e ativa que considerava seu grande objetivo e, ainda que a morte o surpreendesse em seu retiro, já havia realizado boa parte de seus ideais. O desencanto que pode ser atribuído às condições que o levaram ao exílio, a sua morte patrocinada por um de seus grandes favoritos ao governo e ao modelo ideal de *princeps*, não anula seus feitos patrióticos, literários e de

oratória.

Por ser seu ideal que essa virtude se prolongasse por toda a existência e se revelasse principalmente no serviço da pátria, ele escreveu suas obras. Com elas, pretendia influir no pensamento dos amigos, nos leitores de seu tempo, vivenciando o ideal grego de prolongar sua existência na memória dos que os sucedessem.

Consagrando-se a descrever o virtuosismo de seu interlocutor, na obra “Catão: O Antigo / A Velhice”, Cícero mostrava que, mesmo passados os 60 anos, ele ainda era capaz de representar um papel de valia no Estado Romano, em defesa de seus ideais republicanos. Cícero se refere a Catão sustentando que a filosofia estoíca torna o homem bom e forte e ele se felicita por haver servido à pátria, instruído à juventude com seus tratados, sobretudo numa época de decadência moral.

Catão, o Censor, é apresentado como um homem austero. Como Cícero, era de origem eqüestre, tornando-se cônsul em 195 a.C. Sua imagem pública e suas vitórias militares foram cuidadosamente cultivadas. Sua eleição como censor, no ano de 184 a.C., lhe renderam os adjetivos de um severo defensor dos valores romanos. Embora idealizado por Cícero, sustentou, com empenho e vigor, o papel de guardião das instituições da República.

O olhar ciceroniano sob Catão revela-nos uma tendência em valorizar o homem e seus feitos. Nesse sentido, a obra sobre a velhice complementa aquela que foi a preocupação e o maior objetivo de sua vida: a defesa da manutenção do modelo republicano. Um modelo que, não obstante o desgaste do tempo - a analogia com a velhice -, conservava méritos que vinham da experiência e que autorizavam a sua vigência contra todas as propostas novas que se apresentassem.

Procuramos colocar Cícero na ótica de seu tempo: ele conhecia as instituições, foi um homem público atuante. Seus escritos traduzem um diálogo fecundo entre a ação e a meditação como fundamentos da verdadeira atitude política. Ao lado de sua

preocupação para com os homens encarregados de governar, sempre se questionou sobre o exercício do poder. O homem de Estado devia nutrir a *gloria* e, em todos os momentos, estar empenhado em salvaguardar a *res publica*.

Na figura de Cícero, julgamos encontrar um grande defensor da virtude que se aplica às ações políticas. Foi um partidário da lealdade à República e insistia na subordinação do indivíduo aos interesses da pátria, merecedora do maior empenho e dedicação. Os ecos políticos e sua influência intelectual permanecem consideráveis. Em Marco Túlio Cícero nos encontramos diante da representação literária de uma realidade histórica.

ÍNDICE DE NOMES PRÓPRIOS

AUGUSTO: (L. *Augustus*), título honorífico dado em 27 a.C. a Júlio César Otaviano, o primeiro imperador romano. Foi-lhe concedido esse título porque ainda não havia coroa monárquica e sua designação era para algo mais alto que a posição de um cidadão comum.

ÁTICO: (L. *Titus Pomponius Atticus*) (109 – 32 a.C.), amigo íntimo de Cícero, nascido em Roma numa família eqüestre. Retirou-se em 88 do tumulto e da sanguinolência de Roma e foi para Atenas, onde viveu por muitos anos (daí seu cognome Ático). Ele ajudou os adeptos de Mário e de Pompeu em suas horas difíceis, protegeu Terência, mulher de Cícero, quando este foi para o exílio. Pompônia, irmã de Ático, casou-se com Quinto, irmão de Cícero. A serie de cartas de Cícero a Ático teve início em 68, e sua amizade, nascida na juventude, prolongou-se

ate a morte de Cícero. Ele mantinha grande número de escravos, treinados para copiar e encadernar manuscritos e foi o editor das obras de Cícero.

CATÃO: *Marcus Porcius Cato*, o Censor, cognominado o Antigo foi escolhido por Cícero como um mote para suas palavras sobre a velhice. Em Catão, o antigo, Cícero reconhecia retidão e vigor. Retidão porque sua serenidade era notória e vigor porque a velhice nunca representou um incomodo para ele. Homem de Estado romano nasceu em Túsculo (234 – 149 a.C.) foi cônsul em 195 a.C., censor em 184 a.C., lutou contra o luxo, eliminou os senadores que julgava indignos e combateu o helenismo em nome de uma moral austera. Temendo uma desforra de Cartago, pregou continuamente sua destruição. Cultivou, pessoalmente com grande rigor suas propriedades em Túsculo e escreveu um tratado sobre a agricultura (*De re rustica*).

CATÃO: *Marcus Porcius Cato*, “de Útica” bisneto de Catão, o Censor, homem de caráter inflexível e absoluta integridade. Eleito tribuno da plebe em 63 a.C., neste momento estava porfiando por obter a condenação de Catilina e seus cúmplices. Amigo pessoal de Cícero, como ele, teve uma morte trágica. Após Farsália e a morte de Pompeu, tentou continuar a guerra contra César na África. Cercado em Útica suicidou-se. A história o representa como uma das grandes figuras do estoicismo em Roma.

CATILINA: (*L. Lucius Sergius Catilina*), um patricio arruinado, pretor em 68 a.C. e governador da África no ano seguinte. Dissoluto, porém capaz, decadente tanto em reputação como em riqueza, vislumbrou sua única chance de recuperação numa revolução, para a qual encontrou adeptos entre outros homens desesperados; Catilina conspirou com eles para efetuar um massacre geral no início do ano de 65, mas a trama falhou; candidatou-se ao consulado em 64, mas foi derrotado. Derrotado em sua nova tentativa para chegar ao poder

em 63 durante o consulado de Cícero, fugiu de Roma e foi derrotado e morto nas imediações de Pistóia em 62.

CÉSAR: (*L. Gaius Julius Caesar*), nascido provavelmente em 102 a.C. e assassinado em 15 de março de 44 a.C. foi o único romano ilustre nascido realmente em Roma. César apoiou a candidatura de Catilina ao consulado e tornou-se suspeito de envolvimento em sua conspiração; em 63 foi eleito pretor para o ano de 62 e, para desgosto dos aristocratas, *pontifex maximus*.

CIPIÃO EMILIANO: (*L. publius Cornelius Scipio Aemilianus*) (ap. 185 – 129 a.C.) sitiou Cartago com sucesso e a destruiu em 146; foi cônsul novamente em 133 com a missão de levar avante a guerra na Espanha contra os numantinos, forçando a Numância a render-se pela fome e pondo fim à guerra. Morreu subitamente no ano de 129, em circunstâncias indicativas de assassinato. Cícero considerava-o o maior dos romanos. Importante líder político e militar do século II a.C. para o historiador Políbio, seu amigo e admirador, o jovem Cipião sobressaía como modelo de virtudes heróicas, em uma geração corrompida pela luxúria e pelo helenismo. Mas Cipião unia um profundo respeito pela austeridade tradicional dos romanos a um vivo interesse chamado “círculo cipiônico” era um agrupamento de pessoas associadas por um mesmo espírito político, mais os protegidos entre os literatos.

CLÓDIO: (*L. Publius Clodius Pulcher*), um patrício da *gens* Cláudia, notório por sua violência e devassidão e como inimigo de Cícero. Sua profanação dos mistérios da Bona Dea em 62 a.C., a frustração, graças ao testemunho de Cícero, de sua tentativa de provar a veracidade de um álibi, sua vingança como tribuno em 58, quando conseguiu exilar Cícero, sua rixa com Milo, que culminou com lutas de rua entre bandos de desordeiros, e sua morte

em 52 numa dessas arruaças.

DOLABELA: *Públio Cornélio Dolabela* foi casado com Túlia, filha de Cícero (50 a.C.) e era um jovem aristocrata descrito como ambicioso e dissoluto. Tribuno radical e agressivo foi nomeado cônsul por César no ano da morte do ditador (44 a.C.). Mais tarde, suicidou-se na Síria.

FARSÁLIA OU FÁRSALOS: na Tessália, cenário da derrota final de Pompeu por César no verão de 48 a.C. Fársalos era o nome da cidade, e Farsália o de seu território.

FORTUNA: Na religião romana, “a deusa que traz” (de *ferre*), representada com uma cornucópia e um leme de mau. Fortuna era venerada como *Primigenia* (significando “filha primogênita”). Deve-se notar que seu nome não era usado como a significação usual e popular da palavra “fortuna”, isto é, “boa sorte”, e sim no sentido de “destino”.

GRACO: (*l. Gracchi*). Tibério Semprônio Graco (m. em 133 a.C.) e Gaio Semprônio Graco (m. em 121 a.C.). Eram filhos de Tibério Semprônio Graco, o ilustre pretor que por suas vitórias, e mais ainda por sua lisura para com os espanhóis, solucionou em 179 a.C. o tumultuado problema do domínio romano na Espanha. A fama dos Gracos deve-se à sua tentativa para solucionar a crise econômica resultante do fracasso do Estado romano na administração de suas terras segundo princípios eqüitativos e sadios.

HORTÊNSIO HÓRTALO: (*L Quintus Hortensius Hortalus*) (114 – 50 a.C.), conhecido geralmente apenas como Hortênsio, cônsul em 69 a.C. e contemporâneo mais velho de Cícero e seu rival mais temível nos tribunais. Sua primeira defesa ocorreu em 95 a.C., em nome da

província da África, que estava acusando o governador romano de malversação. Hortênsio foi eclipsado por Cícero como o principal orador da época após o sucesso deste último no processo contra Verres, eclipse que não afetou as relações amistosas entre os dois. Cícero rendeu tributo no *Brutus* ao gênio de Hortênsio após a sua morte, e também o elogiou no *Orator*.

LÉLIO: (*L. Gaius Laelius*) (n. ap. em 186 a.C.), cônsul em 140 a.C. e amigo íntimo de Cipião Emiliano; mostrou-se um bom soldado e praticou feitos heróicos como oficial sob o comando de Cipião na terceira Guerra Púnica. Foi também um orador eminente, cognominado “Sapiens” por sua sólida erudição e dotes filosóficos. Cícero atribuiu-lhe o papel de interlocutor principal em seu diálogo “*De Amicitia*”. Ele é também participante de outros diálogos como “*De Senectute*”.

MARCO ANTÔNIO: (*L. Marcus Antonius*) (ap. 82 – 30 a.C.) após servir sob o comando de Gabínio no Oriente, e sob o comando de César na Gália, foi um dos tribunos em 49, quando apoiou a causa de César, juntou-se a ele antes da travessia do Rubicão e ocupou um posto de comando nas campanhas subseqüentes na Itália e no Épeiros. Era cônsul na época do assassinato de César e graças à sua eloquência conquistou o apoio do povo, tornando-se o senhor de Roma. eclodiu então a Guerra Civil e nessa época Cícero pronunciou suas “Filípicas” contra Marco Antonio, contribuindo para levantar a oposição republicana contra ele. Porém, também sobrinho e filho adotivo de César, era eloqüente e pareceu captar as simpatias dos romanos pelos seus discursos inflamados contra os assassinos do ditador. Foi ele quem se ligou à Cleópatra, mas, mais tarde, foi vencido na batalha do Ácio (2/9/31 a.C.) pela esquadra de Otávio.

PLÚTARCO: (*G. Ploútarkos*) (ap. 46 a.C. – 120 d.C.), famoso biógrafo e filósofo moralista grego.

POLÍBIO: (*G. Polyainôds*), (ap. 202 – 120 a.C.), grande historiador grego nascido em Megalópolis, na Acácia; Políbio fez restrições severas aos métodos de outros historiadores. Algumas de suas apreciações são interessantes, como quando ele concorda com que (a guerra é uma coisa terrível, mas não a ponto de levar-nos a submeter-nos a qualquer ignomínia a fim de evitá-la).

POMPEU: (*L. Gnaeus Pompeius*) (106 – 48 a.C.) adquiriu notoriedade pela primeira vez ao organizar um exército para apoiar Sula, por ocasião de sua volta à Itália em 83 e por prestar serviços relevantes contra os adeptos de Mário na Sicília e na África. Embora fosse um bom general e um grande organizador, faltavam-lhe iniciativa e inventividade políticas.

PLUTARCO: (*G. Ploútarkos*) (ap. 46 – 120 d.C.), famoso biógrafo e filósofo moralista grego. Nasceu em Cairônea, na Boiotia. Muitos de seus tratados são provavelmente uma reelaboração de notas de conferências pronunciadas por ele. É um dos autores antigos mais agradáveis, escrevendo com um encanto especial, com suavidade e finura, de maneira a despertar o interesse do leitor.

QUINTILIANO: (*L. Marcus Fabius Quintilianus*) (ap. 35 – 95 d.C.), era um orador e educador romano. Em 88 d.C. tornou-se o primeiro professor a ocupar uma cátedra pública de retórica latina. Era um admirador de Cícero e fez críticas à prática da declamação e ao ensino formal dos retóricos do seu tempo. De Calagurria na Espanha, recebeu no mínimo parte de sua educação em Roma, onde ouviu assiduamente os oradores da época. Quintiliano advogou nos tribunais. Domiciano fê-lo cônsul, e depois preceptor de seus sobrinhos-netos.

SALÚSTIO: (*L. Gaius Sallustius Cripus*) (86 – 35 a.C.), nascido em Amiterno (na região Sabina); em Roma juntou-se ao partido democrático e foi tribuno da plebe em 52. Dizia-se que sua hostilidade Milo após o assassinato de Clódio nesse mesmo ano aumentou em decorrência de uma intriga envolvendo a mulher desse último. Salústio foi expulso do Senado no ano de 50 por causa de acusações relativas ao seu caráter, talvez exageradas pelo rancor político. César recompensou-lhe a adesão oferecendo-lhe o posto de questor em 49, e mais tarde nomeou-o governador proconsul da Numídia. Após desempenhar essa função Salústio abandonou a vida pública e passou a viver em meio a grande esplendor, tendo obtido sua fortuna, segundo se comentava, mediante concussões em sua província.

VELÉIO PATÉRCULO: (*L. Gaius Velleius Paterculus*), que viveu na época de Augusto e Tibério, oriundo de uma família muito atuante no serviço militar e civil do Estado. Ele próprio serviu como oficial de cavalaria sob o comando de Tibério na Germânia no ano de 4 d. C., e mais tarde na Panônia e novamente na Germânia após o desastre de Varo. Veleio escreveu uma história sucinta de Roma desde os primeiros tempos até a sua própria época, em dois livros, o primeiro dos quais, na forma em que se conservou, chegou até nossos dias incompleto. A "História" mostra parcialidade em relação aos Césares, e entusiasmo, chegando à adulação, particularmente por Tibério. A obra não é profunda nem filosófica, mas basicamente biográfica, e é especialmente valiosa por seus retratos (fortemente contrastante com o deixado por Tácito), e em escala menor os de César, Pompeu e Mecenas. A "História" é notável também por conter alguns capítulos a propósito da evolução da literatura latina. O autor discute as razões para seu declínio, e sugere que a perfeição atingida na época de Augusto levou os escritores subsequentes a procurar em desespero de causa campos secundários. O estilo da "História" é artificial e epigramático.

VERRES: (*L. Gaius Verres*), *propraetor* na Sicília em 73-71 a.C., onde se mostrou um governador cruel e rapace. Denunciado por Cícero em nome dos sicilianos no ano de 70, Verres abandonou a causa e retirou-se para o exílio. Ele guardou parte de seus tesouros roubados e estes, vinte e sete anos mais tarde, atraíram a cupidez de Marco Antônio. Conseqüentemente Verres foi incluído numa lista de proscricção e assassinado.

ZENON: De Cítion, em Chipre (n. ap. em 300 a.C.), considerado por seus contemporâneos como sendo fenício, fundador da Escola Estóica de filosofia. Zênon tornou-se professor de Antígonos Gonatas. Entre seus discípulos estava Sfairos, inspirador da revolução de Cleomenes III de Esparta. Atenas prestou a Zênon a homenagem de um funeral a expensas da cidade, como um homem que "tinha feito de sua vida um exemplo para todos, pois seguiu seus próprios ensinamentos".

GLOSSÁRIO

ALBUM: Para a palavra *album* existem duas acepções na língua latina: 1 – Tábua, quadro ou painel engessado em muro no qual os pretores romanos publicaram atos oficiais e anúncios públicos ou privados. 2 – *Album* senatorial ou lista dos senadores romanos por ordem hierárquica, como é o caso presente.

ARPINO: (*L. Arpinum*), cidade do Lácio, terra natal de Cícero.

AUCTORITAS: era um conceito basicamente romano, pois não tinha equivalente exato em grego. Este vem do substantivo abstrato que é da família de *augeo* (aumentar), de *auctor* (aquele que aumenta, que está na origem de que é responsável por autor". É portanto, algo

que vem adicionar-se a uma situação já existente, e lhe confere maior peso.

CALAVEIROS: No tempo dos reis, e no início da República, classe social formada pelos cidadãos cuja fortuna (censo eqüestre) autorizava a servir na cavalaria. Depois dos Gracos, os cavaleiros tornaram-se uma ordem, que, al lado do Senado, formava uma nobreza endinheirada. Obtiveram privilégios políticos e honoríficos.

CLEMENTIA: o termo é político especialmente adequado a finalidades de propaganda, goza de uma aura extraordinária no tempo das guerras civis e fica particularmente ligado à figura de César, a quem o Senado honra com um templo dedicado a *Clementia Caesaris*, onde a personificação de *Clementia* aparecia de mãos dadas com o general. Mesmo desligando-se do contexto histórico, mantém-se, uma teorização estóica. *Clementia* é a contenção do espírito quando ele tem poder para castigar, ou a brandura de um superior para com o inferior, ao determinar a sua pena; ou ainda, é uma inclinação do espírito para a brandura, quando se aplica o castigo.

COMÍCIOS: este termo designa as diferentes assembléias do povo, em Roma. Os mais antigos eram os *comícios curiata*, que datavam do início da realeza e refletiam a tradição familiar patrícia. A partir de 509 a.C. os *comícios centuriata* reuniam os cidadãos por classes, divisão censitária baseada na riqueza predial e subdividida, segundo o modelo do exercito, em centúrias.

CONCORDIA: termo político que traduz os mais altos ideais. Tornou-se tema de declamação de vários oradores que a exemplo de Cícero pensou mesmo em escrever uma grande obra sobre a *concordia*, pois tinha como convicção que esta seria essencial para o bem do Estado.

Proclamava a necessidade da *concordia ordinum*, da aliança entre o Senado e os Cavaleiros, como maneira de alcançar a paz, fazendo prevalecer o bem comum sobre as ambições dos chefes políticos.

CONSULADO: a mais alta magistratura romana é atribuída a duas pessoas, iguais entre si, os cônsules, que exercem o poder supremo na República.

CÚRIA: em Roma era o edifício do Senado, situado no centro da parte noroeste do Fórum.

CURSUS HONORUM: a ordem em que várias funções políticas do Estado romano podiam ser exercidas e o interregno entre o exercício de funções sucessivas. Esses detalhes eram determinados originalmente pelo costume, porém foram fixados por lei em 180 a.C. a *qüestoria* era a primeira função a ser exercida. Alguns cidadãos passavam às vezes da *qüestoria* à *pretoria*, mas não antes de haver exercido uma *edilidade* entre as duas. Exercia-se o *consulado* por volta dos quarenta anos de um cidadão.

DIGNITAS: Muito próxima da noção de *honor* está a de *dignitas*. Assim como aquela se situa mais na esfera política do que na moral. No *Da Invenção* de Cícero, ele afirma que *dignitas* consiste numa autoridade honesta, que merece homenagens, honrarias e respeito.

FIDES: O sentido habitual, dado pelos léxicos, de 'confiança' não é anterior a Cícero; e que o significado corrente na literatura republicana é o de 'garantia'; esse seria o valor originário. Afirma ainda que o sentido de 'crença' não é de origem cristã, como se pensava, mas aparece já no "*Da Invenção*" de Cícero. Embora os modernos desdenhem as etimologias populares dos antigos, e expliquem que *fldes* vem da raiz **bheidh* ('persuadir'), de onde 'deixar-se

persuadir' e 'confiar', a verdade é que a relação que Varrão estabelecia *comfoedus e fit* nos ilumina melhor neste tecido de relações mútuas entre os homens que está na essência do conceito. A *fides* é um juramento que compromete ambas as partes na observância de um pacto "bem firme". Os Romanos consideravam-se - e eram considerados, segundo o testemunho de Políbio - como povo que "respeita o seu dever, pela própria fidelidade decorrente do seu juramento". O historiador grego acabava de ligar esta virtude a concepções religiosas que reputava de sábias. Alguns outros testemunhos se lhe podem juntar, quer arqueológicos, quer literários, todos conducentes à conclusão de que era na *fides* romana que estava uma parte da explicação da espantosa capacidade de congregar os povos sob a sua égide. Cícero reconhece, em passo de *Dos Deveres*, que "o Senado era o porto de abrigo de reis, povos e nações, e os nossos magistrados e generais ansiavam por obter um único título de glória, o de terem defendido as províncias e os aliados com justiça e com *fides*, e, por terem abandonado tal procedimento de antanho, "somos castigados com razão". Mesmo na época dos Césares, aquela qualidade continuava a ser o cimento do império romano e característica distintiva do seu modo de estar no mundo.

GENTES: A sociedade romana arcaica, sociedade rural, de carácter patriarcal, é formada por clãs ou gentes cujos membros se consideram descendentes de um antepassado comum.

HOMO NOVUS: Era homem novo todo o romano que não tinha antepassados consulares, ou pelo menos, senatoriais.

HONOR: Tem uma ligação muito clara à vida política romana, que se traduz, quer nas formas de reconhecimento público, quer na própria expressão *cursus honorum*, que marcava a progressiva ascensão dos cidadãos aos cargos principais da *Urbe*. Em passagens de Cícero

podemos perceber o valor do *honor* para a cultura romana: “Onde não existe *honor* publicamente reconhecido, aí não pode haver desejo de *gloria*”.

HUMANITAS: deriva de *humanus*, que por sua vez está relacionado ao *homo* (homem) e *humus* (a terra), ou seja, ligado a comportamentos que são próprios dos seres terrenos. Mas *humanitas* não é para os antigos, senão tardiamente, o conjunto dos seres humanos. É também a natureza e sentimentos dos homens, como afirmava Cícero. Para nosso autor, *humanitas* seria a civilidade, que se opõe a crueldade primitiva, desconhedora do direito.

IMPERIUM: Na constituição romana, o “poder de comandar”, ou seja, os magistrados capazes de fato de comandar um exército. Esse poder era absoluto, pelo menos teoricamente, fora do *pomoerium* ou limites consagrados da cidade de Roma, porém sujeito a restrições de natureza diversa dentro da própria cidade.

LIBERTAS: A *libertas* situava-se no campo pessoal, oposto, por conseguinte, a *servitus*. Implicava direitos privados, de que o *líber* gozava, na sua qualidade de cidadão. Era, porém, na vida pública romana que a noção mais nos interessa, pois é aí que se desenvolveu como um conceito político de relevo. Os romanos da época republicana sentiam-na como uma característica nacional: Outras nações podiam suportar a servidão; mas a *libertas*, essa era apanágio do povo romano. A qualidade de cada Estado dependia da natureza e da vontade de quem o governava. Eis porque em nenhuma outra cidade, senão naquela em que o soberano poder pertence ao povo, a *libertas* pode ter o seu domicílio. A *libertas* como condição de vida na *res publica*, em correlação com o direito, já tinha sido propugnada por Catão – o Censor. Eram os tribunos da plebe que essencialmente garantiam esse direito que não era inato no homem, mas adquirido como *eives* ('cidadão'). E que estava subordinado à lei. A

libertas situa-se, pois, entre dois extremos, *servitus* e *licentias*. Ela era assegurada pelas magistraturas, pelo tribunado, pelo recurso de que dispunha cada cidadão de apelar para o povo da decisão de um magistrado (*provocado adpopulum*), nos direitos especiais. Daqui decorriam a visão dos *optimates*, que acentuava a *auctoritas* do Senado, e a dos *populares*, que se apoiavam no tribunado. Assim, *libertas* significava domínio através do povo (e também a favor do povo), mas não era uma *libertas* democrática, mas acentuadamente pessoal e aristocrática; a destruição destes conceitos seguiu-se à agitação interna do tempo dos Gracos; César quebrou o pensamento da magistratura tornando-se *dictator in perpetuo*, e os seus opositores tomaram *libertas* como palavra de ordem.

MOS MAIORUM: Os romanos tinham como suporte fundamental e modelo do seu viver comum a tradição, no sentido de observância dos costumes dos antepassados, *mos maiorum*.

NOBILES: Em Roma, as famílias, tanto patrícias como plebéias, cujos membros ocupavam cargos curules. No caso incomum de um homem chegar a um cargo curule apesar de não pertencer a uma dessas famílias, ele passava a ser conhecido como um *novus homo*. Por volta de 133 a.C. era extremamente difícil a qualquer pessoa ocupar esses cargos se não pertencesse a famílias já “enobrecidas”, que consideravam uma carreira pública um direito de seus membros adquirido por nascimento; isso não obstante Mário e Cícero estavam entre os poucos que conseguiram essa distinção excepcional.

OTIUM: No sentido próprio, *otium* indica o tempo de vagar, repouso, ócio. No sentido figurado, vincula-se à idéia de paz, tranqüilidade, sossego, lazer produtivo, estudos feitos com vagar. Ver o terceiro capítulo da dissertação, mais propriamente o item onde tratamos do intertítulo Lazer.

PIETAS: A *pietas* define-se habitualmente como um sentimento de obrigação para com aqueles a quem o homem está ligado por natureza (pais, filhos, parentes). Quer dizer, por conseguinte, que liga entre si os membros da comunidade familiar, sob a égide da *patria potestas*, e projetada no pretérito pelo culto dos antepassados. Estabelecendo um vínculo afetivo entre os membros de uma família, a *pietas* alargava-se à divindade, e acabava por compreender também as suas relações com o Estado.

PLEBS: Plebeus, os cidadãos romanos não incluídos entre os patrícios. Para a natureza da distinção originária entre as duas classes.

POPULUS ROMANUS: o povo romano com sua língua, seus costumes e sua diversidade cultural.

PRETOR: em Roma, originalmente o termo genérico para os detentores de *imperium* ou autoridade executiva, e o título dos dois magistrados substitutos do rei, mais tarde chamados cônsules. Posteriormente *praetor* era o título do magistrado incumbido de administrar justiça entre cidadãos romanos.

PRINCEPS: O título tomado por Augusto e adotado por seus sucessores, significando “chefe” ou “condutor”. O título não era oficial, sendo na realidade uma lisonja. *Princeps* não significava *Princeps Senatus*. Este título sempre existiu, e “*princeps Senatus*” significava primazia dentro do Senado, mas nada fora dele.

POPULARES: nome adotado em Roma, após a época dos Gracos, pelo partido de oposição à nobreza senatorial (que revidou passando a chamar seus próprios membros de *Optimates*,

“os melhores homens”).

QUESTOR: em Roma, originalmente assistente dos cônsules na busca de criminosos, incumbidos mais tarde de cuidar do Tesouro público (*aerarium*). Os questores arrecadavam e registravam as rendas do Estado, e efetuavam pagamentos mediante ordens dos magistrados. Eles eram inicialmente dois, posteriormente passaram a quatro, e outros foram acrescentados à proporção que os domínios romanos aumentavam e se fazia necessária à presença de funcionários incumbidos de assuntos fiscais nas províncias. Sua escolha se fazia mediante eleição pelo povo. Sob a legislação de Sula a eleição para questoria assegurava a admissão ao Senado.

RES PUBLICA: A fórmula mais corrente de *res publica*, por oposição a *res privata*, tem uma definição consagrada em diversos passos de Cícero: “*Res publica, id est, res populi*”. Catão já dizia que “o direito, a lei, a liberdade, a *res publica*, devem pertencer ao uso comum; a glória e a honra, ao que cada um para si acumulou”, portanto, a origem é estóica. Os imperadores continuaram a manter a expressão em uso, à qual se ligava, se não a realidade, pelo menos a ilusão de um conceito fundamental para o viver em comum do Povo Romano.

SESTÉRCIO: (*sestertius*). Moeda de prata, primeiramente equivalente a dois asses e meio.

URBS: a cidade romana muitas vezes destruída e reconstruída.

VIRTUS: deriva de vir. Encontra-se na palavra *virtus*, *virtutis* o sufixo - tu t - que indica estado, e que é o mesmo que serviu para formar *senectus* (velhice) e *iuventus* (juventude).

Enquanto o primeiro destes vocábulos indica o estado de ser *senex* (velho) e o segundo o de ser *iuvenix* (jovem), *virtus* não está documentado como estado de ser homem (na sua maturidade), isto é, não se refere concretamente a uma fase da vida. É “ser homem” no sentido de “ser homem direito”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES IMPRESSAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1991.

Livro 8º.

CÍCERO, Marco Túlio. *De Officiis*. Tradução de Maximiliano Augusto Gonçalves. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1973.

_____. *Da República*. Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo: Ediouro, 1992.

_____. *De Senectute*. Tradução e comentários de José Ewaldo Sheid. Canoas: Ulbra, 1999.

_____. *Dos Deveres*. Tradução de Alex Marins, Texto introdutório de Altino Arantes. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. *Caton l' ancien / De la vieillesse*. 6 ed. Tradução e comentários de Pierre Willeumier. Paris: Les Belles Lettres. 2002. (Collection Des Universités de France).

_____. *Orações*. Tradução de Padre Antônio Joaquim, Estudo introdutório Prof. G. D. Leoni. São Paulo: Ediouro, 2004.

_____. *Catão, o Velho ou A velhice*. 2 ed. Lisboa: Cotovia, 2005.

PLATÃO. *República*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (coleção Pensadores).

_____. *Diálogos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (coleção Pensadores).

PLUTARCO. *As vidas dos ilustres homens de Plutarco*. Tomo oitavo. Trad. Do grego por Amyot. Trad. Brasileira do Padre Vicente Pedroso. São Paulo: Editora das Américas, 1967.

2. BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR & SILVA, V.M. “O texto literário e seus códigos”. **Colóquio/Letras**: Teoria da Literatura e da Crítica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974. p.25.
- ALFÖLDY, Géza. **História social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.
- ARAÚJO, Aldo. **Augustus**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1987. (“Estudos, 2”).
- BÉRANGER, Jean. **Recherches sur l'aspect idéologique du principat**. Basileia: Verlag Friedrich Reinhardt, 1958.
- BLOCH, R. & COUSIN, J. (org.) **Roma e seu destino**. Lisboa: Cosmos, 1964.
- BOISSIER, Gaston. **Cícero e seus amigos**. Estudo sobre a sociedade romana no tempo de César. Lisboa: Quetzl, 1945.
- BOWDER, Diana. **Quem foi quem na Roma Antiga**. São Paulo: Art Editora, 1980.
- BROCKWAY, Wallace; WINER, Bart Keith. **As grandes cartas da História**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Volume II.
- BRUN, J. **O Estoicismo**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- CARCOPINO, Jérôme. **Rencontres de l'Histoire et de la Littérature Romaine**. Paris: Flammarion, 1936.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CIZEC, Eugen, **Mentalités et institutions politiques romaines**. Fayard: Librairie Arthème, 1990.
- COMBÉS, R. “Cicéron et Matius: ‘amitié’ et politique a Rome”. In: **Revue des Études Latines publiée** par La Société des Etudes Latines, direction de J. Marouzeau, 10 année.

Tome X. Paris: Les Belles Lettres, 1932. (p. 176 – 186).

CORASSIN, Maria Luiza. **Sociedade e Política na Roma Antiga**. São Paulo: Atual, 2001. (Coleção Discutindo a História).

_____. “A Stásis: O conflito na República Romana”. Artigo apresentado como Conferência de Encerramento do Colóquio do Centro do Pensamento Antigo “Contradições e Discórdia na Antiguidade Clássica” na Unicamp, em 31/10/2001.

Revista Hypnos: Ética ontem e hoje II. São Paulo: Loyola, ano 7 / nº 9, 2002 (p. 68 – 82).

COSTA, Aída. **Temas Clássicos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1957.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário ilustrado Verbo da Língua portuguesa**. v. 3. São Paulo: Globo, 1974.

GAY, Peter. **O estilo da História**. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIARDINA, Andréa. **O homem Romano**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1992.

GRENADÉ, P. Autour du “De Republica”. In: **Revue des Études Latines publiée par La Société des Etudes Latines**, direction de J. Marouzeau, 29 année. Paris: Les Belles Lettres, 1952. (p. 162 – 183).

GRIMAL, Pierre. **Os erros da Liberdade**. Campinas, SP: Papirus, 1984.

_____. **A Civilização Romana**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1984.

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de Literatura Clássica: grega e latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

HOMO, Leon. **Les Institutions Politiques Romaines: De la cité à l'état**. Paris: La Renaissance Du Livre, 1927.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Trad. de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KRAMER, Lloyd S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden

White e Dominick La Capra”. In: HUNT, Lyn. (org.). **A Nova História Cultural**. Trad. de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (p. 131 – 173).

LAURAND, L. “Pour La Lecture de Cicéron”. In: **Revue des Études Latines** publiée par La Société des Etudes Latines, direction de J. Marouzeau 3^o année. Tome III. Paris: Librairie Ancienne é Douard Champion, 1925. (p. 54 – 64).

LEPORE, E. **II princeps Ciceroniano e gli ideali politici della tarda republica**. Nápoles, 1954.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. Trad. e notas de Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna. 7 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

MACHADO, Heloisa Guaracy. “De *Res Publica* e de República: o significado histórico de um conceito”. In: **Cadernos de História**. Belo Horizonte: v. 1, n. 1, out, 1995. (p. 7 – 15).

MARACHE, René. “Cicéron: l’homme et l’homme politique”. In: **L’Information Historique**: Revue illustrée paraissant tous les deux mois pendant la période scolaire. Dix-Neuvième. – n^o 1. – Janvier-février, 1957. (p. 1 a 7).

MICHEL, Alain. **La philosophie politique a Rome d’Auguste a Marc Aurèle**. Paris: Armand Colin, 1969.

_____. “La Philosophie de Cicéron avant 54”. In: **Revue des Études Anciennes**. Tome LXVII, n^o 3 -4. Paris: Féret & Fils, Éditeurs, 1965 (p. 324 – 341).

_____. “Humanisme et Anthropologie chez Cicéron”. In: **Revue des Études Latines publiée** par La Société des Etudes Latines, direction de Pierre Grimal. 62 année. Paris: Les Belles Lettres, 1984. (p. 128 - 142).

NICOLET, Claude. **Le métier de citoyen dans la Rome Républicaine**. Paris: Seuil, 1976.

_____. “O Cidadão e o Político”. In: GIARDINA, Andréa (dir.). **O homem Romano**. Lisboa, Portugal: Presença, 1992. p. 19 – 48.

OLTRAMARE, A. “La Réaction Cicéronienne et Les Débuts du Principat”. In: **Revue des Études Latines** publiée par La Société des Etudes Latines, direction de J. Marouzeau, 10 année. Tome X. Paris: Les Belles Lettres, 1932. (p. 176 – 186).

PARATORE, Ettore. **História da Literatura Latina**. 13 impressão. Firenze: Sansoni Editore, 1983.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica: cultura romana**. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Volume II.

SALLES, Catherine. **Nos submundos da antiguidade**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha história”. Trad. de Denise Bottmann. In: **Revista de História**. Campinas, 1991. 2/3. (p. 13 – 37).

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEYNE, P. **A Sociedade Romana**. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. “*Humanitas: Romanos e não Romanos*”. In: GIARDINA, Andréa. **O homem Romano**. Lisboa, Portugal: Presença, 1992. p. 283 – 302.

WELLS. H.G. **História Universal**. 8 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. Volume IV.

WUILLEUMIER, P. “Les Transpositions du Cato Mayor”. In: **Revue de Philologie de Littérature et D’Histoire Anciennes**. Direction de P. JOUGUET et A. ERNOUT. 57 année et Tome V. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1931 (p. 104 – 115).

